



ANO XLIII — Nº 65

QUARTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 1988

BRASÍLIA — DF

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 30ª SESSÃO, EM 21 DE JUNHO DE 1988

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de Projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 46/88, de autoria do Senador Francisco Rollemburg, que permite o abatimento para fins de apuração da renda líquida sujeita ao imposto sobre a renda progressivo, no exercício de 1989, ano-base de 1988, o montante que a pessoa física deixou de perceber em virtude de ter sido atingida pelo Decreto-Lei nº 2.425, de 7 de abril de 1988, que "dispõe sobre critério de reajuste de vencimentos e salários do pessoal que específica e dá outras providências".

— Projeto de Lei do Senado nº 47/88, de autoria do Senador Marco Maciel, que estabelece normas para a cobrança de laudêmio nas transferências do domínio útil de terrenos da União vinculadas a programas habitacionais e dá outras providências.

— Projeto de Lei do Senado nº 48/88, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a assegurar o pagamento das horas em que os ferroviários — mesmo os de estações do interior que realizam serviço intermitente ou de pouca densidade — ficam à disposição da empresa.

1.2.2 — Comunicações

— Do Senador Luiz Viana Filho, que se apresentará dos trabalhos parlamentares.

— Do Senador Jarbas Passarinho Líder do PDS, indicando o Senador Lavoisier Maia para Vice-Líder do PDS.

1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Extinção da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pelo acidente com material radioativo, verificado em Goiânia, e avaliar as condições de execução da Política Nacional de Energia Nuclear.

— Manutenção, por decurso de prazo, do voto apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 14/86 (nº 301/87, na Câmara dos Deputados).

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR MAURO BENEVIDES — Saída de Franco Montoro do PMDB.

SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Renúncia a Liderança e se desliga do PMDB.

SENADOR MAURO BORGES — 1º Convênio Nacional do Partido Democrata Cristão.

SENADOR EDISON LOBÃO — Recuperação do sistema ferroviário do País.

SENADOR ITAMAR FRANCO — "Obra ameaçada" — Editorial do jornal **O Estado de Minas**.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Outorga da medalha "Thomé de Souza", ao jornalista e professor Junot Silveira.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Análise da agricultura brasileira.

SENADOR LAVOISIER MAIA — Anistia aos micro-empresários e produtores rurais.

SENADOR MÁRIO MAIA — Violência rural no Estado do Acre.

SENADOR AFONSO SANCHO — Conclusão das obras do porto de Camocim-CE.

1.2.5 — Comunicação

— Do Senador Jarbas Passarinho Líder do PDS, de substituição de membro em Comissão Permanente.

1.2.6 — Comunicações da Presidência

— Recebimento das Mensagens nº 129 a 131/88 (nº 231 a 233/88, na origem), pelas quais o Senhor Presidente da República, solicita autorização para que as Prefeituras Municipais de Itaberaba (BA), João Câmara (RN) e Campinas (SP) possam contratar operações de crédito, para os fins que especifica.

— Referente a não designação da Ordem do Dia para a sessão de amanhã, dia 22, às 10:30h, em virtude de realização de sessão especial.

1.2.7 — Questões de Ordem

SENADOR MARCONDES GADELHA — Solicitando da Presidência a prorrogação da sessão e convocação dos Srs. Senadores ao plenário a fim de que seja votada as matérias constantes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE HUMBERTO LUCENA — Resposta à questão de ordem formulada pelo Senador Marcondes Gadelha.

SENADOR JAMIL HADDAD — Inclusão em Ordem do Dia de matérias referentes à autorização de empréstimos para os Estados, e, especialmente ao Rio de Janeiro.

SENADOR MARCONDES GADELHA, como Líder — Entendimentos havidos para vota-

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 6,00

Tiragem: 2.200 exemplares!

ção de matérias em tramitação no Senado Federal.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — RETIFICAÇÃO

— Ata da 26ª Sessão, realizada em 7-6-88

3 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

— Nº 88, de 1988

4 — ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL

— Nº 6, de 1988

5 — DIRETORIA GERAL DO SENADO FEDERAL

— Extratos de contratos assinados pelo Senado Federal.

— Edital de convocação de candidatos.

6 — CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL — PRODASEN

— Ata de reunião

7 — MESA DIRETORA

8 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

RESUMO DA ATA DA 26ª SESSÃO, REALIZADA EM 7 DE JUNHO DE 1988

RETIFICAÇÃO

Na publicação feita no DCN — Seção II — de 8-6-88, página 1583, 2ª coluna, nos itens 2 e 3.

Onde se lê:

2 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Leia-se

2 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 26, DE 1988.

Onde se lê

3 — PRIMEIRA SECRETARIA

Edital de Convocação Nº 26, de 1988.

Leia-se:

3 — PRIMEIRA SECRETARIA

— Edital de Convocação

Ata da 30ª Sessão, em 21 de junho de 1988

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência dos Srs. Humberto Lucena e Jutahy Magalhães

ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluízio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Perez — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Afonso Sancho — Álvaro Pacheco — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes

Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Antonio Farias — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Surugay — Teotonio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rolemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa

Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Lourenço Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Richa — Dirceu Cameiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A lista de presença acusa o comparecimento de 68 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 1988

Permite o abatimento para fins de apuração da renda líquida sujeita ao Imposto sobre a Renda progressivo, no exercício de 1989, ano-base de 1988, o montante que a pessoa física deixou de perceber em virtude de ter sido atingida pelo Decreto-Lei nº 2.425, de 7 de abril de 1988, que "dispõe sobre critério de reajuste de vencimentos e salários do pessoal que especifica e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Será abatido da renda bruta na declaração do Imposto sobre a Renda, no exercício de 1989, como perda extraordinária, o montante que o contribuinte deixou de perceber durante o ano-base de 1988, em virtude de ter sido atingido pelo Decreto-Lei nº 2.425, de 7 de abril de 1988, que, "dispõe sobre critério de reajuste de vencimentos e salários do pessoal que especifica e dá outras providências".

Parágrafo único. Constará da declaração de rendimentos fornecida pela fonte pagadora o valor a ser deduzido, nos termos previstos no caput deste artigo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Decreto-Lei nº 2.425, de 7 de abril de 1988, que congelou os salários do servidor civil, militar e das autarquias, traduziu-se em inquestionável fonte de perda do poder aquisitivo de camada tão expressiva da população brasileira.

Não bastasse a espiral inflacionária, cuja correção não chega a recompor totalmente o salário, os servidores civis, militares e autárquicos se viram, de uma hora para outra, à mercê de uma imposição legal a corroer ainda mais o fruto pecuniário do seu trabalho, pelo congelamento da URP, imposto pelo referido decreto-lei, no ano de 1988.

O presente projeto prevê uma atenuação, quanto muito branda, do choque econômico provocado por aquele congelamento.

Ao entender como perda extraordinária a resultante daquele dispositivo legal, o que se propõe é uma contrapartida do Governo em face daquelas reduções salariais provocadas artificialmente, com vistas a recompor os cofres públicos.

Este projeto visa somente à regeneração parcial de finanças do servidor público contribuinte, exatamente o maior apenado pelos resultados da inflação, no momento da declaração do imposto sobre sua combalida renda.

Sala das Sessões, 21 de junho de 1988. — Senador Francisco Rolemberg, PMDB — SE.

LEGISLAÇÃO CITADA

(¹)DECRETO-LEI Nº 2.425

DE 7 DE ABRIL DE 1988

Dispõe sobre critério de reajuste de vencimentos e salários do pessoal que especifica, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, itens I, II, e III, da Constituição, decreta:

Art. 1º O reajuste mensal previsto no artigo 8º do Decreto-Lei nº 2.335⁽¹⁾, de 12 de junho de 1987, ressalvado o disposto no artigo 2º deste Decreto-Lei, não se aplica, nos meses de abril e maio de 1988, aos salários, vencimentos, soldos, proventos, pensões e demais remunerações: . . .

I — dos servidores civis e militares da União, do Distrito Federal e dos Territórios;

II — dos integrantes dos Corpos de Bombeiros e Polícia Militares do Distrito Federal e Territórios;

III — dos servidores do Poder Legislativo da União;

IV — dos servidores do Poder Judiciário e do Tribunal de contas da União;

V — dos servidores do Poder Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios e do Tribunal de Contas do Distrito Federal;

VI — dos servidores das Autarquias, inclusive as em regime especial, da União, dos Territórios e do Distrito Federal;

VII — dos servidores de que tratam as Leis nºs 4.341⁽²⁾, de 13 de junho de 1964, e 7.596⁽³⁾, de 10 de abril de 1987; e os Decretos-Leis nºs 2.363⁽⁴⁾, de 21 de outubro de 1987, e 2.382⁽⁵⁾, de 9 de dezembro de 1987;

VIII — dos empregados, dirigentes e conselheiros de empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, fundações públicas, empresas sob controle direto ou indireto da União, e demais entidades cujo regime de remuneração não obedeça ao disposto na lei nº 5.645⁽⁶⁾, de 10 de dezembro de 1970;

IX — dos empregados, dirigentes e conselheiros de empresas e fundações do Distrito Federal e dos Territórios; e

X — dos inativos e pensionistas da União, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Os vencimentos, salários, soldos, proventos, pensões e outras remunerações voltarão a ser reajustados de acordo com a Unidade de Referência de Preços — URP, aplicável a partir de 1º de junho de 1988.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, fica suspensa, até 1º de julho de 1988, a aplicação do disposto no § 2º do artigo 148 da Lei nº 5.787⁽⁷⁾, de 27 de junho de 1972, acrescido pelo Decreto-Lei nº 2.380⁽⁸⁾, de 9 de dezembro de 1987.

Art. 2º O reajuste mensal de que trata o artigo 8º do Decreto-Lei nº 2.335/87, não se aplica nas entidades a que se referem os itens VI a IX do artigo anterior:

I — nos meses de maio e junho de 1988, ao pessoal com data-base no mês de abril;

II — nos meses de junho e julho de 1988, ao pessoal com data-base no mês de maio.

Parágrafo único. Nas hipóteses deste artigo, as remunerações voltarão a ser reajustadas de acordo com a URP aplicável, respectivamente, a partir de 1º de julho e 1º de agosto de 1988.

Art. 3º Nós meses em que não se proceder à aplicação de reajuste mensal (artigos 1º e 2º), será concedido aos servidores, empregados, inativos e pensionistas que percebam até 5 (cinco) vezes o valor do Salário Mínimo de Referência, abono temporário correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do referido Salário Mínimo de Referência, cessando seu pagamento a partir da reaplicação da URP.

§ 1º O abono concedido nos termos deste artigo será considerado para efeito da observância do Piso Nacional de Salários, conforme se dispuser em decreto do Poder Executivo.

§ 2º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, o abono será pago em rubrica própria e devido como vantagem pessoal, nominalmente identificável, não se incorporando aos vencimentos, salários, soldos, proventos e pensões para nenhum efeito, inclusive o reajuste das prestações dos Mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, que tenham optado pelo regime da equivalência salarial, nem servindo de base para cálculo de quaisquer gratificações e vantagens.

Art. 4º O reajuste mensal previsto no artigo 8º do Decreto-Lei nº 2.335/87, não se aplica, nos meses de maio e junho de 1988, aos vencimentos e vantagens pecuniárias devidos aos membros do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal e dos Territórios, bem assim aos membros do Tribunal de Contas da União e do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os vencimentos e vantagens voltarão a ser reajustados de acordo com a URP aplicável a partir de 1º de julho de 1988.

Art. 5º Na revisão salarial, a ocorrer na data-base, serão compensados os efeitos da não aplicação da URP em decorrência do disposto neste Decreto-Lei.

Art. 6º As revisões salariais previstas no parágrafo único, do artigo 9º, do Decreto-Lei nº 2.335/87, relativas às entidades mencionadas neste Decreto-Lei, não poderão ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) da variação do índice de Preços ao Consumidor — IPC nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

§ 1º Parcela suplementar poderá ser negociada na ocasião das revisões salariais ocorridas nas datas-base, tendo por limite superior a variação do Produto Interno Bruto — PIB real "per capita", fixada em decreto do Poder Executivo.

§ 2º Para os efeitos das revisões salariais das categorias com data-base até 30 de junho de 1988, será considerada a variação do IPC desde julho de 1987.

Art. 7º As empresas públicas, as sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, as fundações públicas, as empresas sob controle direto ou indireto da União, e as demais entidades cujo regime de remuneração não obedeça ao disposto na Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, somente poderão celebrar convenções ou acordos coletivos de trabalho, de natureza econômica, ou conceder aumentos ou reajustes coletivos de salários, atendidas as resoluções emanadas do Conselho Interministerial de Salários de Empresas Estatais — CISE ou, quando for o caso, do Conselho Interministerial de Remunerações e Proventos — CIRP, observado o disposto no artigo 623 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1º Na hipótese de dissídio coletivo, que envolva entidade referida neste artigo, a petição inicial, sob pena de inépcia, será instruída com parecer do CISE ou, quando for o caso, do CIRP, relativo à possibilidade, ou não, de acolhimento, sob os aspectos econômico e financeiro, da proposta de acordo.

§ 2º O parecer a que se refere o parágrafo anterior será suprido pela prova documental de que, tendo sido solicitado há mais de 30 (trinta) dias, não foi emitido pelo CISE ou, quando for o caso, pelo CIRP.

§ 3º Nos dissídios coletivos, frustrada a negociação quanto ao limite de revisão de salário, não será admitida reposição salarial, sob pena de inelegibilidade executiva da sentença.

§ 4º Incumbe ao Ministério Pùblico velar pela observância do disposto no parágrafo anterior, devendo, para esse efeito, intervir no processo, interpor recursos e promover ações rescisórias contra decisões que o infringirem.

Art. 8º Sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis, as entidades mencionadas neste Decreto-Lei não poderão efetuar o pagamento do tempo de paralisação decorrente de greve declarada ilegal.

Art. 9º Não serão admitidas, até 31 de dezembro de 1988, alterações dos critérios de concessão e dos percentuais de gratificações, benefícios, vantagens ou adicionais de qualquer natureza, que impliquem aumento de despesa.

Art. 10. O disposto neste Decreto-Lei aplica-se, no que couber, às aposentadorias, pensões e outros benefícios a cargo da Previdência Social, conforme se dispuser em decreto do Poder Executivo.

Art. 11. A inobservância das disposições deste Decreto-Lei, por dirigentes de órgãos e de entidades, será considerada ato irregular de gestão e acarretará perda do cargo ou função ocupada, inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança nos órgãos e entidades da Administração Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e a apuração de responsabilidade civil ou penal, se couber.

Parágrafo único. Os responsáveis pelos órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno representarão ao Tribunal de Contas respectivo e, quando couber, ao Ministério Pùblico, em caso de inobservância do disposto neste Decreto-Lei, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 12. Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

JOSÉ SARNEY — Presidente da República.
Mailson Ferreira da Nóbrega — João Batista de Abreu.

(*) Nota da Redação: Publicado de acordo com retificação feita no Diário Oficial de 11 de abril de 1988.

(1) Leg. Fed. 1987, págs. 327 e 335

(2) Leg. Fed., 1964, pág. 465; (3) 1987, pág. 198; (4) 1987, pág. 689; (5) 1987, pág. 837; (6) 1970, pág. 1196; (7) 1972, págs. 972 e 1173; (8) 1987, pág. 830.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, de 1988

Estabelece normas para a cobrança de laudêmio nas transferências do domínio útil de terrenos da União vinculadas a programas habitacionais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nas transferências, entre vivos, do domínio útil de terreno foreiro da União que não contarem com a isenção de que tratam os Decretos-Leis nºs 1.850, de 15 de janeiro de 1981 e 1.876, de 15 de julho de 1981, desde que se refiram a operações imobiliárias que comprovadamente contribuam para a execução de programa integrante do Plano Nacional de Habitação, incidirá o laudêmio de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o respectivo valor, deste excluído o das benfeitorias nele porventura existentes.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se apenas às operações imobiliárias realizadas por:

a) pessoas físicas ou jurídicas que, na conformidade da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964 e do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, procedam à incorporação de edificações, ou, para esta finalidade, adquiram terreno ou promovam lotamento;

b) pessoas físicas ou jurídicas que, embora sem promoverem o registro da incorporação, nos termos do artigo 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, efetuarem, até 12 (doze) meses da expedição do respectivo "habite-se", a alienação definitiva ou a promessa de alienação de unidades habitacionais isoladas ou sob regime condoninal.

Art. 2º Será igualmente de 2,5% (dois e meio por cento) o laudêmio quando a transferência entre vivos do domínio útil de terreno foreiro da União se destinar à aquisição de casa própria, desde que o adquirente não possua outro imóvel, e reúna uma das condições de:

a) servidor federal, estadual ou municipal de órgão ou entidade da administração direta ou indireta;

b) ex-combatente brasileiro da Segunda Guerra Mundial;

c) jornalista profissional;

d) viúva, enquanto neste estado, de servidor público.

Art. 3º O aforamento dos terrenos de marinha ou acrescidos de marinha, quando destinados à realização de programa habitacional do poder público, será concedido pelo chefe do órgão local do Serviço de Patrimônio da União (SPU), cumpridas previamente as exigências do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificativa

A redução do déficit habitacional do País pressupõe a adoção de medidas de variada ordem com vista a estimular a construção de novas unidades residenciais, momentaneamente para os segmentos mais pobres da população.

Para esse fim é necessário diminuir o custo das operações de aquisição de imóvel vinculados a programas habitacionais, o que trará consigo indiscutíveis benefícios à dinamização desse setor social, cujo desenvolvimento se faz cada vez mais imperioso.

Os terrenos de marinha, por constituiram amplas áreas de muitas cidades brasileiras, são necessariamente objeto de grande parte das transações imobiliárias, razão pela qual a sua intercorrência nos programas habitacionais é significativa. É com grande freqüência que os terrenos dessa natureza são utilizados em edificações ou conjunto de edificações em todo o País, considerando-se que a maioria dos grandes centros urbanos se situa na orla marítima e à margem dos rios e lagos.

Daí porque tais bens da União, pelo barateamento dos custos de sua aquisição, podem e devem se constituir em um fator de dinamização da construção de novas unidades residenciais.

Dois diplomas legais anteriores — os Decretos-Leis nºs 1.850, de 15-1-1981 e 1.876, de 15-7-1981 — isentaram do pagamento do laudêmio a transferência que se processar para pessoa jurídica vinculada ao Sistema Financeiro de Habitação, ou se referir a primeiro comprador de unidade residencial, ou forem os adquirentes entidades do poder público ali referidas, ou ainda quando a pessoa física adquirir o imóvel dessas entidades. Neste último caso, o benefício se aplica à transferência cujo preço não exceder o valor correspondente a 1.350 OTN.

Além daquelas operações excluídas da incidência do laudêmio, inúmeras outras destinadas a implementar a Política Nacional de Habitação, ainda que não contem com a isenção total, dependem de razoável redução daquele custo para assegurar-se a sua viabilidade.

Levando em consideração os objetivos de relevante interesse social e econômico aqui destacados, visa o projeto a redução da taxa do laudêmio incidente nas transferências de terrenos foreiros de marinha, não contempladas com a isenção daquela taxa, sempre que se destinarem à execução de programas habitacionais.

Busca-se, ainda, com a presente proposta, excluir da base do cálculo da cobrança do laudêmio o valor das benfeitorias acaso existentes no terreno.

Indispensável se faz esta complementar medida, eis que a simples redução da taxa, se mantida a sua incidência sobre o valor da terra e das benfeitorias, em pouco aproveitaria os beneficiários da política habitacional quando adquirirem unidade construída em terreno de marinha, porquanto o grande ônus dessas aquisições é precisamente a cobrança do laudêmio sobre o valor da construção.

Finalmente, para tornar mais ágil e descentralizado o processo de aforamento, o projeto visa a conferir ao chefe do órgão local do Serviço de Patrimônio da União poderes para a concessão do aforamento, depois de cumpridas as formalidades previstas nas disposições do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União.

Com esta proposta renovamos, com as atualizações necessárias, projeto que apresentamos à Câmara dos Deputados, em 1975.

Ao finalizar, esperamos contar com a acolhida dos ilustres pares para a conversão desta proposição em lei, com o que o Poder Legislativo estará contribuindo para correção das distorções aportadas e assegurando maior êxito aos programas habitacionais de interesse social.

Sala das Sessões, 20 de junho de 1988. —
Senador **Marco Maciel**, PFL — PE.

LEGISLAÇÃO CITADA

**DECRETO-LEI Nº 1.850,
DE 15 DE JANEIRO DE 1981**

Isenta de laudêmio as transferências do domínio útil de terrenos de marinha, destinados à construção de conjuntos habitacionais de interesse social.

**DECRETO-LEI Nº 1.876,
DE 15 DE JULHO DE 1981**

Dispensa do pagamento de foros e laudêmios os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências.

**DECRETO-LEI Nº 271
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo, e dá outras providências.

**LEI Nº 4.591
DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964**

Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

CAPÍTULO II

Das Obrigações e Direitos do Incorporador

Art. 32. O incorporador somente poderá negociar sobre unidades autônomas após ter arquivado no cartório competente de Registro de Imóveis, os seguintes documentos:

a) título de propriedade de terreno, ou de promessa, irrevogável e irretratável de compra e venda ou de cessão de direitos ou de permuta do qual conste cláusula de imissão na posse do imó-

vel, não haja estipulações impeditivas de sua alienação em frações ideais e incia consentimento para demolição e construção devidamente registrado;

b) certidões negativas de impostos federais, estaduais e municipais de protesto de títulos de ações cíveis e criminais e de ônus reais relativamente ao imóvel, aos alienantes do terreno e ao incorporador;

c) histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 anos, acompanhado de certidão dos respectivos registros;

d) projeto de construção devidamente aprovado pelas autoridades competentes;

e) cálculo das áreas das edificações, discriminando, além da global a das partes comuns, e indicando, cada tipo de unidade a respectiva medida de área construída;

f) certidão negativa de débito para com a Previdência Social, quando o titular de direitos sobre o terreno for responsável pela arrecadação das respectivas contribuições;

g) memorial descritivo das especificações da obra projetada, segundo modelo a que se refere o inciso IV, do art. 53, desta lei;

h) avaliação do custo global da obra, atualizada à data do arquivamento, calculada de acordo com a norma do inciso III, do art. 53 com base nos custos unitários referidos no art. 54, discriminando-se, também, o custo de construção de cada unidade, devidamente autenticada pelo profissional responsável pela obra;

i) discriminação das frações ideais de terreno com as unidades autônomas que a elas corresponderão;

j) minuta da futura convenção de condomínio que regerá a edificação ou o conjunto de edificações;

l) declaração em que se defina a parcela do preço de que trata o inciso II, do art. 39;

m) certidão do instrumento público de mandato, referido no § 1º do art. 31;

n) declaração expressa em que se fixe, se houver, o prazo de carência (art. 34);

o) atestado de idoneidade financeira, fornecido por estabelecimento de crédito que opere no País há mais de cinco anos.

§ 1º A documentação referida neste artigo, após o exame do Oficial de Registro de Imóveis, será arquivada em cartório, fazendo-se o competente registro.

§ 2º Os contratos de compra e venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de unidades autônomas, serão também averbados à margem do registro de que trata este artigo.

§ 3º O número do registro referido no § 1º, bem como a indicação do cartório competente, constará, obrigatoriamente, dos anúncios, impressos, publicações, propostas, contratos, preliminares ou definitivos, referentes à incorporação, salvo dos anúncios "Classificados".

§ 4º O Registro de Imóveis dará certidão ou fornecerá, a quem o solicitar, cópia fotostática, heliográfica, temofar, microfilmagem ou outra equivalente, dos documentos especificados neste artigo, ou autenticará cópia apresentada pela parte interessada.

§ 5º A existência de ônus fiscais ou reais, salvo os impeditivos de alienação, não impedem o registro, que será feito com as devidas ressalvas, mencionando-se, em todos os documentos ex-

traídos do registro, a existência e a extensão dos ônus.

§ 6º Os Oficiais de Registro de Imóveis terão 15 dias para apresentar, por escrito, todas as exigências que julgarem necessárias ao arquivamento e, satisfeitas as referidas exigências, terão o prazo de 15 dias para fornecer certidão, relacionando a documentação apresentada, e devolver, autenticadas as segundas vias da mencionada documentação, com exceção dos documentos públicos. Em casos de divergência, o Oficial levantará a dúvida segundo as normas processuais aplicáveis.

§ 7º O Oficial de Registro de Imóveis responde, civil e criminalmente, se efetuar o arquivamento de documentação contraveniente à lei ou der certidão... Veto... sem o arquivamento de todos os documentos exigidos.

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 48 de 1988

Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a assegurar o pagamento das horas em que os ferroviários — mesmo os de estações do interior que realizam serviço intermitente ou de pouca densidade — ficam à disposição da empresa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 243 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 243. Os empregados de estações do interior, cujo serviço for de natureza intermitente ou de pouca intensidade, farão jus à remuneração correspondente ao regime de prontidão, pelas horas que excederem às da jornada de trabalho."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A idéia, que ora se renova à consideração da Casa, e já mereceu iniciativa longamente discutida no âmbito do Senado (PLS nº 177/80), consiste em assegurar aos ferroviários o pagamento das horas em que ficam à disposição da empresa.

Acredita-se, aliás, que a solução ora proposta venha a conciliar os interesses das ferrovias e de seus empregados do interior, no tocante à duração do trabalho e à remuneração das horas extras, os quais hoje se encontram injustamente discriminados em razão da redação do art. 243 da CLT.

Sala das Sessões, 21 de junho de 1988. —
Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

**DECRETO-LEI Nº 5.452,
DE 1º DE MAIO DE 1943**

Art. 243. Para os empregados de estações do interior, cujo serviço for de natureza intermitente

ou de pouca intensidade, não se aplicam os preceitos gerais sobre duração do trabalho, sendo-lhe, entretanto, assegurado o repouso contínuo de dez horas, no mínimo, entre dois períodos de trabalho e descanso semanal.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Os projetos lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes:

Brasília, 20 de junho de 1988

Exmº Sr.
Senador Humberto Lucena
MD. Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^e, de acordo com o disposto no art. 43, alínea "a", do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos parlamentares para breve viagem, em caráter particular. Atenciosas saudações. — **Luz Viana Filho.**

Of. nº 35/88 Brasília, 17 de junho de 1988

Exmº Sr.
Senador Humberto Lucena
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, a indicação do Sr. Senador Lavoisier Maia para Vice-Líder do Partido Democrático Social, nesta Casa, em substituição ao Senador Virgílio Távora.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. — Senador **Jarbas Passarinho**, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — As comunicações lidas vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nos termos do item II do art. 77, combinado com o art. 178, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente ao Regimento Comum, está extinta a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pelo acidente com material radioativo, verificado em Goiânia, e avaliar as condições de execução da Política Nacional de Energia Nuclear, cujo prazo esgotou-se a 13 de junho, uma vez que não foi requerida a prorrogação desse prazo.

A matéria será arquivada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Esgotou-se no dia 16 de junho o prazo previsto no § 3º do art. 59 da Constituição, para deliberação do Congresso Nacional sobre o Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1986 (nº 301/87, na Câmara dos Deputados), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito.

Nos termos do § 4º do referido dispositivo constitucional, o veto é considerado mantido.

A presidência fará a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides, para brevíssima comunicação.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Para breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A estrutura pluripartidária, predominante no País, na atual fase de transição democrática, já ensejou o surgimento de 39 agremiações, todas com propostas programáticas que indicam rumos diferenciados para a nossa vida política, econômica e social.

Já, agora, anuncia-se a estruturação de mais uma facção, que abrigaria parlamentares e líderes peemedebistas, dispostos a continuar evidenciando esforços, sob outra legenda, em prol do interesse nacional e do bem-estar dos brasileiros.

Dentre os que se propuseram a desvincular-se do PMDB, figura o ex-Governador André Franco Montoro, fundador do antigo MDB e de seu sucessor, com larga folha de serviços prestados à comunidade, no desempenho continuado de sucessivos mandatos eletivos.

Em 1974, na condição de Líder do MDB no Senado, coube-lhe a notável tarefa de comandar a campanha majoritária da agremiação, de que resultou a surpreendente eleição de 16 senadores, num lance político de extraordinária ressonância junto a todas as camadas da população.

Líder da nova bancada, prestigiado por todos os segmentos partidários, transformou-se numa das maiores expressões da atual geração de homens públicos, reelegendo-se em 1978 pelo glorioso Estado de São Paulo, a cujo Governo ascendeu, pelo voto popular, na competição de 1982.

Realizando uma administração das mais profícias, assinalada por milhares de obras e empreendimentos em todos os Municípios bandeirantes, Franco Montoro permaneceu no exercício de suas elevadas funções até 15 de março de 1987, transferindo-as a Orestes Quêrcia, seu Vice-Governador e candidato peemedebista à Chefia do Executivo daquela Unidade Federativa.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Com prazer.

O Sr. Nelson Carneiro — Apenas para aduzir à biografia parlamentar, do Senador Franco Montoro, nesta, Casa, a circunstância de que foi S. Ex^e um daqueles sete que, em 1971, 1972, 1973, 1974, aqui defenderam as idéias democráticas e liberais.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Ex^e, nobre Senador Nelson Carneiro, que relembra lances da marcante trajetória do então Senador Franco Montoro, que, como disse neste pronunciamento, é uma das maiores expressões da vida pública nacional.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nobre Senador Mauro Benevides, V. Ex^e não pode conceder apartes, porque está falando para breve comunicação.

O SR. MAURO BENEVIDES — Perfeitamente, Sr. Presidente. Advertido por V. Ex^e, darei continuidade à minha comunicação.

Como colega no Senado Federal de André Franco Montoro e seu grande admirador, não poderia deixar de realçar-lhe os serviços prestados à democracia, no instante em que irá cancelar a sua filiação no PMDB, após haver contribuído, inestimavelmente, para fortalecer as nossas hostes, ao lado de Ulysses Guimarães e tantos outros vultos preeminentes, com destaque nacional e regional.

Honrado, dinâmico, competente, possuidor de ascendente espírito público, ao ex-Governador de São Paulo deve a nossa facção contribuição valiosa à expansão de suas fileiras e a consolidação do prestígio de que goza, hoje, junto ao povo brasileiro.

Identificado com os problemas latino-americanos, assumiu posicionamento de liderança em defesa de teses que interessam a países-irmãos, proferindo palestras, comparecendo a simpósios, fundando o ILAM e propondo soluções viáveis para questões de real magnitude.

Estadista por excelência, não se deixou confinar aos limites territoriais do Brasil, ganhando dimensão continental, graças ao talento que possui e à coragem cívica para patrocinar causas justas e nobres.

As fileiras do PMDB, Sr. Presidente, ficarão, assim, desfalcadas de um de seus maiores líderes, cuja inteligência e descritivo continuará, certamente, a serviço da consolidação democrática e de tudo quanto possa representar aspiração maior de nossa Pátria. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Solicitaria aos Srs. Senadores que, logo após o pronunciamento do Senador Fernando Henrique Cardoso, permanecessem em plenário, porque há matérias urgentes na Ordem do Dia relacionadas com a indicação de 16 embaixadores do Brasil no exterior.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (SP — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Deixo hoje a Liderança da Bancada do PMDB no Senado. Eleito e reeleito para exercer esta função, devo dizer que encontrei compreensão, amizade e disposição política construtiva por parte de todos os companheiros de partido.

De fato, Sr. Presidente, nestes anos difíceis de reinstitucionalização democrática, o Senado da República soube ser um fórum mais racional e, apesar das paixões, mais aberto ao diálogo do que outras arenas decisórias.

Nossas diferenças, internas ao PMDB e entre os partidos, que são numerosas, nunca impediram o debate civilizado. Prova disto são os discursos pronunciados e os debates que aqui se travaram sobre o melhor sistema de governo para o Brasil, parlamentarismo ou presidencialismo.

Não posso queixar-me sequer do apoio de minha Bancada para as teses que pessoalmente defendi nos pontos politicamente mais controvridos do debate constitucional: os senadores do PMDB votaram majoritariamente a favor das eleições presidenciais este ano e do parlamentarismo.

Espero ter sabido separar os interesses partidários das minhas convicções políticas pessoais,

las quais me batí doutrinariamente no Senado, desde o discurso que pronunciei em maio do ano passado, e lutei politicamente na Assembléia Nacional Constituinte. Compus as comissões, indicando os senadores segundo suas aptidões, seus interesses e o equilíbrio necessário para que um grupo não esmagasse o outro.

Mesmo na tão árdua e injustamente criticada e vilipendiada comissão dita "da corrupção", quando interrei foi para defender a dignidade da Casa ou para dizer uma palavra de moderação.

Se procurei exercer a Liderança com equilíbrio, não foi por isto apenas, que não é mais do que a obrigação do Líder, que recebi sustentação da Bancada. Ela veio da compreensão que todos têm das dificuldades do momento. A todos sou grato e reitero, neste momento em que me desligo do PMDB, meu reconhecimento e a certeza de que, noutro rumo partidário, continuarei tão próximo dos senadores como sempre estive.

Estendo estes agradecimentos às demais Bancadas partidárias. Nosso convívio tem sido ameno, apesar das divergências. Os Líderes dos demais partidos, especialmente o Senador Passarinho, do PDS e o ex-Líder Carlos Chiarelli, do PFL, com os quais lidei mais de perto, contribuíram decisivamente para que tivéssemos o clima do debate democrático, com respeito recíproco e firmeza nos propósitos, coincidentes ou divergentes.

Da mesma forma, Sr. Presidente, agradeço a V. Exª as atenções contínuas, que só não me surpreenderam porque a estima e o apreço vem de longa data. Estendo à Mesa e a seus valiosíssimos funcionários estas palavras de louvor e agradecimento.

Assim, Srs. Senadores, não posso sequer dizer, neste centenário de Fernando Pessoa, como disse o poeta:

"Ah! a frescura das manhãs em que se chega e a palidez das manhãs em que se parte."

Eu parto, sim, mas voltando ao mesmo cais da nossa convivência. Por isto suspenso a lágrima da partida pelo consolo de não ter de abrigar no coração a melancolia dos que se vão a outras plagas, que fez o mesmo poeta dizer:

"Ah! Todo cais é uma saudade de pedra!"

Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixo a Liderança e anuncio hoje meu desligamento do PMDB. Fiz o que pude ao longo da última década para consolidar este Partido. Anos antes, no início da década de 70, quando poucos intelectuais, dentre os cassados e os exilados, dentre os presos e torturados, viam a possibilidade da reconstrução democrática através das lutas político-eleitorais capitaneadas pelo MDB e pelas facções que nele se incrustaram, eu me joguei de corpo e alma nesta aposta política e partidária.

Não me arrependo. De 1974 a esta parte, em quase todos os documentos, discursos fundamentais, programas de campanha e plataformas partidárias do MDB e do PMDB existe alguma contribuição minha. No Partido, aprendi a fazer política. Candidatei-me, perdi e ganhei. A pele tornou-se couro mais resistente à crítica e ao ataque, mais apta à luta.

No Partido tenho amigos e companheiros. Alguns partem agora para novos caminhos. Outros

ficam. Partindo ou ficando, o meu julgamento e apreço não se alteram. A começar pelo que sinto pelo maior de todos nós, políticos desta quadra, o Dr. Ulysses Guimarães. Foi por intermédio dele (na época acompanhado sempre por João Pacheco Chaves) que passei a militar no MDB, com forte incentivo do hoje Governador Pedro Simón.

Para mim, Srs. Senadores, o Dr. Ulysses é símbolo da resistência. Continua sendo o "Sr. Diretas", é o Patriarca da Constituinte de 88; não lhe faço reparos de ordem pessoal e costume, não criticar em público suas ações políticas. Quando dele discordo — e hoje dirijo —, não o faço com acrimônia. E se o crítico, é com o respeito que se deve ao grande homem. Lamento, e muito, que os fados hajam-no obrigado a viver este drama grego. Cumprirá, eu sei, o seu papel. Papel ingrato de quem se transformou em pira de seu próprio Partido para permitir, no ver dele, que a transição democrática se processe.

Se hoje deixo o PMDB não é, portanto, por motivos pessoais, tampouco por dificuldades de relacionamento com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República. A crítica que faço, às vezes contundente, não é ao ser humano cordial, mas ao político tradicional que não soube ver o papel que a História lhe reservava. Empenhou-se em disputar, dia-a-dia, a rotina, quando basta-vala a superioridade da convicção na obra da redemocratização — eleições com termômetro e Constituição como marco — para fazer dele objeto de reconhecimento de todos.

Nem pensem, Srs. Senadores, que as farpas da Província, em má hora entregue a comando mediocre, seriam suficientes para motivar-me ao risco de outro Partido. Conta tão pouco para mim o pequeno jogo do poder e de interesses locais, diante da tarefa maior de institucionalizar a Democracia, que passaria batido por estes dois anos e pouco de ostracismo regional, curtos em comparação com o mandato que o povo de São Paulo me conferiu.

Deixo o PMDB e marcho para outro Partido, porque estou convencido de que tanto as aspirações populares quanto o próprio clima de liberdade hoje existente (para cuja construção o PMDB foi indispensável) requerem Partidos com maior nitidez e propósitos.

Explique-me, Srs. Senadores. Fui eu quem cunhou a expressão "partido omnibus", partido de todos, para justificar o PMDB como um "Partido-Frente". Não reside aí a dificuldade.

Ocorre, entretanto, que o grande objetivo da Frente Partidária à que, repito, me orgulho de ter pertencido, que foi o PMDB, esgotou-se. A Democracia está aí, com suas imperfeições, mas aí está; a Constituição foi escrita por nós, não só peemedebistas, não só os "progressistas", mas por nós, Constituintes. Para elas o PMDB foi alavanca.

Agora, entretanto, é preciso governar democraticamente, ter rumos na área econômica, na área social e no plano institucional. O PMDB não foi capaz de refazer seus objetivos. Por motivos que não cabe discutir hoje, neste processo lento de democratização, o Molotov estatal trouxe o Partido. Os interesses administrativos, as conexões econômicas e os interesses eleitorais minaram o PMDB, tornando-o, cada vez mais, o grande cartório cujo

carimbo é condição indispensável para o exercício do poder.

Ora, dirão, política é isto mesmo. Talvez. Mas só é apenas isto para os que desejam o poder para manter, para conservar. A seiva do MDB, do PMDB, dos ditos "históricos", dos "progressistas", sempre foi outra: política para mudar. Eu próprio cunhei desta tribuna o movimento que depois desembocou na eleição de Tancredo pelo Colégio Eleitoral como "mudancista". Disse, logo após a derrota da Ermenda Dante de Oliveira, que dali por diante só havia os que tudo queriam manter e os "mudancistas", abrindo espaço assim para a formação da Aliança Democrática.

Pois bem, hoje, dentro e nos arredores do PMDB, a conexão fundamental deixou de ser com a mudança das instituições. Pode até ser com a mudança de personagens (e nem isso, pois pouco a pouco os homens do passado se travestiram nos democratas do presente). Mas o compromisso do PMDB deixou de ser com a mudança no modo de fazer política, com a inovação nos objetivos das políticas públicas, tanto na área social como na econômica e com a reforma das instituições.

Ao lado disso, o que em nosso jargão voltou a chamar-se de "fisiologia" — do clientelismo até à corrupção — sofreu uma recidiva. A cultura clientelística tradicional e com ela a corrupção — da pequena à grande — modernizaram-se e robusteceram-se.

O PMDB, ao invés de ser o dique contra esta inundação, passou a ser o canal de acesso às regalias. Sei que não são todos, talvez seja mesmo a minoria. Mas a maioria ficou impotente diante do controle que estas forças exercem no Estado e, por intermédio dele, no Partido.

Hoje, é doloroso reconhecer, o PMDB está-se transformando num grande Partido Republicano, da República Velha, com uma cara diferente em cada Estado, conforme o rosto de seus governadores. Partido dos governadores, sobre os quais o Presidente da República exerce a "chefia natural", como dizia Campos Salles, e que deveriam ser sustentados pelo Presidente e, reciprocamente, sustentá-lo.

O Presidente do Partido, na ausência de uma estrutura partidária real que conecte a militância com os órgãos decisórios, tem enorme poder, mas só aparente: deve, em movimento pendular, oscilar conforme as posições dos governadores, os quais, por sua vez, influenciam decisivamente suas Bancadas.

Será isto a "modernização" da política? Será que neste contexto a sociedade pode sentir-se "representada" pelos Partidos e pelas Bancadas? Ou o povo vê apenas as políticas do Executivo como antipopulares e ineficazes? Junto com a crítica ao Governo o povo olha "os políticos" com o desprezo de quem pensa que todos estão "comendo no mesmo cocho" e são co-responsáveis por tudo que aí está.

Desligo-me do PMDB, reconhecendo seus méritos, respeitando seus militantes, reconhecendo que nele há um numeroso grupo (que inclui alguns governadores) disposto a travar "a última batalha" — por cuja vitória torço. Desligo-me pela convicção que formei de que as raízes das deficiências do Partido são estruturais.

O PMDB, infelizmente, foi tragado pela cultura política tradicional que fora reforçada pelos regi-

mes autoritários. Isto não quer dizer que ele não tenha chances de ganhar eleições. Tem-nas e muitas. Mas quer dizer que, na minha visão, ao ganhá-las, reforçará a ordem conservadora-arcaica.

Tomara que eu esteja errado no diagnóstico. Mas, tendo-o feito, não posso permanecer no Partido e contribuir, com o meu empenho, para reforçar uma ordem de coisas contra a qual sempre lutei.

Respeito os companheiros que têm uma visão diferente do processo político e da conjuntura. Continuaremos juntos nas causas do País. Não sou intransigente: saberei penitenciar-me se o diagnóstico estiver errado.

O Sr. Mário Maia — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pois não, nobre Senador Mário Maia.

O Sr. Mário Maia — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, não me alegro ao vê-lo sair do PMDB, mas conforta-me sabê-lo convencido, hoje, daquilo de que me convenci há mais de um ano, ou, mais exatamente, quando, no dia 14 de março de 1986, através de um manifesto ao povo acreano, desligava-me do PMDB. Não saí com mágoa desse grande Partido. Saí até com saudade, porque deixava nele muito do meu trabalho, muito do meu esforço, conjugado com outros companheiros como V. Ex^e, Mário Covas, Ulysses Guimarães, Paulo Macarini, Ruy Lino, do meu Estado, e tantos outros, que, nas épocas amargas e nas noites caliginosas da ditadura, resistimos para chegar ao porto em que hoje pretendemos ancorar a nossa nau. Hoje, não apenas V. Ex^e, como outros ilustres Líderes, como o Deputado Pimenta da Veiga, de Minas Gerais, como o Senador José Richa, do Paraná, como o Senador Mário Covas, de São Paulo, e inúmeros Líderes de vários Estados do Brasil, estão a deixar essa nau ou a abandonar esse edifício que, com tanto sacrifício, construímos ao longo de décadas na resistência democrática. Franco Montoro e tantos outros que lutaram estão a abandonar a nau ou a deixar o edifício que construímos. Por quê? A nau não tem mais aquela bandeira que levantamos ao sopro dos ventos das esperanças de dias melhores para este Brasil. Nem o edifício abriga mais aquelas idéias que embalaram nossos corações, na esperança de melhores dias para o nosso País. Os mares tornaram-se tormentosos e a habitação do edifício tornou-se tão heterogênea que as nossas maneiras de agir e de trabalhar pela democracia em nosso País não cabem mais nessas dependências. Portanto, me congratulo com V. Ex^e, embora lidando em Partido diferente, que considero, no meu entendimento, ser uma frente avançada daquele PMDB que sempre defendemos, o PDT de hoje em dia. Eu me congratulo com V. Ex^e. Estou solidário com V. Ex^e e com todos aqueles que têm a coragem de começar tudo de novo, de levantar, sacudir a poeira, dar a volta por cima e começar a reconstruir os caminhos de um novo Partido, porque V. Ex^e, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, como os têm a coragem de sair do PMDB para formarem um novo Partido pertencem àqueles homens na linha dos quais nos perfiliamos, que são aqueles que não são ganhadores nem perdedores, são lutadores.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

SO — Sou eu quem agradece a V. Ex^e, Senador Mário Maia. E V. Ex^e bem o sabe, no momento em que deixou o PMDB, também, aqui, neste Plenário, a mim me coube fazer uma manifestação...

O Sr. Mário Maia — É verdade.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

SO — ... não de alegria, porque queria tê-lo conhecido, mas de compreensão. O comportamento de V. Ex^e neste plenário tem sido sempre o mesmo, absolutamente coerente, fiel àquilo que crê, um lutador. Eu que me inspiro em V. Ex^e.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

SO — Nobre Senador Jarbas Passarinho, com gosto.

O Sr. Jarbas Passarinho — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, preliminarmente eu gostaria de testemunhar, como Líder de um pequeno Partido de Oposição ou, pelo menos por definição, teoricamente um Partido de Oposição, a perfeita articulação que tivemos durante o tempo em que V. Ex^e foi, como até agora, o Líder da Maioria, no caso o PMDB. Não sei o que mais salientar na figura de V. Ex^e se o Líder, se a lancheira do trato insuperável ou se a firmeza com que cumpria rigorosamente os compromissos que assumia. Tive o privilégio neste Senado de travar contato e debater com ilustres Líderes, então na Oposição e eu no Governo — esse Governo que recebe sistematicamente aqui referências como, por exemplo, "as noites caliginosas", a que se referiu o meu ilustre colega do Acre, e sempre assumi minhas posições. Vi desfilar aqui, nesta cadeira da Oposição, Líderes que travaram comigo debates que ficaram históricos na Casa, desde Nelson Carneiro, quando era apenas um dos sete Representantes do MDB no Senado da República, até Amaral Peixoto, que posteriormente veio a ser Presidente do meu Partido; Franco Montoro que nos honra hoje com sua presença, que era um Líder extremamente agitado, por vezes, e temporizador, outras vezes, fazendo o equilíbrio de uma figura exponencial da política brasileira; Marcos Freire, a que me refiro com grande saudade; é, finalmente, Paulo Brossard, que foram os Líderes que enfrentei aqui na Casa. Já Presidente, era Líder do PMDB o hoje nosso Presidente Humberto Lucena. Aí, no caso, pelas obrigações de Presidente, eu me via impedido, sequer, de sorrir ou de mostrar desagrado em relação aos ataques da Oposição. Então, há uma tradição neste Senado, que reencontro quatro anos depois de estar fora dele, e essa tradição V. Ex^e a fortaleceu: é fazer com que as nossas divergências de natureza doutrinária e partidária não afetem o relacionamento que aqui, no Senado, sempre se fez entre as pessoas, um relacionamento civilizado e, no meu entender, altamente louvável. O que me impressiona no momento em que V. Ex^e deixa a liderança do PMDB, e deixa, também, o Partido, é ver que isto se tem sucedido com freqüência cada vez mais notada. Para mim não é surpresa. V. Ex^e definiu o Partido como o Partido omnibus, e eu definia sempre como uma frente partidária e que, como certo documento da Igreja Católica, de uma área da Igreja Católica, aí por altura de

1981, dizia que se tratava de um umbrella debaixo da qual estavam desde os camponeses até os exploradores dos camponeses. O documento não é meu, é da Igreja. Vi, porém, que o PMDB recebeu uma sucessão de adesões que me surpreendeu, em parte, porque eu já deveria estar com aquele conselho de um grande político que diz que "em política nós só nos surpreendemos de nos surpreender". A partir daí ainda consegui me surpreender. E verifico, por exemplo, que V. Ex^e deixa o Partido, essa brilhante Deputada, que é Moema São Tiago, deixa o seu Partido, o PDT, no qual foi se abrigar o Senador Mário Maia, então, o que sentimos — espanta-me isso — é praticamente a falência dos partidos. Quando se analisa a questão, como V. Ex^e analisou, primorosamente, do ângulo do cientista político que V. Ex^e é, acima do sociólogo, se me permite, o que se verifica, exatamente, é que os partidos não traduzem, hoje, para os seus militantes, que são militantes por doutrina, não traduzem, repito, o ideal que é buscado por estes mesmos militantes. Então, hoje, o que se verifica aqui, praticamente, é que nós estamos com inúmeras legendas mas poucas, talvez, com uma consistência doutrinária ou ideológica. E o discurso de V. Ex^e que é feito como um canto do cisne, exatamente nesse instante, em que se permitiu, inclusive, conjugar a poesia com a sociologia e a ciência política, e foi buscar nosso amor, agora declarado, pelo maior poeta da Língua Portuguesa que é Fernando Pessoa, neste momento, o discurso de V. Ex^e traduz, para mim, exatamente isto. Perco o companheiro, com o qual não tive a oportunidade de debater porque era mais oposicionista do que eu. Perco o companheiro com o qual, entretanto, mantive o melhor relacionamento nos momentos em que, no interesse público, nós nos conjugávamos para pedir as necessárias. Bastava que o meu pequeno Partido se associasse ao seu grande Partido para que tivéssemos 2/3 da Casa. E parece que nunca faltou a V. Ex^e o meu apoio quando necessário. Agradeço a referência que V. Ex^e nos fez, particularmente a mim, e, se me permite a expressão, consagrada pelo lugar comum, desejo-lhe, do fundo do coração, que V. Ex^e se encontre no novo Partido com os pensamentos e a doutrina que sempre dominaram a vida política de V. Ex^e.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

SO — Muito obrigado, nobre Senador Jarbas Passarinho.

O deixo registrado, neste discurso de despedida da Liderança de minha Bancada, com respeito ao nobre Senador Jarbas Passarinho, meu sentimento de fraternidade e de admiração.

Quando cheguei ao Senado, não conhecia o nobre Senador Jarbas Passarinho, senão mui fugazmente. Uma vez, corremos juntos para defender um Prêmio Nobel da Paz que estava sendo preso em São Paulo. Se bem recordo, o Sr. Esquivel, da Argentina. Então, conheci S. Ex^e nessas circunstâncias e sempre muito de passagem. Lia os artigos do Senador Jarbas Passarinho, vez por outra, e, naturalmente, sentia-me irritado com os artigos de S. Ex^e, que é um polemista brilhante. No entanto, tinha por S. Ex^e o respeito intelectual a distância. Quando aqui cheguei, tinha muito boas referências da convivência com o Senador Jarbas Passarinho, feitas pelo Governador Franco Montoro, que me disse, logo que vim para cá,

que era uma figura com a qual eu deveria buscar aproximação, porque era um homem que tinha espírito público. Sabem os Senadores das dificuldades que há, para quem não pertence à vida política partidária, ao Parlamento, sobre a questão das aproximações e dos julgamentos feitos a distância por pessoas que tinham posições políticas tão marcadamente diferentes. Quando cheguei ao Senado, recebi uma carta do Senador Passarinho — por razões que não vêm ao caso dimensionar — e fiquei em pânico, porque havia, involuntariamente, tocado na sensibilidade do Senador Passarinho, talvez a partir de uma suposição feita por S. Ex^a de que eu estaria julgando-o mal. Apressei-me em desfazer o equívoco. Foi o único equívoco, desde então, que tivemos. Hoje, estamos até com o terno da mesma cor — não sei se isto prenuncia alguma coisa —, a minha gravata, entretanto, é vermelha e a do Senador é marrom. Com essas nuances e com as referências feitas pelo Senador Passarinho à questão das doutrinas partidárias, necessidade do repositionamento, fica aberto um diálogo, um diálogo em que o terno é o mesmo, as gravatas ainda são diferentes, mas há tempo.

O Sr. Jarbas Passarinho — O próprio vermelho de V. Ex^a é um pouco esmaecido. (Risos.)

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — É verdade. O vermelho que aqui tenho é mais pink do que vermelho. De modo que vê V. Ex^a que transformar o seu marrom nesse vermelho-pink é uma questão de espírito público. V. Ex^a terá sempre o diálogo conosco, o mais aberto, não só pessoal como politicamente. Aprendi muito nessa convivência e agradeço a V. Ex^a o aparte!

O Sr. José Fogaça — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Ouço V. Ex^a.

O Sr. José Fogaça — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, apenas para fazer o registro do sentimento de honra e de orgulho que tive ao servir ao PMDB e ao servir à Bancada do meu Partido na condição de Vice-Líder sob o comando de V. Ex^a. Recebi um conjunto de tarefas das quais procurei desincumbir-me. A convivência, a participação constante, a quase intimidade das nossas relações políticas me fizeram aprofundar a admiração que sempre nutri pela postura política de V. Ex^a, admiração esta que se solidificou nos inícios dos anos 70, quando V. Ex^a, como sociólogo, dirigia-se de São Paulo ao Rio Grande do Sul para analisar o processo político debaixo do regime autoritário que vivíamos então no País. No pronunciamento que faz hoje, V. Ex^a lavra uma das mais belas e marcantes peças oratórias e uma das mais rigorosas e profundas análises políticas que esta Casa teve oportunidade de conhecer. No momento em que homens como V. Ex^a, como o ex-Governador Franco Montoro, que hoje nos dá a honra de sua presença neste plenário, homens como o Senador Mário Covas, como o Senador José Richa, como Euclides Scalco e outros tantos de tão grande valor, saem do PMDB, não podemos tecer em torno da questão considerações ligeiras e superficiais. Há, em torno dessas atitudes, causas mais profundas que possivelmente hoje, em meio à contundência dos fatos,

ainda não saibamos examinar com precisão, com exatidão. Como peemedebista, devo reconhecer que não são apenas as questões regionais e não são apenas as questões conjunturais que levam homens de tão ilustre nomeada, que levam políticos com raízes tão profundas na vida brasileira a tomarem uma atitude tão desvanecida, tão corajosa e tão ousada neste momento. É verdade — e aqueles que ficam também reconhecem —, o nosso Partido, o PMDB, sofre de uma grave enfermidade. E tanto quanto V. Ex^a, nós, que permanecemos, reconhecemos que essa doença existe. A doença, a enfermidade não é talvez apenas a imensa heterogeneidade dos nossos quadros, não é apenas a enorme diversificação social, o imenso espectro representativo do PMDB de hoje. Sem dúvida nenhuma, a heterogeneidade é inédita na história dos povos e dos partidos políticos, mas quando tal heterogeneidade é administrada por um Partido no sentido negativo do imobilismo e da passividade, realmente essa heterogeneidade serve ao fisiologismo, ao clientelismo e a uma ordem arcaica conservadora. Acreditamos ainda, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, é possível travar lutas e batalhas dentro do PMDB, para fazer com que essa heterogeneidade possa ter outro vetor, porque, quando essa complexão abrangente e ampla é administrada como um vetor para os avanços, como uma forma dinâmica de entender as diferenças, pode produzir mudanças e pode compreender a modernidade. É nisto que ainda acreditamos e é por isto que ainda lutamos dentro do PMDB. A saída de V. Ex^a é uma perda enorme para aqueles que acreditam no que eu acredito dentro do PMDB. Estamos sofrendo um prejuízo — digo sem medo de errar — irreparável, mas espero, e procuro expressar um sentimento patriótico, que pelo menos a saída de V. Ex^a representa um ganho para o País, um ganho para a Nação, um ganho — quem sabe — para o futuro. Servindo sob a Liderança de V. Ex^a, tive a oportunidade de testemunhar o patriotismo e o desvanecimento com que V. Ex^a se dedica à causa pública. O PMDB perde. Espero que o País ganhe.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Nobre Senador José Fogaça, mais uma vez — já o fiz perante a Bancada, e agora o faço perante o Senado — agradeço a V. Ex^a a colaboração que prestou ao PMDB e à Liderança do PMDB no Senado.

O Senador José Fogaça não foi o único, mas todas as vezes que precisei, S. Ex^a desempenhou da melhor maneira possível. Todos fomos testemunhas, semanas passadas, do desempenho do Senador José Fogaça na questão das eleições municipais. Todas as vezes em que foi necessário, contei com o Senador José Fogaça. Desempenhou-se na Constituinte com absoluta dedicação, na posição difícil de Relator-Adjunto, tendo que assumir freqüentemente posições que não são as mais fáceis, perante o Plenário da Constituinte. E S. Ex^a as assumiu, como sempre as assume.

É um político novo, não no sentido da idade — também o é, e nos dá inveja —, é um político novo no sentido da modernidade. É um homem que sabe — e acabou de repetir aqui — que os partidos se agilizam e respondem às demandas, não só da sociedade como da sua militância e, às vezes, até das suas lideranças, posto que o PMDB, muitas vezes, nem às Lideranças

obedece, nos esforços de agilização, ou os partidos se estiolam. O Senhor José Fogaça tem feito o possível e o impossível para que o PMDB não se estiole. Foi S. Ex^a o primeiro proponente — faz muito tempo, mais de ano — de uma convenção, para que internamente pudéssemos passar a limpo o que queríamos. As táticas usadas de se postergar, de não se discutir, de deixar que as coisas minem por baixo da terra, depois, por algum veio, possam escapar, essas táticas acabaram por ruir a consistência do PMDB na sua vida interna.

Não é questão para trazer ao Senado o debate do PMDB, mas, na última reunião da Executiva, e aqui há testemunhas, fiz um apelo, o mais punhante possível, para que não adiássemos a convenção. Pedi, usando a expressão "SOS", para que a convenção fosse realizada na data aprazada, porque isso daria margem à possibilidade de uma luta interna e permitiria que alguns militantes continuassem no Partido. Não fomos atendidos. O Senador José Fogaça nunca teve respostas para as demandas que fez de modernização do PMDB. S. Ex^a está continuando nessa luta interna e torço de todo o coração para que ganhe. De todo o coração. Já disse aqui que não sou intransigente; apenas não creio, mas torço. Tenho a certeza de que o Senador José Fogaça continuará junto comigo na luta pelas causas do País, e tenho a esperança de que esse estar junto vai significar algo mais do que um estar junto em função de um objetivo, de que esse estar junto possa mais tarde ser um estarmos lado a lado militando de novo e — quem sabe — dessa vez, eu militando como seu Vice-Líder.

O Sr. Carlos Chiarelli — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Carlos Chiarelli.

O Sr. Carlos Chiarelli — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, é com emoção que apartei V. Ex^a, quando faz pronunciamento tão significativo na história desta Casa. Faço-o, inclusive, num depoimento pessoal, de quem teve a felicidade e a ventura de compartilhar tarefas de liderança partidária. Éramos três Líderes, dos quais sobrevive o Senador Jarbas Passarinho, no decurso histórico dos fatos, e, ao lado de destacar, ressalto que V. Ex^a trouxe para esta Casa o brilho do intelectual consagrado, trouxe a universalidade para dentro dos debates da política parlamentar, trouxe o antecedente da pesquisa, que o fez consagrado em qualquer latitude, em qualquer idioma, para a prática do dia-a-dia do debate político, e, por isso, elevou o debate político, e, por isso, foi um elemento fundamental para que o nível das discussões e dos enfoques se colocasse num patamar onde se pudesse divisar um horizonte mais largo. Este foi permanentemente, eu o digo como testemunha, o objetivo de V. Ex^a e com o testemunho de quem nunca foi seu correligionário, o que me coloca numa posição de isenção bem mais ampla em termos dos comprometimentos grupais. Não posso deixar de referir, ficando apenas na penumbra do aparte, que foi de uma luminosidade ampla o Senador Jarbas Passarinho, que já agradeceu em nome de nós dois, seguramente, sem que tivesse referido, a generosidade de V. Ex^a, no seu discurso, aos entendimen-

mentos que permanentemente mantínhamos. Não posso deixar de ressaltar o fato de que V. Ex^e teve aquela humilde característica dos que têm grandeza por ser o titular da Maioria da Casa. Tanto poderia fazer, tantas coisas poderia decidir na individualidade da sua representação da Bancada, que inclusive, começou esse período, se não me falha a memória, quase que com os dois terços isoladamente — com os dois terços, para ser matematicamente preciso. V. Ex^e nunca se preocupou com esse dado, sempre foi quem teve a iniciativa dos contatos, das gestões, da tentativa do entendimento que não fosse produto da submissão nem da subserviência, nem da concessão que arranhasse a postura, mas que buscasse a linha de uma posição intermediária. Isto me faz, evidentemente, registrar que adversários, sim, fomos, mas que disto nasceu uma profunda sensação de solidariedade, de respeito, de apreço e, por que não dizer, de uma amizade que decorreu fundamentalmente dessa convivência político-parlamentar que tantas vezes arranha amizades antigamente construídas e que, neste caso, gerou amizades que, por ausência e distância, não existiam. Por isto, sem entrar no mérito da manifestação de V. Ex^e, apenas entendendo que nela existe, também o diagnóstico e, mais do que isto, a constatação dessa turbulência revolucionária que atinge as próprias estruturas partidárias. Desse crise dos Partidos, dessa evidente constatação de que alguns desgarraram-se do seu caminho, outros nem chegaram a tê-lo, outros, quem sabe, nunca o tiveram, o certo é que, num momento como este, uma manifestação como a de V. Ex^e nos indica que é preciso resgatar os Partidos Políticos, e que ninguém haverá de fazer uma democracia duradoura, como queremos todos, se os Partidos não tiverem afirmadas, reafirmadas e sedimentadas as suas diretrizes e solidificados os seus alicerces. Acredito nisto e tenho a certeza absoluta de que V. Ex^e, mais do que acreditar, luta por isto, como haverá de lutar, seguramente sem o brilho de V. Ex^e, mas estando sempre pronto a aplaudir pelas iniciativas, iniciativas justas e corretas de quem, junto a essas qualidades, as quais não exalto aqui por cortesia, mas registro por um sentimento veraz, que tem, ao lado disto, a característica fundamental e o traço marcante da idoneidade. Idoneidade não apenas na ação política, mas no homem em si, na sua conceção de atitudes, na dignidade e na postura, o que é muito importante e, no meu modo de ver, fundamental. Meu caro Senador Fernando Henrique Cardoso, nesta hora se impõe estimulá-lo, posto que encerra com Fernando Pessoa, a quem já citara e voltará a citar, segundo se vê no texto. Que continue a navegar, que continue independentemente de serem as águas mansas ou de ser o mar Bravo. Tem V. Ex^e capacidade de timoneiro para tanto e haverá de chegar a portos seguros, sobretudo aos portos das aspirações de V. Ex^e, que haverão de coincidir com as aspirações da própria nacionalidade.

Soubemos compor divergências e conviver, pacífica e respeitosamente, nelas. Tenho absoluta confiança de que V. Ex^e haverá de tirar das suas esperanças de hoje novas realidades, como já ensinava Eduardo Gouthier, e das realidades que haverá de ajudar a construir, nesse sentimento de luta pelo bem comum e pelo bem-estar social,

haveremos de tirar novas esperanças, nesse esforço continuado que, afinal de contas, alimenta a própria razão de ser do homem que as tira, que às vezes conspira e que, sobretudo, se inspira no sentimento maior de fazer do País a Pátria de todos. Seja exitoso, prezado Senador Fernando Henrique Cardoso, e tenha a certeza de que leva, com o meu agradecimento pela oportunidade do convívio solidário, leva sobretudo, o respeito, a estima e um agradecimento renovado, repito, pelas lições que deu de postura, de dignidade, de vida e de ação política.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Nobre Senador Carlos Chiarelli, ao agradecer a generosidade do aparte de V. Ex^e, começo por dizer que, efetivamente, hoje somos amigos. Para mim, foi uma grata convivência. Desde os tempos da Aliança Democrática, nem sempre calmos, muitas vezes cheios de pugnacidade e de desconfianças, entre os nossos Partidos, que eram enormes — não sei se diminuíram —, foi possível estabelecer pontes entre nós. Pontes em função de objetivos que não eram estritamente partidários, ou que não eram sectariamente partidários. Como eu, V. Ex^e nunca foi um sectário em termos partidários, mormente porque entendeu que estamos numa fase de transição e que, nesta fase de transição, ou temos pela frente o interesse público ou, então, essa própria transição é minada pela luta fratricida e pelos pequenos interesses que vêm camuflados como se fossem um grande objetivo nacional.

V. Ex^e nunca se deixou pilhar nessa armadilha é por isto que pudemos entender, para surpresa de muitos companheiros imagino que seus e meus, que acreditavam em um duelo constante, a partir de questões menores. Nunca travamos esse duelo. O duelo que travamos foi em conjunto na Comissão da Dívida, suprapartidário, em função daquilo que nos parecia ser a correção do tratamento do problema da dívida externa do Brasil. E V. Ex^e, como Presidente daquela Comissão, se houve de forma irrepreensível, da maneira mais adequada possível. O que V. Ex^e diz a meu respeito é generosidade, e o que digo a V. Ex^e é o reconhecimento de uma experiência, reconhecimento que torno, mais uma vez, público.

Na questão relativa aos Partidos, que V. Ex^e sabe tão bem quanto eu, e noutro terreno trava uma luta que tem pontos de similitude, todos os Partidos hoje passam por dificuldades — e são normalmente essas dificuldades, anormal é não assumi-las. Ao assumir a dificuldade, ao fazermos opções, não creio que devamos julgar uns aos outros de maneira definitiva. A História dirá que teremos que corrigir o curso de eventuais enganos, de parte a parte. Não se pode é fazer de conta que não estamos numa espécie de terremoto político. Bom terremoto, por que fruto da redemocratização, porque fruto da liberdade. Temos que assumir a liberdade e, ao assumi-la, temos de escolher com mais consciência, porque uns estão de um lado, outros, de outro lado, porque não são só dois lados, o espectro é mais diversificado. V. Ex^e também está passando pela mesma experiência que eu. V. Ex^e terá, também, suas razões de reflexão sobre até que ponto o Partido no qual milita continua sendo um instrumento para levar adiante o processo político brasileiro, ou, quem sabe, já exista no horizonte algum

sinal de modificação. Não quero prejulgá-lo, seria impertinente da minha parte, mas gostaria que continuássemos esse diálogo, não apenas no plenário do Senado, como talvez até mais frutiferamente, nas ruas e nos corredores do Parlamento, para que possamos chegar a definições que não precisam ser as mesmas, mas definições partidárias que permitam agilizar mais o processo democrático.

O Sr. Mauro Borges — V. Ex^e permite um aparte?

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — O Senador Mauro Borges está-me pedindo um aparte.

O Sr. Mauro Benevides — Pois não, aguardo a oportunidade, como seu modesto Vice-Líder.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito obrigado, Senador Mauro Benevides. Tem V. Ex^e o aparte, Senador Mauro Borges.

O Sr. Mauro Borges — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, V. Ex^e lutou na vanguarda de uma força política renovadora que era o PMDB. Deixa a Liderança desse Partido e deixa o próprio Partido, mas, felizmente, não deixa o Senado nem a política. V. Ex^e muda para outra força, uma força política que nasce com um grande ímpeto de luta, uma força política mais homogênea. V. Ex^e e seus Companheiros prestam um grande serviço ao Brasil neste momento, porque têm a coragem de criar um fato novo, de formar uma força política mais livre, desinibida, livre dos compromissos limitadores. Sei que V. Ex^e não vai passar para a retaguarda, vai continuar lutando na frente, na vanguarda dessa nova força que se cria com tantas esperanças o povo brasileiro. Apesar dessa decisão corajosa de deixar a Liderança e o Partido, vamos ter a presença de V. Ex^e aqui, permanentemente. Nós o cumprimentamos pela sua coragem e por esse ato criativo. Meus parabéns.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito obrigado, Senador Mauro Borges.

Ressalto a experiência de vida que tem o Senador Mauro Borges, sempre um lutador, a quem só conheci pessoalmente aqui, no Senado. Da mesma maneira como disse, ao referir-me ao Senador Jarbas Passarinho, ou conhecendo-o de longe ou, neste caso, torcendo ao seu lado, conheço-o de longa data, conheço-o da época da resistência que V. Ex^e em Goiás organizou. Sei do seu comportamento ilibado, durante todos os anos de dificuldades. Respeito e admiro o pai de V. Ex^e, pelas atitudes que também soube sempre ter com relação ao nosso Estado de Goiás. De modo que fico feliz em ouvir V. Ex^e. Também V. Ex^e tomou, em momentos decisivos, posições de risco, e essas posições foram compensadoras, não por vantagens que tenha obtido, e sim por desfrutar da consideração de todos e gozar do respeito de todos, principalmente de ter a tranquilidade de sempre ter seguido aquilo que lhe pareceu o mais correto para o Brasil. As suas palavras me estimulam a continuar na vanguarda da luta.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Ouço o nobre Senador Rachid Saldanha Derzi.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Nobre Líder, vê V. Ex^a, pelas manifestações de todos os Senadores, quão triste estamos em vê-lo renunciar hoje à Liderança do PMDB e anunciar, sobretudo, sua saída desse Partido. V. Ex^a é realmente um dos expoentes máximos do nosso Partido, ao qual deu toda a sua inteligência, a sua cultura, a capacidade de trabalho e, sobretudo, o espírito público no esquerimento e na manutenção do prestígio que o PMDB ainda tem no País. Estamos realmente sentidos com a ausência de V. Ex^a desse Partido. V. Ex^a vai fazer falta. Embora algumas vezes, não concordássemos com seus pontos de vista, sempre respeitamos V. Ex^a pela atitude firme, pelo caráter e pela grandeza demonstrados. V. Ex^a e eu mantivemos o mais cordial contato, e mesmo uma amizade pessoal, pelo respeito e admiração que tenho pela sua inteligência, por sua capacidade de trabalho e, sobretudo, pela sua lealdade. Sempre nos entendemos da melhor maneira possível, e já disse e repito: V. Ex^a é um dos políticos mais futuros da sua geração, não tenho dúvida, e o Brasil verá, em razão de seus méritos e qualidades. Resta-me lamentar que V. Ex^a abandone a Liderança, principalmente nosso Partido, onde V. Ex^a, inegavelmente, vai fazer falta. Entretanto, consolamo-nos, porque V. Ex^a estará aqui conosco, nesta Casa, e aqui continuaremos a manter a nossa amizade, o nosso entendimento, que foi sempre cordial.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Nobre Senador Rachid Saldanha Derzi, as palavras de V. Ex^a, como amigo, não podem ser distinguidas das suas funções como Líder, também, do Governo nesta Casa. Isto me desvanece.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — E foi também, nesta qualidade, nobre Senador, que o apareci.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito obrigado. Isto me desvanece, repito.

Na reunião que tivemos da Bancada do Senado, há pouco, tive oportunidade de dizer que, pessoalmente, me é muito difícil não apenas abandonar o PMDB, pelas razões mais do que comprehensíveis, como, principalmente, a Liderança da Bancada. Não tenho na Bancada do PMDB, senão amigos. Temos várias divergências — não repetirei o exemplo que dei de um companheiro de Bancada, com o qual praticamente não tenho relações mais próximas — e há divergências profundas no modo de ver o Brasil, quando comparado com o modo como o vejo. Não obstante, foi o primeiro companheiro que foi procurar-me para dizer que, se eu fosse candidato à Liderança, votaria em mim, como, aliás, votou, como, aliás todos votaram. De modo que, sabe V. Ex^a que, se me desligo da Bancada, não por razões outras senão a convicção que já externei aqui, a partir da visão que tenho da vida política brasileira. Aqui não encontrei nenhuma dificuldade. Sabe V. Ex^a que, quando há dificuldades, procuramos aplaí-las. V. Ex^a também procura aplaílar essas dificuldades.

Sabe também V. Ex^a que a estima é recíproca e, desde que pisei no Senado, V. Ex^a tem tido um comportamento absolutamente lindo para comigo e, muitas vezes, tem-se posto à frente mesmo para facilitar uma série de desenvolvimentos políticos que poderiam ser mais embarcados para mim.

Foi V. Ex^a a primeira pessoa que insistiu para que eu fosse reeleito Líder, apesar das minhas posições. Foi V. Ex^a quem fez isso. V. Ex^a também sabe que na sua designação para Líder do Governo, encontrou, de nossa parte, o reconhecimento da posição. Juntamente com o Senador Carlos Chiarelli, lhe demos a tribuna, assinando uma carta que lhe permite falar em nome do Governo, mas na condição de Líder da Maioria, para poder ter uma tribuna. Eu o fiz porque acho que V. Ex^a utilizaria esta tribuna para os devidos fins, para a defesa de um Governo que eu criticava e crítico, pois o diálogo é necessário, a controvérsia é necessária, e que V. Ex^a não se utilizaria da posição para obstaculizar minha ação como Líder, coisa que, aliás, nunca o fez.

Fico muito grato a V. Ex^a. Pode ter a certeza que continuaremos convivendo, vamos estar aqui no nosso cotidiano. Sair da Liderança do PMDB não significa, espero, que minha ação no Senado deixe de ser persistente e, quanto possível, construtiva. Espero continuar contando com a colaboração de V. Ex^a em tudo que venha a ser causa pública. Saiba V. Ex^a que, no que venha a ser posição política, vamos freqüentemente travar diálogos, que serão, talvez, contundentes quanto às posições, mas sempre amenos quanto à forma.

O Sr. Mauro Benevides — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pois não, Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, há poucos instantes, antes do início da presente sessão, V. Ex^a reuniu a nossa Bancada e lhe transmitiu formalmente a intenção de deixar a Liderança e os quadros partidários, numa atitude pensada, que já vinha sendo comentada por todos os órgãos da grande imprensa nacional. Nesse ensejo, V. Ex^a recolhia, na manifestação de vários eminentes colegas, o testemunho do nosso apreço, da nossa estima e, sobretudo, do reconhecimento pela atuação equilibrada e clarividente que marcou o seu trabalho à frente da nossa representação nesta Casa do Congresso Nacional. A nós, Vice-Líderes — já falou o Primeiro-Vice-Líder, Senador José Fogaca —, V. Ex^a cometia tarefas, naquela descentralização que caracterizou o seu estilo de comandar e liderar nesta Casa. Todos procurávamos, com senso de responsabilidade, corresponder à sua confiança. Naturalmente, a nível de Comissão, de Plenário e de Congresso Nacional, buscávamos exatamente complementar aquela missão que nos fora delegada pela Liderança da Bancada. Eu me permitiria, neste instante, quando se menciona o seu trabalho como Senador da República, enfatizar um aspecto da maior importância, que transcende os limites desta Casa, para alcançar a Assembléia Nacional Constituinte. Quando V. Ex^a, mal se instalava a Assembléia, recebia desse extraordinário homem público que é o Deputado Ulysses Guimarães o encargo pesadíssimo de es-

truturar o nosso Regimento Interno, concebendo, naquela tessitura magnífica, todo o funcionamento da Constituinte, com as Comissões Técnicas, as Subcomissões, a Comissão de Sistematização e o Plenário decidindo soberanamente em torno dos rumos políticos, econômicos e sociais do País, naquele ensejo V. Ex^a — que já firmara o conceito como homem público, no seu Estado e diante da própria Nação — ganhava um prestígio ainda maior, porque dotara a Assembléia de instrumento que regularia seu funcionamento. Se é certo que em duas oportunidades, em razão de imposição de forças políticas que se conjugaram, em decorrência do momento então vivido, o seu trabalho inicial foi modificado através de duas outras Resoluções, V. Ex^a sabe as razões que ditaram aquelas alterações profundas no Regimento. Mas ficou sempre a marca do seu trabalho, da sua diretriz e o rito regimental, seguidos hoje pela Assembléia Nacional Constituinte, que se inspirou quase toda no seu patriotismo, na sua experiência, na sua clarividência e no seu descortino. Como seu Vice-Líder gostaria de pôr em evidência este aspecto: V. Ex^a foi o grande Senador que comandou uma Bancada majoritária nesta Casa e deixa essa Bancada para se abrigar, certamente, em outra legenda partidária; V. Ex^a, no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte, marcou historicamente sua posição, defendendo teses e oferecendo à Assembléia aquele instrumento que hoje serve de roteiro, de diretriz para os trabalhos da Constituinte. Portanto, minha saudação a V. Ex^a no momento em que se despede do PMDB e de sua Bancada, cercado dessa auréola de prestígio, não apenas de nossa parte, os seus Vice-Líderes, dos seus companheiros de PMDB como de todos os partidos, pelas vozes de seus Representantes que já se ergueram no brilhante discurso que V. Ex^a está proferindo na manhã de hoje.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Senador Mauro Benevides, sabe V. Ex^a do empenho deste Senado em ter um Representante seu na Assembléia Nacional Constituinte, e o Senado soube escolher o seu Representante. V. Ex^a é o Primeiro-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte com o nosso empenho e o nosso aplauso, desempenhando suas funções sempre da maneira mais adequada possível. Disse V. Ex^a que foi possível haver uma descentralização das nossas funções. Infelizmente, neste ano, o Senado não pode funcionar senão acoplado à Assembléia Nacional Constituinte, não fora por isso, e V. Ex^a teria tido muitas oportunidades ainda para mostrar o quanto um Parlamentar, como o Senador Mauro Benevides, é útil ao País. V. Ex^a desempenhou, da maneira mais competente, uma das mais difíceis tarefas que envolviam os Estados da Federação. Recorri a V. Ex^a e o seu êxito foi total.

Eu é que agradeço a V. Ex^a a colaboração que recebi e devo ressaltar outro traço do caráter de V. Ex^a, que ainda hoje se manifestou. Foi V. Ex^a quem veio a este plenário para dizer uma palavra de despedida ao ex-Governador Franco Montoro, que foi seu colega nesta Casa e a quem V. Ex^a serviu quando Governador em São Paulo. V. Ex^a nunca faltou no momento necessário, no momento da palavra de conforto, quando do falecimento do Senador Virgílio Távora, ou de agradecimento ou de despedida. V. Ex^a está sempre presente,

tem sido absolutamente constante na sustentação política dos seus amigos e daqueles em quem V. Ex^a crê que são úteis na política. Agradeço, vivamente, tudo o que fez para que eu pudesse ser Líder do PMDB.

O Sr. Albano Franco — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Ouço, pela ordem, o aparte ao nobre Senador Albano Franco. Em seguida, concederei o aparte ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Albano Franco — Meu Líder Fernando Henrique Cardoso, em nome da Bancada do PMDB de Sergipe no Senado, ou seja, em meu nome pessoal e em nome do Senador Francisco Rollemberg, desejo, aqui e agora, lamentar o que V. Ex^a comunica, oficialmente, na manhã de hoje. Devo dizer a V. Ex^a que fui um dos que mais torceram para que isto não ocorresse. Por uma questão de justiça desejo, nesta hora, dizer que o cidadão e o político Fernando Henrique Cardoso merecem deste que lhe fala o melhor apreço e, principalmente, o melhor julgamento. V. Ex^a é testemunha de ligeiras divergências que possuímos aqui, embora todas as vezes V. Ex^a tivesse a oportunidade de ser um conciliador. Principalmente por ser V. Ex^a um homem íntegro, e por um dever de justiça, também tive a oportunidade de esclarecer perante vários companheiros, empresários meus de todo o País, um julgamento errôneo que tinham, muitas vezes equivocado, do Senador Fernando Henrique Cardoso, mormente em assuntos relacionados com a vida empresarial, com o sistema da livre empresa. V. Ex^a foi um Líder impecável. Todas as vezes em que estiveram em jogo os interesses do meu Estado, junto à Bancada do Senado Federal, V. Ex^a sempre foi solidário conosco. Por isto, nesta hora em que V. Ex^a se despede e recebe a solidariedade não só dos que compõem a Bancada do PMDB no Senado Federal, devo dizer também que V. Ex^a teve a oportunidade de, em maio, fazer o mais importante pronunciamento do Senado no ano de 1987, e V. Ex^a hoje faz outro pronunciamento, um pronunciamento que nos enche de tristeza, porque deixa de liderar nossa Bancada a partir deste momento. Posso assegurar a V. Ex^a que o meu desejo, a partir deste momento, é que Deus guie os passos de V. Ex^a.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Senador Albano Franco, não fiz mais do que a minha obrigação ao emprestar solidariedade aos meus Companheiros de Sergipe, aos quais distingo como pessoas, e junto aos quais sempre fui politicamente solidário, por razões políticas. V. Ex^a tem-me distinguido, bem como o Senador Francisco Rollemberg, de maneira extraordinária.

V. Ex^a, como Presidente da Confederação das Indústrias, várias vezes me convidou para a discussão com os seus colegas empresários, sabe V. Ex^a dos esforços que fizemos para que o Brasil pudesse dar passos firmes no sentido da sua modernização e da justiça social; sabe V. Ex^a as dificuldades que encontramos, as incompreensões que tivemos, mas também sabe, V. Ex^a reconheceu aqui, e sempre o fez, eu cumprir com o que

disse. Eu disse, aos sindicatos patronais e aos sindicatos dos trabalhadores — nunca tive palavras diferentes para os sindicatos — as mesmas palavras e procurei manter linhas de comunicação e de entendimento; também disse que, em certas circunstâncias, eu votaria com o sindicato dos trabalhadores, aos quais devo, em grande parte, as minhas eleições, mas que isso não seria feito ao atropelo do interesse nacional; que isso não seria feito senão dentro do contexto de alguém que acredita na dinâmica da vida econômica brasileira.

Fez V. Ex^a referência a um discurso que aqui pronunciei, no qual procurei sintetizar, efetivamente, o que penso sobre esta matéria. Não é o momento hoje, mas teremos de refletir. Por isso, tenho-me empenhado bastante para que nesse novo Partido haja uma posição clara e firme a respeito da economia brasileira. Temos, efetivamente, que dar um salto para o século XXI, porque não podemos continuar encerrando nossos debates num diálogo de surdos neste século que está acabando, mantendo posições que não são mais consistentes com a dinâmica da vida moderna, no que diz respeito à questão da produção e, principalmente, no que diz respeito à questão das relações de trabalho, na questão do bem-estar, na questão de uma luta consistente pela reforma social.

Como Presidente da Federação das Indústrias, V. Ex^a tem tido um comportamento, não diria surpreendente, e sim muito construtivo. Muitas vezes conta até com a incompreensão de colegas seus, porque, como está V. Ex^a num meio político, sabe que muita coisa do que eles pensam, isolados em suas fábricas em suas federações, não têm correspondência com o sentimento do País. E V. Ex^a sempre procura fazer com que o sentimento do País penetre lá também e, naturalmente, que ele também seja penetrado pelo espírito empresarial.

O quanto pude, procurei retribuir a atitude correta e, mais do que correta, generosa de V. Ex^a — a minha é apenas correta em relação a V. Ex^a —, sem nenhuma generosidade, porque V. Ex^a merece mesmo. Tenho também procurado dar o meu testemunho de qual tem sido a sua ação política.

Srs. Senadores de Sergipe, Sr. Senador Albano Franco, vamos continuar juntos. As causas do Brasil são grandes, estaremos nelas irmãos.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, o Senado houve com muita emoção sua fala nesta manhã. Essa emoção se justifica por muitas razões; algumas razões sentimentais da amizade que V. Ex^a conseguiu gerar em todos nós; razões políticas, razões doutrinárias e, quem sabe, razões filosóficas; tudo pode estar acontecendo agora para arazoar essa emoção com que o Senado se sente tomado no momento em que apartei V. Ex^a. Há muitos modos de servir à democracia e assumir as liberdades. Um dos modos é exatamente ficando no PMDB; outro modo pode ser a saída do PMDB, alçar vôo e fundar uma nova agremiação na qual deponha V. Ex^a toda a sua fé, toda a

sua esperança, todo o seu sonho e todo o seu ideal político ou sua conduta social. Ouvindo o discurso de V. Ex^a, quero deixar bem claro que o mundo político nada perde com sua atitude, posto que, sendo grave, é, no entanto, uma atitude digna, que nos desfalca, evidentemente, mas tem a marca da coragem. Eu não diria, como declarou o Senador Carlos Chiarelli, que V. Ex^a vai singrar os mares de águas mansas ou águas pesadas, revoltas. Para mim isso é muito mais um vôo, porque caracteriza mais a liberdade dos pássaros que já podem voar ou aqueles que se libertam do seu cativeiro e retomam a liberdade. Não sei o que significa para V. Ex^a muito bem a sua saída do PMDB. Louvo, no discurso de V. Ex^a, a preocupação de não fazer críticas pesadas ao seu Partido, aos seus companheiros, aos rumos de sua agremiação. Isso é um cuidado ético que está muito bem contido na personalidade de V. Ex^a. Há os que saem do PMDB, há os que ficam no PMDB. Não há maior ou menor dignidade em sair ou em ficar. É apenas uma questão das liberdades, é uma questão de opção. Como seu Vice-Líder, honrado com a escolha de V. Ex^a, cabe-me apenas agradecer-lhe as deferências que a mim concedeu e desejar que na sua investida política, na realização dos seus sonhos, guarde todas as qualidades com as quais se conduziu e tem-se conduzido aqui, no Senado. A mesma Jhaneza, a mesma delicadeza, a mesma competência, o mesmo conhecimento humanístico, essas qualidades farão de V. Ex^a um vitorioso em outro campo, em outro PMDB, com aqueles que ficam no PMDB e vão fazê-lo crescer para mostrar a V. Ex^a que podemos encontrar-nos mais adiante no mesmo campo, no mesmo terreno, no mesmo ideal. Para aqueles que ficam será um prazer imenso continuar com V. Ex^a aqui, no Senado, muito embora em Partidos diferentes, mas comungando sempre aquele ideal renovador de conduzir a transição democrática, de fazê-la terminar com a nova Constituição, de ver o texto constitucional tão bem prolatado, em pleno vigor e com tudo reinstalado neste País, graças a esta Constituição que é uma obra nossa. Há muitos modos de ser democrata e de fortalecer os Partidos. Um modo de fortalecer os Partidos é ficar nele; outro modo é fazê-los crescer na multiplicação e no aparecimento do pluripartidarismo, que para mim é uma expressão democrática da maior validade. Abraço, com muita emoção, V. Ex^a. Sabe V. Ex^a o quanto o admiro e o quanto o estimo. Com muita mágoa, não o vejo partir, vejo-o mudar de posição, mudar de circunstância. Gostaria de tê-lo sempre em nosso grêmio, em nosso Partido, mas, já que não é possível, o que devemos fazer é augurar a V. Ex^a um destino pleno, com realizações perfeitas, pois o Brasil precisa da sua ousadia e da altura do seu vôo.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, V. Ex^a me conmove e sabe o quanto, nestes meses em que estamos trabalhando juntos, fiquei feliz por tê-lo junto a mim como um dos Vice-Líderes do PMDB.

V. Ex^a fez mais de uma vez referência à ave que parte. Como conheço o gosto de V. Ex^a pelas aves, sei do apreço que tem V. Ex^a por tudo que diz respeito às aves, creio que expressou de coração aberto o seu sentimento, que não é de que

se singre mares encapelados, mas que se busque, se possível, um "céu de brigadeiro". Brigadeiro que não seja desses muitos tormentosos que, de repente, podem cair, mas "céu de brigadeiro" que dê sustentação a um novo Partido.

Disse V. Ex^e — e o fiz não por indústria, mas de coração — que eu não havia feito críticas pesadas ao PMDB. Não é o caso realmente. As opções existem, estamos assumindo caminhos de liberdade, mas não creio que se deva assumi-las destruindo aquilo que permitiu essa liberdade e as opções de cada um têm que ser respeitadas, como disse V. Ex^e, como opções dignas. Muitas vezes são questões regionais importantes que permitem um curso e não outro; outras vezes são convicções, a partir de uma análise distinta. Temos que aprender na democracia a respeitarmos mutuamente. O que digo sobre o PMDB é o que penso realmente sobre o PMDB, e é assim que nos devemos comportar. Repito: torço, mas torço com todo vigor para que esse grande Partido no qual V. Ex^e permanece consiga dar margem a todos os anseios que V. Ex^e aqui expressou e continue sendo, como certamente será, um dos pilares da possibilidade da democracia no Brasil.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Ouço o nobre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Meu caro Líder Fernando Henrique Cardoso, V. Ex^e afirmou desta tribuna que deixa de ser o Líder do PMDB. Estou certo, porém, que V. Ex^e sempre será Líder aqui; pouco importa que amanhã, no Partido em que V. Ex^e ingressa, tenha ou não o bastão de comando. O importante é que V. Ex^e será sempre nesta Casa um Líder pela inteligência, pela cultura, pela cordialidade, pela coerência e pela nobreza de atitudes. Vejo que V. Ex^e deixa de ser Líder de um Partido para ser nesta Casa um Líder.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Nobre Senador Nelson Carneiro, essas afirmações, vindas de quem vem, a partir dos seus sessenta anos de vida política, a partir dessa capacidade que tem V. Ex^e, deixam-nos a todos, de todos os Partidos, absolutamente enlevados. Ao vê-lo na tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, com o ardor de um jovem, lutando pelas teses nas quais acredita, mas lutando com aquela energia, buscando artifícios, fazendo obstrução, tratando de buscar um ou outro argumento, às vezes regimental, de repente citando algo de suspeito, vai à Bíblia, volta para um texto clássico, de repente cita o fragmento de uma expressão popular; vendo V. Ex^e, com a vivacidade que tem, com essa riqueza, esse manancial que hoje constitui o padrão do Parlamentar, vendo V. Ex^e falar o que acabei de ouvir, realmente para mim é algo mais gratificante. Posso somente dizer a V. Ex^e que, sendo Líder ou não, como sempre fiz, Líder formal ou informal, não darei um passo nesta Casa — e sabe V. Ex^e que também fora dela — sem antes consultar-me com V. Ex^e e haurir o que puder da sua experiência, do seu bom senso, da sua integridade, para não errar muito.

O Sr. Leopoldo Peres — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Ouço o nobre Senador Leopoldo Peres.

O Sr. Leopoldo Peres — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, no momento em que V. Ex^e deixa a Liderança da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, para tristeza minha, venho aqui aparteá-lo — diminuir a grandeza do seu discurso com a pobreza do meu aparte —, para dizer-lhe que receio muito quando V. Ex^e sai do PMDB para fundar um novo Partido que, a seu ver, melhor atende às aspirações do povo brasileiro. Receio muito que V. Ex^e caia na frase consagrada do soneto brasileiro: "A felicidade está onde nós a pomos, e nunca a pomos onde nós estamos". Assim, meu nobre Líder, espero que o seu Partido corresponda exatamente ao seu ideário, ao seu idealismo, aos seus sonhos políticos, já que nós do PMDB não pudemos dar-lhe essa correspondência. Estou certo de que, ainda que V. Ex^e venha a descobrir uma coisa que os que já se aproximaram dos anos maiores, como eu, já descobriram, que a vida não passa de uma grosseira paródia do ideal, mas que, assim mesmo, é preciso vivê-la, e vivê-la através dos seus sonhos e das nossas lutas, espero que V. Ex^e, mesmo que descubra isto, sinta dentro de si, do seu coração, do seu espírito e da sua inteligência, a força necessária para saber que, acima de tudo, V. Ex^e é um homem público exponencial e que por isso, merece o respeito deste País, dos seus companheiros, dos seus correligionários e até dos seus adversários.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Nobre Senador Leopoldo Peres, agradeço a V. Ex^e as expressões e a advertência carinhosa. Tenho a certeza de que, se dificuldades vier a ter, encontrarei sempre em V. Ex^e um Companheiro que aplaunará, o possível, caso os meus sonhos começem a se desfazer, para que eu encontre outros modos, outras possibilidades de continuar soñhando. V. Ex^e vem do Amazonas, onde os sonhos são sempre grandiosos, e V. Ex^e também sabe que descendendo da Amazônia e que, por isto, muitas vezes também me deixo embalar por sonhos que podem não ter correspondência na realidade. Agradeço a permanente colaboração recebida de V. Ex^e.

Se não formos capazes de sonhar, não seremos capazes de mudar nada. Às vezes está-se muito firme. Hoje precisamos sonhar que as mudanças virão de vários caminhos, através de várias alternativas, mas é preciso guardar certo impulso, até de realismo, para que a política não se transforme simplesmente numa tessitura do cotidiano.

Como V. Ex^e já expressou tão brilhantemente as suas preocupações, sei que também sonha, e também nos seus sonhos poderá imaginar que o futuro será venturoso e que vamos estar talvez sonhando em momentos diferentes, mas vamos estar todos tratando de mudar o Brasil.

O Sr. Divaldo Suruagy — Permite V. Ex^e um aparte?

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite V. Ex^e um aparte, nobre líder?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pois não, Senador, mas antes gostaria de concebê-lo ao Senador Divaldo Suruagy, que já o pediu há algum tempo.

O Sr. Divaldo Suruagy — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, ao contrário de muitos, não concordo que a afirmação de que os Partidos políticos estejam sofrendo um processo de desagregação, penso que estão sofrendo um processo de arrumação. A Assembléia Nacional Constituinte, que não nasceu por uma consequência da ruptura da sociedade brasileira, fatalmente traria, ao seu término ou durante a execução dos seus trabalhos, uma nova realidade político-partidária. V. Ex^e é um desses políticos privilegiados que alia uma sólida cultura humanística a um espírito público, a uma retidão de caráter; V. Ex^e é um exemplo para todos nós. Orgulho-me de ser Colega de V. Ex^e nesta Casa.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito obrigado, nobre Senador Divaldo Suruagy. Saiba V. Ex^e, que também pertinho desse ponto de vista, de que está havendo uma arrumação, e essa arrumação é necessária. Há momentos em que é preciso rearrumar, rearranjar, e isso pode ser proveitoso para todos.

Meu desligamento, junto com o de outros Companheiros — o ex-Governador Franco Montoro, que tem sido também um homem de atitudes muito claras na sua vida pública; o Senador Mário Covas; o Senador José Richa, e tantos outros que não quero antecipar, porque não me cabe — meu desligamento do PMDB — provoca uma reação não negativa, mas positiva. E assim que os Companheiros do PMDB devem entender, até para a própria luta de muitos deles, desde que tenhamos uma posição correta, desde que não estejamos aqui a jogar pedras uns nos outros, mas que estejamos, isto sim, a nos entender.

Ontem — já está nos jornais, direi de público — foi um dia feliz para mim, porque recebi a visita do Senador Afonso Arinos, o nosso decano da Constituinte, e que veio com aquele impulso de juventude dizer que estaria vendo com simpatia o novo Partido, especialmente porque é parlamentarista e que iria discutir dentro do seu Partido, para ver se tinha condições de assumir uma opção nova. Por que o faz? Porque tem a mesma compreensão de que chegou a hora de uma rearrumação. Nesta rearrumação cada um de nós porá os móveis onde nos parecer mais conveniente, mas é preciso que rearrumemos a casa. E para rearrumá-la, mesmo quando se está numa casa antiga, como é o nosso caso, o PMDB, sómos mudar um móvel de um lado para outro, tirar uma rede e substituí-la por uma cama ou, quem sabe, nem pensar em cama ou em rede, mas em algo mais dinâmico. É assim que estamos fazendo.

Portanto, Senador, agradeço, mais uma vez a V. Ex^e suas palavras que têm sido constantes de sua parte, de generosidade para comigo. Muito obrigado a V. Ex^e.

O Sr. Afonso Arinos — Permite V. Ex^e um aparte, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Com muito prazer, nobre Senador Afonso Arinos.

O Sr. Afonso Arinos — Em resposta às amáveis palavras de V. Ex^e, sou levado agora realmente a concordar com elas a antecipar aquilo que

eu teria preferido dizer um pouco mais tarde. Eu cumpri a condição que ontem ofereci a V. Ex^a numa reunião que tivemos no seu gabinete; eu me comuniquei com o Senador Marco Maciel, para relatar-lhe a existência daquela reunião e as razões pelas quais eu teria saído dela com o compromisso de assinar — V. Ex^a não levou a este ponto, mas posso adiantar agora — um manifesto de fundação do futuro Partido. Aproveito esta oportunidade apenas para uma pequena ressalva ou indicação muito ligeira, sem nenhuma intenção de influir. Parece-me tenhamos que pensar um pouco sobre o nome desse Partido, porque Partido Democrático Popular, como está sendo nomeado, é muita apelativo no sentido político, mas é uma redundância no sentido filológico, porque **demos**, em grego, quer dizer povo, **populus**, em latim, quer dizer povo. Então, Partido Democrático Popular quer dizer um partido povo-povo, partido popular. Talvez seja um pouco de perfeccionismo do escritor profissional, mas seria um assunto a ser considerado. Quero dizer a V. Ex^a que fico muito grato pela menção pessoal que fez ao meu nome. então, darei, aqui, a explicação. Comuniquei ao Senador Marco Maciel, a quem tenho grande estima, afeto a admiração. Acontece que a Frente Liberal foi um dos meus apoios, pois Nelson Carneiro e eu recebemos votos pela Aliança Popular Democrática no Rio de Janeiro, recebi votos pela Aliança Popular Democrática em todos os Municípios do Estado. Em todo o caso, a distribuição geográfica da preponderância da votação dá indícios claros de que o meu eleitorado foi, principalmente, o da Frente Liberal. O mais velho dos meus netos, que se ocupou de acompanhar as eleições, telefonou-me, um dia, e disse: "Vovô, você é o 'garoto de Ipanema'. Em todos os Municípios que correspondem a Ipanema na cidade do Rio de Janeiro, minha vitória foi muito grande. Então, o desligamento da Frente Liberal, no meu caso, é levado pela fatalidade da opção parlamentarista. Se vai haver um Partido no Congresso que tenha como programa de governo o Parlamentarismo, não posso, absolutamente, sem trair o mandato, as minhas convicções e a minha ação dentro da Constituinte, estar fora dele. É evidente que tenho de passar para ele, sem que isso me tire da perplexidade da pena, da saudade e da afiação que guardo pelo apoio que recebi da Frente Liberal. Dada esta explicação quero também exultar perante V. Ex^a pela circunstância de estarmos, agora, juntos. Devo comunicar ao Senado que o velho historiador tem sempre esta tendência de dizer que as minhas ligações sentimentais com Fernando Henrique Cardoso são muito antigas. Elas vêm dos tempos de Goiás, quando meu avô, no Império, era desembargador Rique Cardoso, ele de uma ascendência ilustre de dignitários. Então, a zona de Paracatu, próxima de Goiás, nos encontra reunidos nesta amizade que tem mais de cem anos.

Isso faz com que esteja eu, hoje, duplamente satisfeito: o eminent Professor, o grande Líder, o grande Mestre de renome internacional de Sociologia, na História da Sociologia, de todas as Ciências Sociais, que é Fernando Henrique Cardoso, vai no novo Partido que vamos integrar ser um dos Líderes, um dos condutores, um dos exemplos, um dos faróis, como o foi no exercício das funções de que hoje se despede com saudade e ternura por todos nós, porém marcando o res-

peito que todos nós mantemos pela sua vida, pela sua pessoa, pelo seu futuro.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito obrigado, Senador Afonso Arinos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, o tempo de V. Ex^a se esgotou e a Presidência pede concluir seu pronunciamento, tão logo seja possível.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Vou concluir. Darei apartes àqueles que já me pediram: Senadores Chagas Rodrigues, Aluízio Bezerra, Ronan Tito, Pompeu do Sousa, Ney Maranhão e João Calmon.

Ouço agora o nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, serei breve. Preciso dizer que o Senado vive hoje um dos seus maiores dias, em que uma vez mais brilha a inteligência, a cultura, a coerência e a honradez de V. Ex^a. Este é um ano de crise, lamentavelmente, como foi de crise o ano de 1968, e espero que o desfecho não seja idêntico àquele. Em 1968 eu tinha também na Câmara, como Líder, um grande paulista, Mário Covas, e estava na ONU, por designação de S. Ex^a, como observador parlamentar. Veio a cassação de Mário Covas e eu, que era identificado com S. Ex^a, logo em janeiro ou fevereiro fui também cassado. Hoje, para mim, é uma satisfação ter também como Líder a figura exponencial de V. Ex^a. E conforta-me saber que, aqui, sempre estive, como liderado de V. Ex^a, completamente identificado com as suas posições e atitudes, de grande significação para o Partido, para o Senado e para a República. Cassado, continuei identificado com os ideais de Mário Covas, e voltamos ao Congresso no mesmo Partido. Eu, que tive a ventura de ter sido identificado com V. Ex^a, enquanto foi Líder, espero, meu nobre e eminent Líder, continuar identificado com as suas idéias e com o seu comportamento, o que será para mim uma grande honra.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito obrigado, Senador Chagas Rodrigues. A brevidade do tempo de que disponho não me permite fazer as considerações extensas que mereceria V. Ex^a. Saiba, Senador Chagas Rodrigues, quem está ansioso para que continuemos juntos sou eu. V. Ex^a sabe que espero, realmente, de todo o coração, continuemos juntos na mesma agremiação partidária.

Senador Aluízio Bezerra, V. Exa. tem o aparte.

O Sr. Aluízio Bezerra — Nobre Líder Senador Fernando Henrique Cardoso, vejo o quadro que temos hoje no Senado, quando V. Ex^a sai do PMDB e da sua Liderança para organizar um novo Partido, como um momento de significado muito grande dentro da vida política brasileira. V. Ex^a foi um dos organizadores do PMDB, como nós outros. E no observar e na maneira de ver de V. Ex^a, concluímos que os Partidos devem ser um instrumento que deve cumprir, segundo deduzo, uma função social, ou seja, um instrumento que deve, eficazmente, contribuir como um canal aberto à participação popular, para lutar pela elevação global das condições de vida do povo brasileiro. Neste instante, na sua observação e análise, vê V. Ex^a que um novo instrumento político, o

Partido que anuncia, teria mais homogeneidade para cumprir a tarefa histórica de maneira mais ágil e dinâmica dentro do contexto da realidade brasileira. Nós outros que estamos no PMDB não deixamos de ter a preocupação de V. Ex^a, no meu caso particular, e falo em meu próprio nome. E quando falo do PMDB, neste instante em que V. Ex^a torna esta atitude, não deixo de ter essas mesmas preocupações. Por isso mesmo lutamos e lutaremos para que, na sua próxima Convenção, o Partido possa ter maior homogeneidade na sua Direção, para melhor cumprir as funções sociais que a sociedade brasileira está a exigir. Por estas razões, vejo que tem V. Ex^a a preocupação do homem público voltado para a universalidade dos problemas nacionais, não se importando com os riscos até pessoais que este gesto político possa acarretar, procurando, em primeiro lugar, fazer o melhor para o desempenho como homem público, o que neste instante, a vida nacional está exigindo de nossos homens públicos. Entendo, como disse, que, dentro do PMDB, a nossa preocupação é a mesma, apenas estamos procurando, de maneira diferenciada trabalhar, dentro do mês este mesmo resultado. Esperamos também pelo mesmo êxito que espera V. Ex^a. Estamos seguros deste êxito também, como disse V. Ex^a há pouco de que dele estaria seguro. Nossa intenção caminha de maneira paralela. Por outro lado, a matemática social soma forças homogêneas, mesmo havendo instrumentos políticos diferentes. Tanto assim que está V. Ex^a num novo Partido e nós dentro do PMDB com outras tantas forças democráticas que atuam neste País, mas com o objetivo de lutar pelas profundas transformações na estrutura econômico-social que tragam como resultado a elevação das condições de vida do nosso povo; elas somam-se, estamos certos, e estaremos juntos nas mesmas lutas pelas transformações, estando V. Ex^a conosco no PMDB ou na outra organização partidária, de conformidade com os próximos passos que a história política brasileira nos reservar, no objetivo de lutarmos pelas transformações que tenham como escopo a melhoria global das condições de vida do nosso povo. Não vejo no gesto de V. Ex^a uma separação, e sim uma mudança de tática; não uma divisão ou um distanciamento dos objetivos pelos quais sempre lutamos juntos e lutaremos sempre com o povo brasileiro, com todas as forças democráticas que, creio, estão a desejar os mesmos objetivos. Estas, as considerações que queria fazer neste momento extraordinário que vivemos no Senado da República, no bojo de uma situação difícil da vida nacional, mas que não temos o medo de uma saída. Venceremos esses problemas agindo inteligentemente e em consonância com as aspirações do povo brasileiro.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito obrigado, Senador Aluízio Bezerra. V. Ex^a sabe que o meu pensamento é o mesmo, já o disse, não preciso reiterá-lo. Sei que V. Ex^a estará sonando, como disse, essa mesma matemática social. Estaremos juntos, embora, quem sabe, até momentaneamente, em caminhos separados.

O Sr. João Calmon — V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pois não, nobre Senador João Calmon.

O Sr. João Calmon — Eminente Líder Fernando Henrique Cardoso, há menos de duas semanas, em uma reunião na casa do Presidente Ulysses Guimarães com os demais Coordenadores de Bancada, tive oportunidade de fazer um apelo, em tom dramático, para que fosse realizado um último esforço, a fim de ser evitada a saída dos eminentes Líderes Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas do nosso Partido. Sou um otimista incurável e creio que não é proibido sonhar. Por isso mesmo, na hora em que V. Ex^a se despede do Senado, como Líder, como fulgurante Líder do nosso Partido nesta Casa, em vez de lhe transmitir um dramático adeus, prefiro dizer-lhe, com o maior otimismo: até logo, Líder Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Senador João Calmon, conheço o otimismo de V. Ex^a e sei também da contínua atenção que me tem dispensado, por vários motivos, que não vêm ao caso rememorar aqui. Eu já sabia da intervenção de V. Ex^a em casa do Presidente Ulysses Guimarães, o que muito me desvaneceu.

Também sou otimista e, como acabei de dizer ao Senador Leopoldo Peres, não posso impedir-me de sonhar. Acredito que o "até logo" que diz V. Ex^a tem duas mãos. Também digo a V. Ex^a: até logo, poderemos estar juntos mais breve do que parece.

O Sr. Pompeu de Sousa — Senador Fernando Henrique Cardoso, permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Pompeu de Sousa — Meu nobre Líder Fernando Henrique Cardoso, muito hesitei em apartá-lo e, vamos dizer, em empanar o brilho do seu grande discurso com a opacidade do meu aparte. Entretanto, verifiquei que V. Ex^a foi saudado de muitas maneiras: como um audaz marinheiro que deixa a ponte de comando de um grande transatlântico por, talvez, a de um batelão. Muito ao sabor dos seus e dos nossos pendores pessoais, V. Ex^a já foi saudado também como um pássaro igualmente audacioso em remígios de águia — eu preferiria dizer de condor, para mais aproxima-lo de outro poeta nosso, o conde-reiro Castro Alves. E porque falei em mar, não poderia deixar de mencionar o pai de todos os poetas da nossa Língua, o nosso Luís Vaz de Camões. V. Ex^a foi saudado e exaltado de todas as maneiras e por todas as correntes políticas aqui presentes. Faltou, entretanto, a voz da minha, da nossa pequenina e inquieta bancada, "a bancada dos sem-partido", de vez que antecipei-me um pouco a V. Ex^a, já me desfiliei do nosso antigo Partido. E já posso chamar assim o nosso antigo Partido, o PMDB, o Partido que derrubou a ditadura e que inicia neste momento uma caminhada para a reconstrução democrática. Nobre Líder Fernando Henrique Cardoso — já o saudei hoje de manhã amistosamente, em caráter particular, como meu sempre Líder —, juntos caminharemos para o novo Partido que o Mestre Afonso Arinos acabou de condenar o nome por pleonasmo. Com pleonasmo ou sem pleonasmo, com o Mestre Afonso Arinos e com V. Ex^a, meu caro amigo Fernando Henrique Cardoso, estou certo, caminharemos juntos para um Partido que com País e que implante uma verdadeira democracia,

onde haja mais justiça, onde o povo seja tratado como povo, onde o povo seja realmente dignificado na sua divindade humana, porque esta é a grande causa pela qual todos lutamos.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito obrigado, Senador Pompeu de Sousa. A juventude e o entusiasmo de V. Ex^a não poderiam faltar juntamente com esse oferecimento de um caminho de esperança que foi feito hoje pelo Senador Afonso Arinos.

Senador Pompeu e Senador Afonso Arinos vão ousar juntos conosco, não sei se num batelão, a história dirá qual será o meio de transporte, mas certamente estamos decididos a fazer a travessia, vamos fazê-la e realmente fico muito feliz em fazê-la junto ao Senador Pompeu de Sousa.

O Sr. Ney Maranhão — V. Ex^a permitiria um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Ouço V. Ex^a, nobre Senador.

O Sr. Ney Maranhão — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, representando o Partido Municipalista Brasileiro no Senado, lembro-me, neste momento, de um grande Líder, à época do Palácio Tiradentes, o Deputado Federal San Tiago Dantas, Ministro do Presidente João Goulart. Tinha posição definida, Parlamentarista convicto, posição avançada, era um Líder que, acima de tudo, via o interesse do Brasil; muitas vezes sacrificando sua carreira política, via só um interesse, a Nação brasileira. Eu comparo V. Ex^a, Senador Fernando Henrique Cardoso, a este grande brasileiro San Tiago Dantas, e encerro o meu aparte, como dizia e diz muito bem o Governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar: o PMDB será desfalcado em seu quadro de um de seus maiores Líderes.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Senador Ney Maranhão, agradeço a V. Ex^a, que me desvanece a comparação. Saiba V. Ex^a se há um político pelo qual eu também de longe nutria grande admiração, este foi San Tiago Dantas, homem de espírito, homem de visão, homem que ousava e que ao deixar a cátedra e jogar-se na política, o fez por convicção. Quantas vezes assumiu posições difíceis, quantas vezes foi incompreendido, e até mesmo recusado pelos seus Pares, sendo de todos o maior na ocasião. E S. Ex^a o fez por convicção. V. Ex^a acertou no alvo ao fazer uma comparação que, sei injusta, mas é generosidade sua. Quero, também, por intermédio de V. Ex^a, transmitir ao Governador Miguel Arraes os meus agradecimentos. Tenho com o Governador Miguel Arraes, de quem podemos eventualmente divergir, uma longa história de lutas no mesmo lado e sei que o Governador Miguel Arraes é um homem que, quando decide, o faz pelo sentimento da rua, pelo sentimento profundo que S. Ex^a tem de sua sintonia com o povo. Por estas mesmas razões, espero que o Governador Miguel Arraes possa juntar-se a nós, para permitir que o nosso batelão se transforme num cruzador e amanhã, quem sabe, num couraçado.

O Sr. Almir Gabriel — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pois não. Ouço, com prazer, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Almir Gabriel.

O Sr. Almir Gabriel — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, o torn a que estamos chegando é de tristeza. Bem ao contrário, eu gostaria de colocar um ou dois pontos que me parecem importantes — pelo menos a mim me parecem. Como cirurgião que limitou em medicina, fazendo cirurgia torácica e cardíaca durante 30 anos, aprendi a falar pouco e, tanto quanto possível, agir muito. Mesmo naquele tempo, lembro-me de quantas vezes li os seus artigos e os seus trabalhos que decodificavam para nós, profissionais de outra área, o que se vinha passando em nosso País e qual o rumo, qual o norte que deveria ser dado à política. A minha militância político-partidária não é superior a três ou quatro anos e só o destino pode responder por que chegou aqui. Aquilo tudo que tinha de conhecimento sobre o seu preparo intelectual, sua capacidade, ao aqui chegar aumentou bastante minha admiração por V. Ex^a, porque, ao lado do intelectual, ao lado do político, ao lado daquele que dava os rumos e o norte, passei a encontrar, também, a pessoa humana de Fernando Henrique Cardoso. E entendi que este momento vivido pelo Brasil, vivido pelo nosso País, não é de lástimas nem de lamentações, é um momento extraordinariamente rico, e aqueles que ficam parados diante da História, evidentemente serão ultrapassados pela própria condição desta História. Portanto, não festejamos sua saída, de maneira alguma, pelo que ela representa de perda enorme para um Partido que teve um desempenho histórico extraordinário. Desejo a V. Ex^a felicidades no novo Partido, e creio que certamente V. Ex^a, junto com outros Parlamentares, empunhará uma bandeira que, se não resgata determinados grupos, pelo menos resgata o sentimento de uma parcela enorme da população brasileira. É claro que tanto V. Ex^a quanto outros companheiros poderão entender que os tempos de cada nação são diferentes, como também o tempo dos Estados e de um País como o Brasil são tempos diferentes. É possível que estejamos em tempos diferentes, mas tenho certeza de que, em questões de filosofia, de ideologia, de política, de princípios, certamente sempre estaremos juntos.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito obrigado, Senador Almir Gabriel.

V. Ex^a chegou ao Senado e vinha precedido de fama. Há uma pessoa que ajudou muito as campanhas do PMDB, uma pessoa que é do seu Estado, é amiga do Senador José Fogaça, que é minha amiga, a Cantora Fafá de Belém. Foi ela quem me fez considerações a respeito da política do Pará e de seu papel na política desse Estado. Sou amigo do hoje Ministro Jader Barbalho. Fui colega e tenho estima pelo Governador Hélio Gueiros. Não conhecia V. Ex^a pessoalmente, mas, por todas as referências havidas, já sabia quem era V. Ex^a. Depois de o ver lutando de maneira brava, mas racional, por uma nova concepção de previdência social no Brasil, passei a nutrir uma admiração enorme por V. Ex^a. Tanta que, sabe V. Ex^a, se depender, e talvez dependa, em parte de mim, V. Ex^a será o Relator do Orçamento da República. E V. Ex^a é médico cirurgião. Alguém me perguntou como é possível indicar-se um médico cirurgião, do coração, para tratar do Orçamento. E respondi: "Mas é o coração da República. Ele é absolutamente seguro nas suas inter-

venções". Vi o desempenho de V. Ex^e na questão da Previdência Social.

Senador Almir Gabriel, o Brasil vai reconhecer, e logo, aquilo que já sabemos, ou seja, o valor de V. Ex^e. Sei também que os tempos são diferentes. No entanto, tenho confiança de que podemos acelerar esses tempos e, logo adiante, nós encontrarmos. E vai ser realmente — como diz V. Ex^e — não motivo de tristeza. Não estou saindo do Senado, V. Ex^e não se está separando politicamente de mim. Como muitos aqui já se pronunciaram, vamos continuar juntos. Estou apenas prestando um esclarecimento ao Senado, uma satisfação à minha Bancada do motivo pelo qual torno esta decisão. Não estou dizendo, de forma alguma, adeus. Vamos estar aqui, permanentemente, lutando para nos aproximarmos cada vez mais. E hoje posso dizer que não saio só. O Senador Mário Covas, meu Líder na Constituinte, meu amigo, homem que todo o Brasil reconhece as virtudes, um homem que se jogou em campanhas eleitorais, ajudando-me bravamente, quando fui candidato a prefeito da cidade de São Paulo, a sucedê-lo, estivemos juntos em campanha, um homem a quem tenho amizade fraterna, o Senador Mário Covas vai estar nesse Partido. O Senador José Richa estará conosco. Aqui dois Senadores já declararam que estarão conosco, o Senador Afonso Arinos e Pompeu de Sousa; outros virão e, mais tarde, espero ardentemente tenhamos um cirurgião, já hoje transformado em grande político, no coração desse novo Partido.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Ouço com prazer V. Ex^e

O Sr. Marcondes Gadelha — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, não vemos com entusiasmo a saída de V. Ex^e do PMDB. O estio no domínio alheio não significa chuva na nossa horta. Não vemos com qualquer agrado essa divisão no PMDB, seja encarando do ponto de vista filosófico, seja do ponto de vista prático. O PMDB ainda é o maior Partido do Brasil. Depois do Partido Comunista Brasileiro, é o que tem mais história, é o que tem mais tradição. Este Partido embalou o sonho de uma geração inteira, e essa melancólica retirada de inúmeros dos seus próceres, de figuras destacadas como V. Ex^e, o Senador Mário Covas, o Senador Pompeu de Sousa, nos dá uma preocupação profunda, porque traz de volta, e com toda a ênfase, aquela idéia terrível, aquele estigma da provisoriação dos partidos políticos no Brasil, da fragilidade desses partidos, da falta de consistência para atender aos reclamos históricos a que estão sempre submetidos. A divisão no PMDB, a saída de V. Ex^e de outros líderes acende, também, uma luz amarela para todas as outras agremiações políticas no Brasil. Pensávamos que, concluídos os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, atingida a redemocratização plena, os partidos viessem a ser um repositório de esperança, de confiança, um mecanismo de ação, um veículo de idéias que pudesse dar segurança aos seus militantes e que fosse para eles, também, um instrumento indissociável de sua ação política. Por outro lado, nobre Senador, do ponto de vista prático, essa divisão, essa cissiparidade do PMDB só nos leva a imaginar que dentro em pouco tempo teremos uma liderança,

a mais contra o Governo no Senado. Não nos ajuda efetivamente. Mas, ao lado de um novo Líder que apareça no PMDB, surgirá um novo líder valente, vibrante, competente, intelectualizado, do nível de V. Ex^e e, quem sabe, até mesmo V. Ex^e retorno ao exercício da Liderança, já sob uma nova sigla, sob uma nova legenda. De qualquer forma, o ponto mais importante é que essa divisão que está ocorrendo no PMDB, que atinge também a Câmara dos Deputados, que atinge também as suas bases, preocupa-nos fundamentalmente, pois sabemos a razão. Eu e V. Ex^e sabemos muito bem a razão desse fato. O sistema presidencialista que se manteve no Brasil é irrecorribelmente um mecanismo de desagregação dos partidos políticos. Perdemos uma chance histórica na Assembléa Nacional Constituinte de introduzir o sistema parlamentar de governo, que, este sim, é um sistema que funciona à base de partidos políticos, é um sistema em que a agremiação é valorizada, em que cada integrante de um partido político se sente confortavelmente, porque sabe que não é um número a mais, sabe que compõe uma coalizão, seja de governo, seja de oposição, e sempre será consultado na hora de tomada de decisão. Atribuo a este retorno ao embrião da vida partidária no Brasil que estamos notando agora, a partir dessa divisão do PMDB. Identifico como causa, infelizmente, a chance perdida de introdução do sistema parlamentarista de governo. Sei que V. Ex^e, aonde quer que for, no Partido que passe a integrar, estará sustentando as mesmas causas, estará defendendo a introdução do sistema parlamentarista de governo no Brasil, que, no futuro, evitará o estiolamento de partidos importantes como o PMDB, de marcas registradas como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, em função do sistema político que irrecorribelmente leva a este estrelacamento. V. Ex^e saberá, com dignidade, sustentar as mesmas causas, as mesmas bandeiras. E saúdo V. Ex^e neste último instante como Líder do PMDB, ressaltando o cavaileirismo de V. Ex^e, a sua dignidade no exercício do múnus que recebeu dos seus companheiros.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito obrigado, nobre Senador Marcondes Gadelha.

Entendo a preocupação de V. Ex^e com essa cissiparidade e até mesmo a preocupação com a multiplicação de Líderes que certamente haverá contra o Governo, a menos que o Governo mude muito.

Entendo a preocupação de V. Ex^e, e diagnostica, médico que também é, no sistema presidencialista a causa desses males. Em parte é isto mesmo. Em parte, esse sistema presidencialista, de alguma forma, precipita esses acontecimentos. Tivéssemos tomado uma decisão parlamentarista, provavelmente as circunstâncias políticas nos levariam a outras esperanças e a outras expectativas quanto ao modo pelo qual se faria a reunião partidária, até porque a dissolução da Câmara permitiria uma reavaliação mais próxima do sentimento do País e uma renovação mais rápida. Tem, portanto, V. Ex^e razão.

Entretanto, V. Ex^e sabe que, em certas circunstâncias, há que partir. V. Ex^e partiu, mais de uma vez, porque encontrou motivos para mudar de rumo partidário. V. Ex^e também sabe das dificuldades. Vamos enfrentar essas dificuldades, e pode-

ter certeza de que as idéias serão realmente as mesmas.

Não sei quem virá a ser o Líder do novo Partido no Senado. V. Ex^e encontrará, qualquer que seja ele, um adversário, seguramente, no plano político, mas um Companheiro para tudo o que for o bem do País e as transformações que possam dignificar o Senado.

Agradeço a V. Ex^e. Só não fiz referência direta a V. Ex^e porque nosso convívio na Liderança foi, infelizmente, para mim, muito breve, mas tenho certeza de que, se V. Ex^e estivesse na liderança há tanto tempo quanto eu, teríamos tido também a mesma experiência que tive com os Líderes dos demais Partidos que mencionei.

Agradeço muito a V. Ex^e sua gentileza em me dar este aparte.

O Sr. Ronan Tito — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Ouço o nobre Senador Ronan Tito.

O Sr. Ronan Tito — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, se pudéssemos encontrar neste momento uma palavra para diagnosticar o que vivemos no Brasil, usaria o vocábulo "perplexidade". Essa perplexidade é uma tônica de toda a sociedade. Ainda ontem, conversando com um sociólogo, colega de V. Ex^e, lá de Minas Gerais, ele me dizia que os intelectuais do Brasil neste momento devem alguma coisa à população, porque mesmo os que fazem oposição neste momento — e esse sociólogo é de oposição — não apresentam ao Brasil saídas, programas básicos, principalmente na área econômica, todos críticos e poucos são os que apresentam soluções. Interessante, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, esse mesmo fenômeno constatei-o em Portugal e na Espanha, logo após o término do regime ditatorial na Espanha e, depois, em Portugal. E alguém comparou aquela época, aquela quadra da vida portuguesa e espanhola a um passarinho que havia ficado preso numa gaiola durante muito tempo, e, depois, quando se lhe abriu a porta da gaiola, ele não sabia mais voar, e começava a ensaiar alguns vôos tacanhos, canhestros e, às vezes, equivocados. Havia até o perigo de aquele passarinho cair na boca do gato. Nobre Senador, devo dizer — e V. Ex^e sabe disso — minha admiração por V. Ex^e data de antes do nosso conhecimento pessoal. Intelectual de São Paulo, sempre via alguma coisa escrita por V. Ex^e naqueles momentos terríveis. Devo fazer a V. Ex^e uma confidência que nunca fiz: quando correu a notícia, de boca em boca, de que V. Ex^e havia sido preso em São Paulo, encapuzado, causou-nos uma revolta muito grande lá no interior de Minas, e nós todos nos indignamos mais uma vez com aquele ato bruto, aquele ato estúpido da ditadura. Houve um momento em que me senti muito próximo de V. Ex^e: foi na campanha de 1978, quando estava na fronteira de Minas com São Paulo, e sabia muito bem porque lutava contra o sistema ditatorial, porque o sabia intrinsecamente mal, mas me faltava, talvez, o embasamento intelectual de V. Ex^e para colocar de maneira disciplinada todas as razões por que nós, os brasileiros, devíamo-nos indignar e, mais do que isto, nos organizar para lutar contra a ditadura; quando pego um folheto de V. Ex^e, e, devo confes-

sar, citei o autor muitas vezes, mas me apropriei das idéias de V. Ex^a para fazer a minha campanha naquela época. Mais tarde tive o privilégio de realizar encontros, aqui e em São Paulo, sobre como deveria ser a nossa conduta. Sempre fui um admirador de V. Ex^a, e nisto não faço nenhum favor a V. Ex^a, que tem sido um intelectual irrepreensível na sua conduta política e na sua conduta no magistério e também no Cebrap. V. Ex^a é fellow de Cambridge, é, a um tempo, lente e catedrático da Sorbonne, é Presidente da Associação Mundial dos Sociólogos, com sede em Haia, mas neste momento, nobre Líder, que tive a honra de ser liderado por V. Ex^a e tive o privilégio de votar em V. Ex^a duas vezes para Líder, ouso discordar de V. Ex^a. Veja que petulância este semi-analfabetizado, lá do interior de Minas Gerais, discordar de V. Ex^a — nós o chamávamos, na ausência, de FHC — Fernando Henrique Cardoso, que era e continua sendo o nosso guru. Estou gostando muito do cuidado que tem V. Ex^a neste momento ao sair do PMDB, e do cuidado que estamos tendo, todos nós do PMDB, com essa breve partida, porque não posso acreditar que seja desquite e muito menos divórcio; é uma breve separação. Tenho certeza de que os objetivos que sempre nos uniram vão continuar a ditar as normas da nossa conduta política e é possível que lá adante nos encontremos. Não acredito em partidos políticos que unifiquem as idéias totalmente; só os sectários. Para não dizer que seja apenas um fenômeno da política brasileira de um Partido-Frente, lembra a esta Casa e a V. Ex^a que John Fitzgerald Kennedy foi sucedido por Lyndon Johnson e ambos pertenciam ao mesmo partido. Também isso ocorre no Partido Trabalhista, o **Labor Party**, da Inglaterra, no Partido Socialista da França, onde assistimos, às vezes, a disparidades. Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, **data venia**, como dizem os advogados, discordo de V. Ex^a. Entendo que o PMDB tem ainda que cumprir um grande papel na sociedade brasileira, partido que foi e continua sendo o grande depositário da maioria da população brasileira. Estamos chegando ao final da construção da democracia institucional. A grande tarefa que se nos impõe e a grande tarefa a que o PMDB se impõe, mercê da votação que principalmente recebeu na última eleição, é a construção da democracia social. Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, em que pesem os nossos contrastes, as novas divergências internas, primeiro quero desencadear a luta interna do Partido, para que o PMDB tenha, nessa Convenção, a cara que sempre teve, de um partido mudancista, do partido que pretende uma tro-esquerda. V. Ex^a nos fará falta nessa luta e sempre. Por isso, neste momento, usando do aparte, devo dizer a V. Ex^a que sinto muito sua saída do Partido, mas também espero que o nosso encontro ocorra breve e continuemos juntos. Mesmo — tenho certeza — que em Partidos diferentes, teremos os mesmos objetivos.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Senador Ronan Tito, V. Ex^a mencionou alguns episódios do passado seu e meu, e vou-me permitir apenas uma pequena correção. V. Ex^a disse que estava na fronteira entre Minas e São Paulo. Não há fronteiras entre Minas e São Paulo. As fronteiras entre Minas e São Paulo são limites que traspassamos com a maior facilidade, como vamos traspassar também com a maior facilidade

os limites entre o seu e o meu Partido. Vamos estar sempre com esta mesma possibilidade de entendimento, mormente em se tratando de um político como V. Ex^a. Desvanece-me ouvi-lo e saber que modestamente, como intelectual, pude indiretamente atuar na política.

V. Ex^a fez referências a um episódio real, quando fui preso e encapuzado. Uma vez, já que V. Ex^a falou tanto de posições acadêmicas — elas estão tão distantes hoje —, estava eu nos Estados Unidos recebendo um doutorado **Honoris Causa**, quando me puseram as vestes apropriadas, os colares, para receber a homenagem da universidade, e lembrei-me do capuz. Não me foi possível separar a imagem daquele capuz que me puseram no Brasil, preso na OBAN, de triste memória, e as homenagens que estava recebendo nos Estados Unidos. O tempo, por sorte, anistia mais do que as anistias formais. Ninguém pode fazer política no ressentimento, não se faz política voltada para o passado; faz-se política voltada para o futuro.

Nunca mais esses episódios pesaram na minha conduta nem no meu coração. Não tenho realmente mágoa alguma, porque, na verdade, outros pagaram preço muitíssimo mais alto — do que aquele que paguei. Mesmo quando estive fora do Brasil, por sorte e circunstância, como disse V. Ex^a, acabei fazendo carreira no exterior. Então, não tenho essa queixa.

Porque tenho, realmente, uma visão voltada para o futuro — não vou nem repetir, porque já o disse tantas vezes, aqui, perante este Senado —, neste momento é preciso um gesto, um gesto que pode ser de poucos, mas que é necessário. E que não seja de reprovação. Não pode ser de reprovação.

A luta de todos do PMDB, nas várias posições que há no Partido, é respeitável. A luta de V. Ex^a para transformar o PMDB num Partido social democrático também é respeitável.

Torço por ela, porque gostaria que o Partido tivesse essa posição. Não sei se será possível — acredito que não, pois, se acreditasse que sim, estaria lutando junto com V. Ex^a, mas V. Ex^a está antecipando e, no seu ideário, vê um Partido de transformação, de reformas.

O Partido que vamos construir é para reformas e um Partido apenas não as faz. Num País como o Brasil, nem todos os Partidos juntos fazem a reforma. É preciso que a sociedade a faça, e precisamos de mais alavancas para essa transformação.

Não nos vamos estiolar na briga interna, e muito mais patética seria a briga dos que saíram contra os que ficaram e que pensam a mesma coisa. Não vamos fazer isto. Ao contrário. Vamos entender circunstâncias, momentos, tempos e equívocos, que podem ser nossos, que saímos hoje. Podem ser nossos, mas também podem não ser, e, se não forem, pelo que diz V. Ex^a, V. Ex^a reconhecerá também. Não tenho pretensão de estar com a verdade, de ter a certeza da verdade. Nenhuma! Longe de mim! Até porque, pela formação acadêmica, o que mais prejudica, no mundo da Ciência, é a certeza da verdade. A Ciência é o mundo da dúvida, da dúvida metódica, da dúvida, e esta é uma das minhas deficiências na política. Como venho do mundo da Ciência, tenho dificuldades em afirmar peremptoriamente. Muitas vezes, quando se afirma peremptoriamente, se conven-

ce mais do que quando se põe um "porém", um "talvez". Todo meu discurso é muito entremeado de "porém" e de "talvez", o que dificulta a comunicação política, mas, certamente, facilita, nos momentos em que é necessário, não simplesmente a afirmação frente à massa, mas o convencimento frente aos políticos. V. Ex^a tem essa abertura. Não sei quem terá a razão, a História vai dizer. Dito pela História ou ditado pela História o caminho, vamos estar juntos de novo, tenho certeza.

O SR. MÁRIO COVAS — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Ouço o nobre Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS — Prezado companheiro, Senador Fernando Henrique Cardoso, pensei muito se devia interromper o discurso de V. Ex^a com este aparte, por duas razões básicas: a primeira, seguramente sou o mais relapso dos liderados de V. Ex^a dentro do PMDB. Outras atribuições extremamente honrosas para mim colocaram-me muito mais para estar em outra trinchera do que propriamente na do Senado, e isso me proibiu ou me permitiu muito pouco poder dar um mínimo de uma modesta contribuição à Liderança que com tanta expressão V. Ex^a desempenhou. A segunda razão é porque, seja a empreitada que pretendemos desenvolver, uma saga ou um simples ato romântico, como querem alguns, sou companheiro de V. Ex^a nessa empreitada. Em qualquer circunstância, a mim me parece que neste instante os apartes não se voltam para o julgamento do ato de V. Ex^a. Todos, com compreensão de quem tem também uma história política, entendem ou respeitam a atitude de V. Ex^a. Faz-se neste instante justiça a um homem público que a universidade e a intelectualidade prestaram à política e que tem tido, no desempenho de sua tarefa como Líder, a enorme capacidade de, seja interna ou externamente ao Partido, aliar correntes e permitir que aquilo que, no bom sentido, se chama de negociação política seja a tônica da vida neste plenário. Eu ainda era cassado em 1978, quando V. Ex^a foi candidato a Senador. O PMDB possuía, à época, dois candidatos a Senador: aquele que se elegeu, Senador Franco Montoro, e V. Ex^a, que fazia a primeira experiência junto à reivindicação de natureza eleitoral. Lembro-me que no Partido, embora ainda cassado àquela altura, se discutia sobre qual a melhor tática a desempenhar naquela eleição: alguns achavam, para que a densidade eleitoral obtida na vitória desse candidato fosse de tal ordem que ela representasse, por si só, um golpe no regime então vigente; outros, entre os quais me filiei, olhavam um pouco mais adiante. Sem nenhum desdouro para o então Senador Franco Montoro, posteriormente Governador Franco Montoro, me filiei à candidatura de V. Ex^a. Por quê? Porque já àquela altura imaginava que fatalmente desaguaríamos num período em que seria extremamente necessária a presença de formuladores políticos na atividade institucional. V. Ex^a vem exercendo este papel. Não deixou de fazê-lo como sociólogo. Cada livro seu foi um libelo e uma escola. Portanto, teve a sua conotação política. Sei que V. Ex^a deve estar sofrendo ou passando pelos mesmos momentos que eu. Não há nenhuma atividate que exija tantas decisões como a vida política. Torna

cada um de nós fundamentalmente um solitário, porque, a cada instante, cada um de nós é obrigado a escolher o seu caminho. Se formos capazes de fazê-lo respeitando aquilo que são as virtudes fundamentais que o povo cultiva, se formos capazes de fazê-lo pelo menos balizando pelo que consideramos a verdade, com a certeza e a humildade de saber que a nossa verdade não é obviamente a única verdade, se formos capazes de fazê-lo cultivando o compromisso com a fonte legítima de poder, que é o povo, então, temos definido o meio caminho andado para o acerto. Sei que V. Ex^a não toma essa posição como um libelo contra o Partido a que pertence. Torna-a porque escolheu um caminho a partir do qual vai tentar ajudar a construir aquilo que sempre representou os nossos compromissos. O nosso Partido teve uma grande virtude: nascido com o pecado original, porque autorizado por um ato ditatorial, foi capaz de percorrer um longo caminho e rebatizar-se a partir do aval popular. Porque se lhe impediu qualquer outro caminho, ele foi sempre obrigado a ser um Partido voltado para o nacional e talvez por isto tenha se consolidado como partido, pois sequer pôde preocupar-se com as suas eventuais e naturais divergências regionais, de tal maneira a luta contra o arbitrio o colocava, em face da problemática nacional. Hoje, este problema aflora de outra maneira. Às vezes ouço dizer que decisões são tomadas por divergências regionais. Talvez pudéssemos aprofundar a questão, perguntando se também não é um pouco verdade que o Partido tornou-se mais regional do que nacional, fazendo com que aforassem certas dificuldades de natureza regional. Certamente este não é o motivo básico de sua decisão. O motivo básico da decisão de V. Ex^a é exatamente o fato de que há um compromisso e esse compromisso é desta Nação brasileira como um todo. A busca da síntese desse compromisso é feita de várias maneiras: alguns, quem sabe nós entre eles, o farão de forma romântica. Se um homem não é capaz de sonhar, não é capaz de construir. E para construir grande é preciso sonhar grande. V. Ex^a o tem feito dessa tribuna, e o seu humilde e relapso Companheiro aqui está para depor que, de hoje para a frente, o PMDB não possa dispor de uma Liderança da sua envergadura.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Senador Mário Covas, V. Ex^a fez referência ao início da minha vida político-partidária, em 1978. Já disse aqui, perante o Senado, que desde 1972/1973 trabalhava pelo PMDB, mas não era militante do PMDB. Entrei no PMDB em 1977. Em 1978, contra a minha vontade, fui designado por um conjunto de amigos como a pessoa que poderia ser candidato ao Senado. Eu nem conhecia a Lei Eleitoral, não sabia que, ao perder as eleições, me tornaria Senador Suplente. O objetivo era um só: era o de, naquela luta, incorporar à vida política setores da população que estavam contra o regime, mas não estavam sensibilizados pela vida político-partidária e pelas eleições. Foi com este propósito que me candidatei ao Senado em 1978. Queria muito que o candidato fosse outro, fosse o atual Vice-Governador de São Paulo, Almino Afonso, a quem conhecia, estivemos juntos no exílio, e a quem eu respeitava, sobretudo porque tinha a capacidade de imantar, como tem

V. Ex^a, Senador Mário Covas, quando fala. Entendia que o Almino Afonso deveria ser o candidato, mas ele não pôde, porque ainda estava cassado, como o Senador Mário Covas. Acedi, porque a legislação, na verdade, proibia-me de ser candidato. Eu tinha sido alcançado pelo AI-5, e aqueles que foram atingidos por esse ato estavam proibidos de competir.

A idéia era romântica — para usar a expressão de V. Ex^a —, era uma pregação. No final, eu seria cassado pelo Supremo Tribunal Federal. A campanha toda foi feita tumultuadamente, porque, a cada instante, uma instância judiciária decidia se eu poderia ou não continuar como candidato, posto que, pela lei, havia uma proibição.

Para alegria de todos nós, pela primeira vez quebramos o AI-5 por uma decisão, menos de quinze dias antes das eleições, já em novembro, do Supremo Tribunal Federal, tendo sido Relator o Ministro Leitão de Abreu. S. Ex^a deu uma opinião inovadora e aceitou os argumentos do nosso amigo e Advogado Arnaldo Malheiros, que dizia que ninguém podia ter pena sem tempo limitado e que o nosso afastamento da Universidade não poderia ser uma proibição, um banimento eterno. Até os cassados o eram por prazo determinado, enquanto os professores tinham sido postos para fora e para sempre e, por um ato complementar, postos para fora da vida política.

Foi nessa circunstância que fizemos a campanha românticamente. Muitos me ajudaram, muitos torceram. Refei-me a Almino Afonso, outros estão em outros Partidos, como Plínio Arruda Sampaio, José Serra, Sérgio Mota e vários outros mais. Houve um, porém, que eu mal conhecia. Conheci-o num convento ou num retiro, hoje o Senador Mário Covas, que chegou a esse retiro onde estávamos conspirando, é verdade com uma camisa de santista, de pessoa que nasce em Santos, mas alegre, de cores vivas. Eu, que sou um carioca desnaturado, muito mais paulista, achei exquisito. Eu não o conhecia; achei-o jovial e ele era, e é, mas, às vezes, esconde na carranca. Eu o conheci ali e, mais tarde, quando estava em campanha, bateu no meu Comitê o Mário Covas com companheiros seus, hoje meus, para tentar fazer com que a minha campanha fosse para as ruas, porque era um desespero, não sabia fazer campanha. Tinha várias idéias, porém não sabia fazer campanha. E foi o Mário quem foi-me levando, quase que no laço, a fazer campanha. Eu me recordo, especificamente, em Jacareí, onde fizemos um comício e lá estava o Mário, incentivando, para ver se eu tinha aprendido ou não aquilo que até hoje em mim é duro — a gesticulação —, porque é muito mais o professor do que o homem que fala para a massa. Então aprendi com o Mário, que se dedicou inteiramente àquela campanha, naquele momento. E fizemos uma campanha realmente romântica. Tivemos algum êxito, mais de um milhão de votos, ganhamos da Arena de então, mais votos do que o candidato da Arena, e descobri que virei Senador Suplente. E, depois, o Senador Franco Montoro virou Governador e eu, Senador. Não era esta a intenção. A intenção era mais romântica do que hoje, quando partimos para outro Partido. Era um gesto para deixar uma marca. Não era para fazer da política profissão, era para nela continuar como vocação. É este o mesmo impulso, que não é diferente hoje. Hoje, se saímos — o

Senador Mário Covas já declarou, e eu também —, se deixarmos posições, que a mim me desvanece, de Liderança, é por esse impulso. Não é por outra razão. Não há cálculo nisso, não há cálculo regional algum. Não há necessidade desse cálculo, é a crença. Há mais do que sonho, há crença, há convicção. E o homem convicto, ou ele segue a sua convicção ou se desmoraliza perante si próprio, porque, se não segue a sua convicção, ele se acomoda à conveniência. E quando um político se acomoda à conveniência, uma vez, outra vez, outra vez, ele perde a chama. Quero manter a mesma chama que vejo no Senador Mário Covas, essa mesma chama de alguém que, lá no Plenário da Constituinte, quando tudo parece perdido, parece que tem aquele gosto quase diabólico de fazer virar as posições, e consegue. Consegue porque crê. Quem não crê, não consegue. Quem não tem dentro de si esta convicção, não transmite a convicção.

Vamos partir juntos, Senador Mário Covas. O que vai ser, Deus saberá. De nossa parte, vamos fazer um grande esforço e se aqui V. Ex^a é meu líder, lá fora sou seu líderado.

O SR. JAMIL HADDAD — V. Ex^a nos concederia um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Ouço V. Ex^a

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, neste momento em que V. Ex^a comunica à Casa ter abandonado o PMDB, junto com outros companheiros de grande valor político, desejamos fazer uma análise profunda sobre o processo político brasileiro. Sabemos que, a partir de 1946, após a ditadura de Vargas, os partidos ideológicos foram se organizando. Tivemos o Partido Comunista Brasileiro, desaguardou o pensamento de intelectuais, da classe trabalhadora e da juventude, em razão da vitória sobre o nazi-fascismo e em razão da vitória da Revolução Russa. Tivemos a formação da União Democrática Nacional que foi uma bandeira de luta, naquele momento, contra a ditadura de Vargas, da qual saiu a esquerda democrática, de onde saiu o Partido Socialista Brasileiro, através do pensamento do grande brasileiro que foi João Mangabeira. Tivemos, posteriormente, o PTB, que era um Partido urbano, e o PSD, que era um Partido rural. Os Partidos não deixavam de ser Partidos com conteúdo ideológico. A partir de 1964, houve a castração dos Partidos políticos, com a consequente instituição do bipartidarismo. Tivemos a Arena e o MDB, Partido no qual fui cassado, já que o meu Partido, o Partido Socialista Brasileiro, também havia sido cassado em 1965. Cassado, observei a grande luta do MDB, depois PMDB, para a restauração plena do processo democrático — o Companheiro Mário Covas já cassado e V. Ex^a na trincheira, junto com outros companheiros de grande valor — para que tivéssemos a retomada desse processo democrático que ainda não atingimos na sua plenitude. Observamos — e V. Ex^a disto é testemunha — após o estelionato eleitoral do Plano Cruzado, o PMDB conseguiu fazer 305 Constituintes, o PMDB que todos aguardavam que, cumprindo o seu Programa com os 305 Constituintes, viesse a dar a este País uma Constituição progressistas que toda a

Nação esperava, infelizmente, e no seu primeiro pronunciamento ao assumir a tribuna do Senado, usei a expressão Partido **omnibus** justamente, porque qualquer pessoa, qualquer pensamento político ingressava no PMDB. Vi, com o correr do tempo, nos trabalhos da Constituinte, vários companheiros de grande valor do PMDB se desencantarem com o Partido. E hoje vejo V. Ex^e na tribuna despedindo-se do Partido, e sei que o faz extremamente comovido, porque participou da luta para que o PMDB chegassem aonde chegou. Espero que este seja o grande momento, novamente, da retomada dos partidos ideológicos. Tamente os Partidos Comunistas legalizados; o Partido Socialista reiniciando a sua caminhada, o PMDB, apesar das distorções, ainda tem nos seus quadros elementos de grande conteúdo ideológico e o novo Partido pelo qual V. Ex^e e outros Senadores e Deputados, de grande valor, de grande projeção política, estão, neste momento, encetando esta luta, para firmá-lo no cenário político nacional. Esperamos que ao fim desta transição democrática, que já se alonga, possamos ter novamente os partidos ideológicos. E a satisfação de ver que o novo Partido será um aliado em várias lutas políticas teremos que enfrentar, porque este é o regime democrático pleno: partidos ideológicos coligando-se nos processos eleitorais com aqueles partidos que mais se aproxima-me que mais têm uma visão programática junto aos Partidos afins. Congratulo-me com V. Ex^es que, neste momento, constituem um novo Partido, esperando que seja o início do fim, por assim dizer, desse processo de transição, com partidos ideológicos fortes, como devem ser no regime democrático pleno.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito obrigado, Senador Jamil Haddad.

Saiba V. Ex^e que, no que depender do meu empenho, esse novo partido terá posições claras, definidas, e não sectárias, sem intolerância. Até porque acredito no que disse o Senador Ronan Tito, no sentido de que os Partidos modernos são Partidos que têm tendências, mas a tendência não deve impedir o rumo. Esse Partido terá rumo. Tenha certeza de que, em muitas causas, apontaremos o seu Partido e o novo Partido, como outros partidos mais, o PMDB em grande parte, no mesmo rumo.

V. Ex^e está antecipando aquilo que vai ocorrer, como, aliás, já vem ocorrendo neste Plenário, onde, na verdade, os Partidos não controlam o comportamento dos Senadores, onde afinidades de outra ordem, a partir do processo Constituinte, passam a controlar, a definir e a motivar o comportamento dos Senadores. Agora vamos ter, talvez, mecanismos mais diretamente partidários e estaremos plenamente dispostos a uma política ampla de colaboração, de aliança, desde que haja um objetivo definido e aceito, com consciência, de antemão.

Sr. Presidente, permita-me terminar este discurso que vai longo, não pelo discurso, mas pela generosidade dos meus Companheiros, porque nossas manifestações no Senado têm-se caracterizado também por uma prova de resistência: o orador precisa estar em forma física, porquanto as regras extintas nos obrigam à posição de sentado, e somente o calor das palavras de apoio é que dão a histamina necessária para os oradores não desfalecerem.

Não desfalecerei Sr. Presidente, respeito os companheiros que têm uma visão diferente do processo político e da conjuntura. Continuaremos juntos nas causas do País. Não sou intransigente: saberei penitenciar-me se o diagnóstico estiver errado. Por outro lado, não será a falta de meu apoio direto na luta interna que modificará o curso das coisas nem as chances de vitória dos grupos progressistas. Sem meu voto, contarão com a minha torcida e com a escassa influência que possa ter sobre os Companheiros que permanecerão na militância do PMDB.

Um político convicto só pode agir pelo juízo que forma os efeitos de seus atos. Eu creio que chegou a hora de um novo desafio. Estou convencido de que é necessário que alguns de nós ousemos pronunciar a dolorosa palavra de adeus.

Saímos deixando um Partido que está no Governo; que goza, apesar dos pesares, das preferências eleitorais; um partido do qual eu, pessoalmente, não tenho queixas quanto a oportunidades de carreira. Deixo a Liderança da maior Bancada do Senado, tendo tido até hoje mesmo o apoio maciço de meus Companheiros. Parto porque creio que é preciso renovar com mais força e rapidez as instituições.

Ao despedir-me da Bancada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, encerro apelando mais uma vez ao poeta.

"O viver não é necessário; o que é necessário é criar."

(Muito bem! Palmas. O Orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Borges.

O SR. MAURO BORGES (PDC — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho a satisfação de transmitir ao Senado Federal o discurso de saudação aos convencionais de vários Estados do Brasil por ocasião da 1ª Convenção Nacional do Partido Democrata Cristão.

Nas democracias representativas, os Partidos Políticos são da maior importância, pois eles são os organizadores e canalizadores das vontades políticas do povo.

A pluralidade dos Partidos, que é consequência natural da pluralidade de opiniões, é uma das características principais da democracia.

Entretanto, pluralidade não significa profusão, que pode levar à pulverização e perda de representatividade.

Os Partidos lutam pelo bem-estar coletivo e para isso procuram a conquista do poder e do Governo do Estado, que é o grande instrumento para promover, juntamente com toda a sociedade, o progresso econômico e social.

Todos os Partidos Democráticos devem ter princípios doutrinários que orientem suas atividades e os seus programas, com os objetivos a se alcançarem.

Nas eleições democráticas o poder é disputado através da conquista de mandatos para os órgãos Legislativos, Municipais, Estaduais e Federais, e para as chefias do Executivo nos mesmos níveis, ora fiscalizando o Governo, ora participando do mesmo.

Todas essas atividades devem estar coerentes com os princípios e com o programa do Partido.

Porém, a fidelidade ao Partido não pode pairar acima da fidelidade à Pátria e ao povo. O Partido não é um fim em si mesmo, é um instrumento a ser usado para a promoção do bem público.

Esses conceitos são gerais e servem a qualquer Partido verdadeiramente democrático. O que dá identidade a cada Partido é o seu conteúdo de mudanças ou de conservadorismo, as suas prioridades no campo social e econômico, o regime e o sistema de Governo que defendem.

Mas o que marca mais, aos olhos do povo, o perfil do Partido, é o comportamento de seus líderes: sua coragem, sua honestidade, sua fidelidade aos princípios do Partido, enfim, sua vocação para o bem da coletividade.

As propostas de Governo, as metas a serem alcançadas especificamente, devem ser coerentes com os postulados éticos e ideológicos do Partido e sofram a influência de sua época, do seu tempo, são conjunturais. Antes da Abolição da Escravatura, um Partido verdadeiramente democrático teria que ser abolicionista. Hoje, isso não teria mais cabimento. Não existe mais escravidão legal. Porém, um Partido que evolui, que não se estratifica; um Partido que é sensível aos problemas de seu tempo, tem de reconhecer que, por uma série de razões que atingem não somente aos negros, mas a milhões de pobres no Brasil, a liberdade econômica ainda não chegou.

Combater a pobreza, a má distribuição da renda é, sem dúvida, uma das principais bandeiras atuais da Democracia Cristã.

Não o faremos com métodos demágogicos e paternalísticos e, sim, com a valorização do trabalho e com o pleno emprego.

Nos dias de hoje, o Brasil vive a maior crise de sua história: crise econômica, crise social, crise política, crise moral e crise das Instituições.

O povo já não acredita em mais nada, está perplexo ante essa realidade arrasadora.

A crise é tão profunda que ameaça as instituições democráticas, a soberania nacional e nossa unidade político-territorial. Quanto maiores as dissensões e a desesperança, mais nos aproximamos do ponto crítico de ruptura da ordem e do perigo da guerra civil.

O Partido Democrata Cristão deve ser uma das vigas mestras da paz, da ordem e do progresso do povo brasileiro, através do trabalho político que realizar.

Logo após a 2ª Guerra Mundial, a situação geral dos países europeus, com raras exceções, era também desesperadora. Como remédio para atender a esse quadro negativo, foram criados, sobretudo nos países de tradição católica, Partidos Democratas Cristãos, com o escopo de propor um projeto modernizador, que abrisse uma nova perspectiva de criação de um capitalismo social, nos parâmetros da encíclica **Rerum Novarum** do Papa Leão XIII.

Dentro dessa linha, procurava-se estabelecer uma terceira posição ideológica e política, diferente do Comunismo e do Capitalismo radical. O resultado não tardou a aparecer, e hoje vemos a Alemanha e a Itália como exemplos do sucesso da Democracia Cristã.

A Democracia Cristã se caracteriza pelo respeito à dignidade da pessoa humana, criatura de

Deus, racional e livre, a quem a sociedade e o Estado devem oferecer todo o apoio e estímulo; pelo respeito e defesa do direito de propriedade, base física da liberdade; pela igualdade de oportunidades de progresso e justa participação de todos, no desenvolvimento econômico e social; pelo apoio à iniciativa privada, dentro dos princípios democráticos, limitada pelo interesse social; pelo respeito à mensagem cristã de paz, fraternidade entre as pessoas independentemente de classe, religião, raça e nacionalidade ou orientação ideológica.

Por isso somos contra os radicalismos e intolerâncias de todos os matizes.

Também estamos hoje identificados com o amor e o respeito pela natureza e com a defesa do meio-ambiente.

Nossa mensagem cristã é bela, atualizada e universal como o cristianismo. Temos os rumos certos. Sabemos o que queremos, temos que lutar sem desfalecimentos pelos nossos ideais. Após alguns anos de sua criação e desaparecimento pelo Ato Institucional nº 2, de triste memória, o PDC ressurge com maior impeto que no passado, como tem provado o nosso rápido crescimento. Vamos também, com o tempo, marcar nossa posição por uma linha de atuação enérgica, destemida e independente de interesses personalistas. Tudo pelo bem do Brasil. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A preocupação do Presidente José Sarney, pela recuperação do sistema ferroviário do País, tem razão de ordem econômico-financeira das mais sérias: oferece o transporte mais barato, depois do fluvial; livra o dispêndio de milhões de toneladas de asfalto, utilizado no recapeamento das rodovias e tem conservação e manutenção muito mais baratas.

Basta salientar que um trem com dez vagões, pode transportar uma carga de pelo menos 50 caminhões. Os caminhões mobilizam pelo menos 20 funcionários, enquanto na ferrovia apenas dez deles controlam a máquina e os vagões.

O transporte ferroviário interurbano é o mais barato e o de maior capacidade de escoamento, bastando citar-se o caso da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, que responde pelo transporte de dois terços da população para as cidades interiores.

Por isso mérece os nossos louvores a garantia dada pelo Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, durante sua recente visita ao Maranhão, no sentido de que ainda este ano deve ser liberada parte da dotação de recursos destinados à total recuperação da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, que deverá custar aos cofres públicos seis e meio milhões de cruzados, de acordo com os cálculos mais recentes.

O Diretor da Rede Ferroviária Federal, Ribamar Franco, informou que a obra permitirá que toda a extensão da ferrovia, com 450 quilômetros, sofra total renovação, desde a troca de dormentes e trilhos, à drenagem e ao empedramento das linhas, reforçando algumas e recuperando outras pontes ferroviárias.

O cronograma de obras permite esperar a conclusão dos trabalhos em 1990, enquanto o tráfego do trem entre as duas capitais nordestinas não sofrerá qualquer interrupção, utilizada a ferrovia existente.

O Maranhão recebeu essa excelente notícia como uma demonstração de que, no Governo dinâmico de José Sarney, o Nordeste não será esquecido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Julgou oportuno transcrever nos nossos Anais o Editorial do *Estado de Minas* do dia 19-6-88 — "Obra Ameaçada" — que traduz de maneira clara uma reivindicação de mais de 20 anos de nosso Estado e que é um imperativo não apenas mineiro, mas da geopolítica nacional:

"OBRA AMEAÇADA"

O Corredor de Exportação Goiás—Minas Gerais—Espírito Santo, a chamada Ferrovia Leste—Oeste, obra reivindicada pelas lideranças políticas e empresariais do Estado há mais de duas décadas e considerada mesmo como imperativo nacional pela importância da integração geopolítica que representa, está mais uma vez, ameaçado. Interesses menores, movidos por empresários e políticos de outras unidades federadas, mais preocupados com questões particulares e regionais que com os reais interesses do País, arquitetaram e armam um novo complô para inviabilizar aquele importante empreendimento, desviando os recursos a ele destinados para o projeto da "Ferronorte".

Configura-se assim, com a cumplicidade ou a omissão de autoridades do Governo federal, a armação de uma estratégia para inviabilizar o Corredor de Exportações, obra fundamental para o revigoramento das economias de Goiás, Espírito Santo e Minas Gerais e essencial para o fortalecimento da própria economia do País.

A importância da ligação ferroviária Centro—Leste, de resto, foi reafirmada nos atos assinados na Associação Comercial de Minas, ainda há pouco tempo, pelo Ministro dos Transportes — o mesmo que agora se alia a outros grupos para anular-la, pelo Ministro Aureliano Chaves e pelos presidentes da Companhia Vale do Rio Doce e da Rede Ferroviária Federal. Nos convênios assinados, sacramentou-se a construção do ramal Belo Horizonte/Costa Lacerda, removendo-se, com isso, o último gargalo entre os trilhos da Rede Ferroviária Federal, que vêm do Planalto Central, do Triângulo, do Oeste e Centro de Minas, com a Estrada de Ferro Vitória-a-Minas, viabilizando o Corredor de Exportação e que completa a ligação até o complexo portuário do Espírito Santo, indiscutivelmente o mais moderno do País.

Agora — como se fosse possível passar uma borracha nos compromissos assumidos — divulga-se a notícia que causa, a um só tempo, estupefação e indignação. Por força de *lobbies* localizados fora do eixo Minas—Goiás—Espírito Santo, anula-se o projeto do Corredor de Exportação

(Ferrovia Leste—Oeste) e cria-se um novo projeto — o da Ferronorte. Ao invés de buscar-se a integração econômica e geopolítica do País, numa ligação ferroviária unindo a região central ao litoral capixaba, faz-se a opção — refletida sempre — por São Paulo, através do porto de Santos, reconhecidamente sobrecarregado e inviável para operar com navios de grande calado.

Os lobistas que se mobilizam contra Minas já nem fazem segredo do novo traçado. Saindo do terminal goiano de Jataí — concessão feita para angariar o apoio do governador Henrique Santillo — a Ferronorte teria conexão com a ferrovia Norte—Sul, através da Linha Açaílândia — Maranhão, obra que tem recebido o repúdio da população brasileira. A alegação desse lobistas é de que o País ganharia, com o projeto, uma ligação ferroviária direta entre o Nordeste e São Paulo, passando pela região central do País, mas não território mineiro.

Os objetivos são evidentes. Em primeiro lugar, como ocorre agora com a insensata proposta da divisão territorial do Estado, está o enfraquecimento de Minas, cuja liderança política e econômica, a par da função de centro de equilíbrio das instituições nacionais, incomoda aqueles descompromissados com a nacionalidade brasileira. Em segundo lugar, de forma evidente, está o propósito de recolocar em cena o projeto de construção da ferrovia Norte—Sul, desprezando-se os critérios do bom senso e das reais prioridades do País.

Minas não pode calar-se. Sua forças políticas e empresariais, notadamente a Associação Comercial de Minas, que ao longo dos últimos vinte anos defendeu ardorosamente a viabilização do Corredor de Exportação Goiás—Minas—Espírito Santo, têm o dever e a responsabilidade de levantar a bandeira dos interesses do Estado. É ele imprescindível para o transporte de produtos exportáveis e para o escoamento das matérias-primas importadas e necessárias a segmentos essenciais da indústria mineira, como a cimenteira, siderúrgica, automobilística e muitas outras. O próprio aproveitamento do cerrado, contribuindo para elevar a produção brasileira de grãos, só terá sentido com a ligação ao complexo portuário do Espírito Santo.

Minas não tem ambícões egoísticas. Mas tem que rejeitar e denunciar o que se arma, prejudicando-a e desservindo os interesses maiores do País."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Câmara de Vereadores de Salvador outorgou, na última quarta-feira, 15 de junho, ao jornalista e professor Junot Silveira, a Medalha Tomé de Sousa, instituída com a finalidade de homenagear as personalidades que, nos diversos setores culturais, educativos, políticos, administrativos ou sociais, a critério da Câmara Municipal, tenham prestado relevantes serviços à cidade, ao Estado e ao povo baiano.

O Vereador Leite Mattos, autor da proposição e orador da solenidade, enalteceu, na sua eloquente saudação, a extraordinária cultura, o reconhecido talento e a eficiência do homenageado, assinalando, na brilhante trajetória do professor e jornalista Junot Silveira os cargos e funções que exerceu, tanto em Sergipe como na Bahia — onde se instalou definitivamente, desempenhando, há muitos anos, na redação de **A Tarde**, com invulgar competência, as suas atividades profissionais como jornalista e escritor.

Em Sergipe, Junot Silveira, diplomado em Letras e História, além das atividades profissionais no magistério, foi secretário particular do Governador Luiz Garcia, tendo organizado e instalado o Museu de São Cristóvão, transferindo-se, posteriormente, para a Bahia.

Com justificada satisfação relembrando, neste momento, nossa velha amizade há mais de 40 anos, durante os quais sempre tive dele o seu apoio e permanente incentivo no decorrer das minhas campanhas políticas.

Na Bahia, professor de vários colégios públicos, inclusive do "Góes Calmon", de Brotas, diretor-geral da Escola Estadual "M.A. Teixeira de Freitas", assessor do Conselho Estadual de Educação do Estado, presidente da Comissão Estadual de Bolsas de Estudo e superintendente do ensino médio, normal e profissional, foi, todavia, como o diretor da **Imprensa Oficial** do Estado, por ele transformada na Empresa Gráfica da Bahia, que Junot Silveira grangeou a reputação do excelente administrador depois das obras e serviços que realizou, transformando a mencionada Empresa Gráfica da Bahia em um dos mais completos parques gráficos de todos o País.

Convocado que fui pelo Vereador Ednaldo Santos, Presidente da Câmara Municipal de Salvador, lamento não me ter sido possível comparecer à solenidade, devido aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, a fim de aplaudir a feliz iniciativa.

São estas as razões pelas quais felicito, desta tribuna, o ilustre professor e jornalista Junot Silveira, recém-agraciado com a Medalha Tomé de Sousa, e requeiro a incorporação ao texto destas minhas sucintas considerações do discurso de agradecimentos à Câmara Municipal de Salvador proferido por esse insigne amigo sergipano, que soube honrar e continua a servir com dignidade, competência e patriotismo, a sua terra e a sua gente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

"BAHIA, UM AMOR
QUE VEM DE LONGE"

Junot Silveira

"Antes de conhecer-te eu já te amava, porque sempre te amei a vida inteira."

Como dois pássaros travessos mas amorosos, inquietos porém constantes e cheios de temura, esses dois maravilhosos versos rondam a minha memória e vibram no meu coração sempre que penso na Bahia. É na Bahia eu penso sempre, a cada minuto e a cada passo, há longos anos. É um sentimento que vem da adolescência e se renova a cada dia, como a luminosidade e o sabor

das primeiras luzes e dos primeiros frutos da manhã. Repito tratar-se de um amor que vem de longe, de muito longe mesmo, no tempo e no espaço, quando os meus pés ainda não haviam pisado o seu chão, que tem sangue de mártires e de heróis, e os meus olhos não tinham contemplado o cenário que é o deslumbramento de quantos conhecem e admiram os contornos e as cores da sua paisagem, onde o mar e o casario se fundem num jogo de mistérios e encantamentos. Nem eu conhecia de perto, e por ser assim não sabia e nem poderia avaliar devidamente os méritos do seu povo. Reafirmo, entretanto, que já a distância acostumei-me a admirar e a querer os baianos com o seu elevado espírito de fraternidade, acolhedor e criativo, humanitário e cívico, a um só tempo provinciano na sua autenticidade e universal na sua grandeza!

Curiosamente — permitam-me falar um pouco de mim mesmo — curiosamente, a família de minha mãe e a do meu pai são da Estância, conhecida como a cidade mais baiana de Sergipe. Também curiosamente, familiares paternos têm ligações com a Bahia, como é o caso, por exemplo, de Joaquim Esteves da Silveira, conhecido como o "poeta da Noviça", e o escritor e crítico de cinema Walter da Silveira, este baiano de nascimento e baiano de coração. Curiosamente, por fim, e sobre tudo pelo fato de eu exercer o jornalismo, em Salvador, desde 1950 e sempre na **A Tarde**. **A Tarde** de Simões Filho. A mesma **A Tarde** dos seus ilustres filhos Sr. Regina Simões de Mello Leitão, Dr. Renato Simões, Sr. Vera Simões Bainville, e cujo diretor, Jorge Calmon, é um exemplo de profissional pela competência e equilíbrio. Foi esse o primeiro jornal que li na minha vida. Era uma leitura que eu fazia à noite, na Biblioteca Municipal do Lagarto, em Sergipe, quando estava nos meus 13 anos de idade. Se através da história oficial do Brasil conheci os feitos antigos da Bahia, os acontecimentos relacionados com a sua fundação, a invasão holandesa, a heróica reação aos intrusos, as lutas pela Independência e outros fatos, foi pela leitura de **A Tarde** que tomei conhecimento da bravura cívica de vultos como Simões Filho, Otávio e João Mangabeira, Pedro Lago, Medeiros Neto e tantos outros. Assim como fui me interessando pela cultura, pelo esporte e pela vida social da Bahia, admirando, de longe, de uma cidade do interior sergipano, muito do que aqui se fazia e se passava. Até que um dia, nos idos de 1948, em companhia do meu irmão Jenner Augusto, ambos muito jovens ainda, como já acontecera e ainda aconteceria a vários outros sergipanos, desembarquei na plataforma da estação ferroviária de Calçada. Os olhos se me abriam para um novo mundo que só conhecia de leitura, e o coração pulsava entre assustado e alegre!

Integrando o corpo redacional de **A Tarde** desde 1950, professor público por concurso de títulos e provas há 34 anos e funcionário aposentado desta egrégia Câmara, a minha fortuna tem sido fazer amigos. E adquirir experiência. E apoiado nessa experiência de leituras, de vida e de profissão que ouso repetir o conceito de um autor norte-americano que preparou tese em Salvador. "A Bahia — afirma ele — é a melhor janela para se conhecer o Brasil". Até porque, completo, é a segunda terra de todos os brasileiros, porque resume nos seus hábitos, nos seus costumes, no seu sincretismo, na sua afetividade, na inteligência

dos seus filhos, na altivez da sua gente, na convivência pacífica de raças, que de tão pacífica leva a uma natural convergência, resume, dizia, os nossos sentimentos e as nossas emoções. As emoções e os sentimentos desses mestiços que somos nós de Norte a Sul e que, além do estado onde nascemos, sejamos do Amazonas ou do Rio Grande, consideramos, com muita honra e muito orgulho, como também sendo nossa pela sua graça, pela sua tolerância e pela sua extrema brasiliadade, esta velha e sempre nova Bahia. Esta Bahia de onde se fez ao mundo civilizado a revelação do Brasil e onde se implantaram nesse mesmo Brasil as raízes da organização política e administrativa. Raízes tão fortes, tão marcantes que ainda hoje não se apagaram da história política. Tomé de Sousa chegou à Bahia forte e poderoso. Vinha estabelecer a ordem e a segurança, a lei e a autoridade. Para tanto, achava-se investido de vastos poderes concedidos pela Coroa Portuguesa e trazia o indispensável instrumental para implantar o novo regime. E não tardou a cumprir as recomendações reais de levantar uma fortaleza e uma povoação da qual daria assistência às diversas Capitanias. "Longe-perto do mar", é a expressão que o historiador João Ribeiro usa para designar as localidades que os colonizadores portugueses erguiam nas terras recém-conquistadas. Era uma estratégia da época. Se atacados por terra, pelos índios que descesssem da selva, os colonos tomariam as embarcações; se agredidos pelo mar, tinham à retaguarda, como refúgio, a floresta verde e virgem. Salvador não teria escapado à regra, erguida que foi no alto da escarpa, entre a mata e o golfo.

Ensina Affonso Ruy que "Luiz Dias, o afidalgado mestre da pedraria, vindo com Tomé de Sousa para construir uma fortaleza e uma povoação grande, capazes de suprir as Capitanias das suas faltas e prestar-lhes ajuda, situou os edifícios públicos na única praça do recinto da cidadezinha, localizando a Câmara no lado de leste, frente ao mar, enquanto assentava na parte sul o palácio do governador e pelo norte a alfândega e armazém". Como bem se pode observar, geográfica, política e socialmente, situou-se a sede desta Casa em merecido lugar de destaque, compatível com a sua importância. E nasceu ela, como se sabe, com a Cidade do Salvador. O que significa dizer com a própria civilização brasileira, tendo, por conseguinte, como sempre foi do seu destino e do seu dever, de lutar pela defesa do patrimônio desta capital, que é, em termos de história e arte, o maior, o mais belo, o mais rico, o mais pujante e, por isto mesmo, o mais ameaçado do Brasil. Patrimônio que é desse mesmo Brasil que tiveram grandes pedagogos, como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Sampaio Dória, dentre vários outros. Nenhum, porém, maior do que os baianos Abílio César Borges, Isaias Alves de Almeida, Anísio Teixeira e Navarro de Brito. Até mesmo Ruy Barbosa, com um simples parecer, simples mas luminoso como tudo que produzia, deixou um rastro genial nesta seara. Mas não poderia ser de outra sorte, se foi na Bahia, precisamente nesta cidade que se fundou o famoso Colégio dos Jesuítas, servindo, como serviu, de estrela da manhã à Educação no Brasil. E séculos depois a Escola de Cirurgia, que o príncipe D. João criaria em Salvador. Esses fatos relevantes e essas tradições históricas contribuiram para incentivar o en-

sino na Bahia e dar-lhe, até há algum tempo, um aspecto, o indispensável aspecto de seriedade que a educação merece de parte das autoridades, da sociedade, de mestres e alunos.

Ultimamente, porém, como reflexo do que ocorre em todo o País, a situação modificou-se. Não me cabe, nesta oportunidade, estudar as causas desse e de outros problemas, que são complexos, nem apontar as soluções, que não são fáceis. Há fatores de ordem demográfica, de ordem econômica e de ordem ideológica que envolvem as diversas questões. O que me compete, aqui neste ato e neste instante, é simplesmente proclamar que já devo a esta Câmara a elevada honra de ser Cidadão da Cidade do Salvador. Confesso, sinceramente, que orgulho maior não poderia ter. Agora, devo-lhe esta nova distinção, representada pela outorga da Medalha Tomé de Sousa, que me coloca na companhia de ilustres personalidades.

Aos senhores vereadores, legítimos representantes de um povo cheio de problemas, mas com justiça e razão orgulhoso de sua história e tradições, o meu sincero agradecimento pela sua generosidade. Um agradecimento ainda mais profundo por julgar que a rigor não é um prêmio ao mérito de um elemento destacado na sociedade, mas ao mister de um modesto mestre-escola e ao labor de humilde repórter que sempre buscou servir à Bahia. Dirijo meu reconhecimento especial e afetuoso ao ex-aluno, sempre lembrado, o atuante e combativo vereador Leite Matos, autor da proposição e que comigo estudou e se fez meu amigo no Colégio Estadual Góes Calmon, onde já revelava o despertar de uma liderança naqueles tempos em que a escola era risonha e franca.

Perante Vossas Excelências, senhores vereadores, e perante quantos aqui se encontram — autoridades, amigos e colegas — todos me honrando com sua presença, que nesta hora agradeço, comovidamente, prometo não desmerecer a honraria com que sou agraciado. Ela será mais um estímulo à minha vida profissional, mais um incentivo para que eu continue a amar esta terra que me acolheu a esta gente que me recebeu de braços e coração abertos. E aprofundar ainda mais na memória rondando no coração, como dois pássaros travessos mas amorosos, inquietos porém constantes e cheios de ternura, estes dois maravilhosos versos, recolhidos durante a adolescência e que me ocorrem sempre que penso na Bahia, pois as razões, para tanto, agora ainda são mais fortes:

"Antes de conhecer-te eu já te amava porque sempre te amei a vida inteira".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há menos de duas décadas, dizia-se que o Brasil era um país essencialmente agrícola. Agora, dono do maior parque industrial da América do Sul e concentrando 3/4 partes de sua população nas cidades, o País assume indiscutível perfil urbano. Apesar disso, o setor agrícola, longe de perder

sua importância, adapta-se às novas realidades, moderniza-se e responde por 40% de participação na nossa Balança Comercial.

Na verdade, a introdução das técnicas de produção capitalista no campo, revolucionou a agricultura nacional. De fato, a adoção do crédito subsidiado para a produção, investimento e comercialização, incentivou a utilização dos chamados insumos modernos, como fertilizantes, calcários, inseticidas, fungicidas e hormônios. Também o aumento da mecanização, a mudança nas relações de trabalho, a ampliação do mercado interno e externo, o estabelecimento de entidades governamentais voltados à pesquisa, assistência técnica e extensão rural, prepararam o salto decisivo para a modernização da agricultura brasileira.

O salto experimentado no período, porém, ao ignorar o aspecto social do processo, revela uma face perversa, com fortes traços conservadores. Entender o comportamento das variáveis que atuaram no setor ao longo do período é passo decisivo para definir novas políticas que os novos tempos estão a exigir.

Um dos instrumentos que mais influenciou a modernização foi o Crédito Rural, que, no quadriênio 1969-1973, cresceu a uma taxa média anual de 24,5%. Como o produto real da agricultura aumentou em apenas 5% a.a., no mesmo período, teve início o endividamento do setor agropecuário. Entre 1974 e 1979, o volume dos empréstimos cresceu a taxas reais, passando, porém, a partir de 1979, a mostrar tendências declinantes. Em 1982/83, foi iniciada a retirada gradual dos subsídios implícitos à taxa de juros, sendo que, em 1982, o valor financiado foi inferior em 19,7% ao obtido em 1979. Em 1984, o decréscimo em relação a 1983 foi de 34,7%, com o número total de contratos na década de 1980 inferior àquele obtido em 1970.

Durante a década de 1980, é válido considerar que a redução no subsídio à taxa de juro, bem como a retração no volume real de recursos disponíveis, caracterizou o período como uma época em que o aumento nos encargos financeiros pressionou consideravelmente o custo dos produtos explorados de forma empresarial, tais como soja, trigo, arroz irrigado.

Aliás, o efeito da utilização do crédito subsidiado se fez sentir com maior intensidade no mercado de insumos e no grupo de propriedades com capacidade de produção empresarial. De fato, entre 1970-1980, aproximadamente, 60% do valor dos financiamentos concedidos foram destinados a estabelecimentos com área inferior a 100 hectares. A título de exemplo, em 1975, ano em que o volume de crédito disponível foi muito elevado, 70% dos estabelecimentos com mais de 1000 hectares absorveram 24% dos recursos concedidos no ano.

Atualmente, o maior problema do setor agrícola referente ao crédito é o endividamento induzido pelo chamado Plano Cruzado, que, em 1986, tornou possível ao agricultor tomar empréstimos a taxas de juros reais baixas, dentro de uma expectativa de inflação reduzida ou mesmo inexistente para o futuro próximo. O aumento na renda real da população ocasionou grande pressão de demanda, que também incentivou os agricultores a aumentar seus investimentos, acreditando num mercado interno em expansão, com maior poder aquisitivo.

O fracasso do Plano Cruzado e a explosão inflacionária que a ele se seguiu aumentaram de forma brutal os encargos financeiros, atingindo especialmente os pequenos e médios proprietários das regiões Sul e Sudeste.

Embora algumas medidas paliativas tenham sido adotadas pelo Governo, atendendo a pressões de ordem social e econômica, o setor agrícola, hoje, encontra-se endividado e descapitalizado, notadamente o grupo de produtores voltados para o mercado interno.

A redução no volume de crédito rural, bem como o aumento do seu custo, refletiu imediatamente na utilização dos chamados insumos modernos.

O consumo aparente de fertilizantes cresceu a taxa média anual de 18,4 no período 1963-73 e 11,2% a.a. de 1973 até 1979, quando teve início a retirada do subsídio à taxa de juro do crédito agrícola. Em 1979, o consumo aparente de nutrientes foi da ordem de 3.567 toneladas, passando para 4.200 toneladas em 1980 e declinando sempre até atingir apenas 2.421 toneladas em 1983. A partir daí, houve indícios de recuperação tendo o consumo aparente passado para 32.298 toneladas em 1985 e 3.009 mil toneladas no período janeiro/outubro de 1987.

Esses dados apenas confirmam que a expansão da produção agrícola brasileira não foi acompanhada pelo correspondente aumento na utilização de fertilizantes. Ou, melhor dizendo, o uso de fertilizantes, como prática cultural e não como decorrência de uma política creditícia fortemente subsidiada, só ocorreu na região Centro-Sul e, mesmo nessa região, em produtos tais como soja, trigo, cana-de-açúcar ou café, que são destinados a exportação ou contam com um mercado interno garantido e organizado. Exemplos desse último tipo de mercado, pelo menos até recentemente, foram a cana-de-açúcar e o trigo.

Outro indicador das transformações por que passou a agricultura é o número de tratores, que cresceu a taxas médias de 11,4% a.a. entre 1963-78, e 10,5% a.a. no período 1978-1981. Em 1983 também foi observado sensível declínio, tendo o setor apresentado uma leve recuperação em 1984 e 1985. Apenas em 1986 as rendas atingiram os níveis de 1980, experimentando um crescimento de 13% em relação ao ano anterior. Em 1987, o mercado interno retraiu-se e, para 1988, as expectativas não levam a crer em um aumento expressivo do mercado interno, devendo as indústrias buscar cada vez mais a exportação como alternativa aos seus problemas de escoamento da produção.

De acordo com os dados censitários, entre 1960 e 1980 a densidade de uso dos tratores por unidade de área com lavouras passou de 468,4ha/trator para 92,7ha/trator. A relação do pessoal ocupado na agricultura passou de 255 pessoas/trator para 39 pessoas/trator nesse mesmo período de vinte anos.

Outro insumo de grande importância quando da análise das transformações por que passou a agricultura brasileira nos últimos vinte anos é a utilização de sementes melhoradas, cuja produção evoluiu 26,2% a.a. entre 1963-1978 e 44,2% a.a. entre 1978 e 1981. Nos últimos anos, devido à retirada da exigência da utilização de sementes melhoradas para a obtenção de crédito de custeio, houve uma redução, em nível geral, na utilização

desse insumo, que, no entanto, é muito utilizado nas lavouras conduzidas empresarialmente, tal como o trigo e a soja. Em 1987, por exemplo, o abastecimento de sementes foi normal, não tendo ocorrido especulações. Também para 1988 não estão previstos desajustes maiores entre a oferta e a demanda do produto, pois, embora o setor de produção de sementes não tenha investido em sua expansão, a retratação da demanda interna, bem como o mercado externo já existente para alguns produtos, garantem relativo equilíbrio entre o abastecimento e a produção.

Os dados mencionados até aqui objetivam ilustrar um processo de mudanças no setor agropecuário brasileiro, que, hoje, como há vinte anos passados, está caracterizada pela adoção do modo de produção capitalista em algumas regiões, em algumas culturas, enquanto outros segmentos internos, regiões, inclusive, apresentam um modo de produção tradicional, desvinculado até, em alguns aspectos, do acelerado processo de transformações sócio-económicas por que passou o País.

As consequências desse processo dito de modernização, foram muitas, nem todas positivas. A primeira e mais evidente foi a expulsão do homem do campo.

Em 1960, a população urbana do País comprehendia apenas 44,7% do total nacional; em 1980, chegava a 68%; em 1990, de acordo com as previsões da FIBGE, esta participação deve alcançar os 75%.

Entre 1960-1980, aproximadamente 30 milhões de pessoas deslocaram-se do campo para a cidade, em termos absolutos, a população rural reduziu-se, nesse período, em 150 mil pessoas, dado que revela um pouco as imensas alterações observadas nas relações de trabalho no campo. Apenas para melhor exemplificar essa nova realidade, enquanto a taxa de crescimento da utilização de tratores aumentou em mais de 10% a.a. entre 1963-1981, o crescimento da população economicamente ativa entre 1960 e 1980 foi da ordem de 0,3% a.a. No mesmo período, o total da população economicamente ativa evoluiu a uma taxa média anual de 3,3% a.a., evidenciando uma vez mais a maciça migração do meio rural para a cidade.

Uma das principais características do modo de produção capitalista é a presença de trabalhadores assalariados e a eliminação de outros tipos de relação de trabalho como a parceria ou a medida. No setor rural brasileiro, essa hipótese é amplamente comprovada. Os censos indicam a diminuição paulatina no número de parcerias e o aumento gradual na presença de trabalhadores assalariados, notadamente nas Regiões Sul e Sudeste.

Outra consequência da introdução das relações capitalistas de produção no campo foi a expulsão de um grande número de agregados, meeiros e parceiros, que passaram a constituir o imenso contingente dos bôias-frias, figuras hoje comuns na agricultura brasileira. Esta evidência é dada pelo aumento no número de empregados, que passou de 2.644, em 1970, para 4.939, em 1980, tendo os parceiros reduzido sua participação de 602 mil para 493 mil no mesmo período.

Também a necessidade de obter lucros e a obrigação de investir mais para atingir a eficiência econômica necessária levaram à opção por pro-

dutos mais rentáveis, especialmente os destinados ao mercado externo. Outra alternativa foram produtos de comercialização garantida por programas governamentais, como o trigo e a cana-de-açúcar.

Os dados mencionados até o momento apenas enfatizam a profunda alteração na agricultura brasileira, em que uma parte do setor se beneficiou da implantação de empresas rurais, apresentando inovações tecnológicas, produtividade crescente, mercados compensadores, presença de trabalhadores assalariados, investimentos pesados em infra-estrutura e mecanização. Não por coincidência, esses mesmos segmentos, ditos modernos, também são aqueles que apresentam maior participação em associações de classes como cooperativas, associações, sindicatos patronais.

O outro lado desse processo reflete-se nos migrantes e nos pequenos e médios proprietários, cada vez mais marginalizados, deslocados em uma estrutura crescentemente empresarial. O pequeno agricultor que plantava para a sua subsistência e vendia apenas o excedente, ao ingressar no mercado como produtor de culturas destinadas única e exclusivamente à comercialização, assume um grande risco, pois não dispõe das reservas de capital necessárias para garantir a atividade durante épocas de recessão, ficando extremamente vulnerável às crises econômicas e políticas que afetam a agricultura.

O desestímulo dos agricultores mais tradicionais está bem exemplificado na situação dos produtos alimentares básicos, tais como o arroz sequinho, a mandioca e o feijão. Sucessivos estudos têm demonstrado que, ao longo das últimas décadas, com raríssimas exceções, a disponibilidade per capita dos chamados alimentos básicos vem declinando. De fato, no período 1977-1984, os alimentos domésticos (arroz, feijão, mandioca, batata) decresceram, em média, 1,94% a.a., enquanto os exportáveis evoluíram em 2,56% a.a., tendo, porém, a cana-de-açúcar, devido ao programa energético, evoluído em 7,84% a.a. por habitante. Ainda nesse período, a produção de carnes ficou estagnada, agravando ainda mais o profundo desequilíbrio da produção agrícola. O comprometimento da produção destinada ao abastecimento interno no mesmo período 1977-84 é melhor exemplificada pelos seguintes dados: o decréscimo da produção per capita de arroz foi de 15,2%, de feijão, de 1,6%; de milho, 6,3%; de mandioca, em 32,4%; e de batata, de 3,2%. Ou seja, no período considerado, a agricultura cumpriu, de modo eficiente, seu papel de fornecedora de divisas, via exportação, e de provedora de alternativa energética ao petróleo, via álcool, mas fracassou no abastecimento do mercado interno.

As dificuldades no abastecimento dos alimentos básicos, aliados à queda dos salários reais e ao aumento no nível de desemprego, contribuíram para que a percentagem de ingestão calórico-protéico de grande parte da população se reduzisse sensivelmente, engrossando assim, as fileiras de famintos e desnutridos.

Sintetizando: a introdução do modo de produção capitalista no campo ocasionou o aperfeiçoamento tecnológico em algumas culturas de algumas regiões, incentivando a expansão do setor agroindustrial, aumentando o número de assalariados, produzindo divisas e favorecendo o estabe-

lecimento de um modelo energético alternativo ao petróleo, baseado na produção de cana-de-açúcar. Por outro lado, esse mesmo modelo contribuiu para o aumento da migração interna, para a redução da oferta de produtos alimentícios e para a crescente diferenciação entre produtores tradicionais e modernos.

As políticas agrícolas adotadas no período 1985-1988 não lograram revertêr esse quadro, tendo o aumento do consumo ocorrido em 1986, na vigência do Plano Cruzado, apenas evidenciando a fragilidade do nosso abastecimento interno. O súbito aumento no poder aquisitivo da população e a escassez dele decorrente comprovou que, para a maioria dos produtos agrícolas, a oferta não seria suficiente para atender a demanda real da população, no caso de aumento do poder real de compra.

Após a euforia decorrente do Plano Cruzado, a agricultura defasou-se com uma realidade trágica: o pesado endividamento do setor, motivado pela concessão de crédito numa expectativa de inflação baixa ou mesmo nula, que levou os agricultores a recorrerem ao mercado financeiro tanto para custear quanto para investimento. O recrudescimento da inflação inviabilizou o pagamento dos juros, mesmo porque grande parte dos preços dos produtos agrícolas evoluiu a taxas inferiores àquelas da inflação, e a população, com seu poder de compra reduzido, não foi capaz de sustentar preços compensadores no mercado interno. Também o mercado externo não tem sido favorável, de modo geral, aos produtos agrícolas brasileiros, dificultando sobremaneira o processo de recuperação e sustentação dos preços agrícolas.

Qualquer proposta de recuperação do setor agrícola deve considerar a tendência histórica aqui apresentada de forma sumária e muito generalizada. Não é possível ignorar que a agropecuária brasileira depende da recuperação do poder aquisitivo da população e também da eficácia de uma série de medidas governamentais para o setor.

Conhecer a situação atual da produção agrícola e pecuária, analisar os principais instrumentos de política agrícola, bem como apresentar sugestões para o futuro, são assuntos específicos que devem ser abordados em pronunciamentos futuros.

Por hora, necessário se torna ficar clara a importância de se reverter o quadro anteriormente exposto. Nele, a produção de alimentos básicos é o segmento mais prejudicado no contexto de introdução do processo capitalista no campo. Também é preciso recuperar com urgência, o poder de compra da população, pois a agricultura brasileira não se pode desenvolver ao sabor das oscilações do mercado externo nem depender exclusivamente de políticas governamentais que objetivem garantir a comercialização dos produtos alimentícios.

Muitos dos dilemas enfrentados pelo setor agrícola podem e devem ser resolvidos pela implantação de uma política governamental de médio prazo, capaz de garantir aos produtores rurais um período de tempo que lhes permita planejar seus investimentos com realismo e coerência, sem a preocupação com intervenções intempestivas e, muitas vezes, irresponsáveis do Governo, tanto no processo de comercialização quanto no de

utilização dos instrumentos de incentivo e produção.

Só assim, o maior parque industrial da América Latina poderá conviver com um setor agrícola moderno e de desenvolvimento homogêneo, capaz de resgatar, do subdesenvolvimento e da pobreza, a grande massa de brasileiros que, expulsa do campo, invade as cidades para formar o cinturão de pobreza que tão bem conhecemos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lavoisier Maia.

O SR. LAVOISIER MAIA (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Assembleia Nacional Constituinte votará, logo mais, emendas ao novo texto constitucional, que beneficiarão as microempresas, pequenas empresas urbanas e pequenos produtores rurais.

Essas emendas, que têm a liderança do Senador Mansueto de Lavor, representam a salvação desses empresários que confiaram na palavra do Presidente da República e do Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e que, hoje, arrostam o maior sacrifício já imposto ao empresariado brasileiro.

Todos se lembram do famoso Plano Cruzado. Para resolver os problemas da economia nacional, em 28 de fevereiro de 1986, foi editado, via decreto-lei, o Plano Cruzado, cujos objetivos principais era acabar, definitivamente, com a inflação e sepultar, de uma vez por todas, a correção monetária.

Num clima de puro emocionalismo e fantasia, a grande maioria do povo brasileiro acorreu às ruas, para solidarizar-se com o Presidente da República, com inteira confiança nas medidas político-administrativas e econômicas adotadas pelo novo plano.

Poucas foram as vozes, como a minha, que se levantaram em protesto a "esse achado", pois com a experiência que tenho, ao longo da minha vida pública, jamais poderia dar crédito a um plano econômico que surgia mais por razões conjunturais que estruturais.

A onda de otimismo e esperança criados pelo Plano Cruzado não suportou o primeiro teste de falta de bens de consumo e logo se viu que a grande promessa não ia além dos estreitos limites da retórica tradicional e da politicagem desenfreada.

Apuradas as urnas de novembro de 1986, o mesmo Governo que tudo prometera, atraçou o povo, revogando, por decreto, o congelamento e as demais medidas adotadas pelo Plano Cruzado.

Os pequenos agricultores, pequenos produtores rurais, microempresários e pequenos empresários urbanos foram tomados de surpresa, numa atitude indigna e pouco recomendável e foram obrigados a pagar juros e correção monetária dos empréstimos que haviam contraído, sob a régua do Plano Cruzado, que não lhes exigia essas condições desumanas.

A fim de coibir esse abuso inominável, o Senador Mansueto de Lavor e outros Constituintes apresentaram uma emenda a ser inserida nos Disposições Gerais e Transitórias que, em síntese, assim determina:

"Para efeito de liquidação, não incidirá correção monetária sobre os seguintes débitos, nas períodos indicados:

I — os decorrentes de empréstimos efetuados a pequenos agricultores, a microempresas e a pequenas empresas, até 31 de dezembro de 1987;

II — os decorrentes de empréstimos concedidos a médios agricultores e a média empresas, no período de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987;

III — os decorrentes de quaisquer outros empréstimos, no período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 1986."

Inúmeras são as razões que nos levam a apoiar esta emenda.

Em primeiro lugar, devemos relembrar as circunstâncias históricas em que esses empréstimos foram contraídos: pela vigência do Plano Cruzado, portanto, em atendimento às promessas do Governo Federal; em segundo lugar, é bom que se diga — e o faço com autoridade de quem sempre, e com sinceridade de propósitos e ações esteve ao lado do povo — que os atingidos pelo Plano Cruzado não têm absolutamente nenhuma culpa pessoal, pois o único pecado que cometem foi confiar no Governo Federal, e este, lamentavelmente, não tem saldado os compromissos assumidos nas praças públicas do Brasil; em terceiro lugar, anote-se, também, que o único responsável por esta situação caótica são as autoridades de Brasília que, depois de terem iludido o povo, agora querem impingir uma nova carga financeira aos que deixaram de produzir, por razões estranhas aos seus negócios; em quarto e último lugar, é preciso recordar que o Governo já entregou aos bancos, via decreto-lei, os recursos necessários às possíveis perdas oriundas da revogação desse Plano. Não há, pois, que se falar em prejuízo bancário, de vez que os bancos já estão, desde 1987, ressarcidos das perdas porventura existentes.

Nesta hora de afirmação nacional, devemos não somente apoiar a emenda do Senador Mansueto de Lavor, mas torná-la realidade normativa, votando pela sua aprovação, pois só agindo assim estaremos fazendo retornar ao setor produtivo nacional milhões de microempresários que se encontram em inadimplência por culpa exclusiva do Governo Federal.

Estaremos unidos nesta cruzada em defesa da livre iniciativa brasileira, para fazer valer o bom senso e o espírito público.

O mandato constituinte que o povo, em eleições livres, nos confiou, impõe que sejamos fiéis aos ditames da opinião pública brasileira, escrevendo no texto da nova Constituição todas as aspirações populares.

Retirar a correção monetária dos empréstimos contraídos na infeliz era do Plano Cruzado, além de ser um dever de justiça social é, sobretudo, uma afirmação da Constituinte que não se deve dobrar perante os caprichos e pressões de um Governo desalmado e inconsequente que a cada hora sepulta as esperanças do povo e provoca a ira de toda a Nação.

Solidarizo-me com o ilustre representante de Pernambuco, Senador Mansueto de Lavor, e enfileiro-me na grande legião dos que lutarão sempre em favor dos menos afortunados, daqueles que enfrentam as agruras de uma economia estatizada, como é o caso dos beneficiários desta providencial emenda.

Manifesto, desta tribuna, minha posição favorável à emenda que dispensa a correção monetária dos empréstimos contraídos por esses brasileiros, que merecem a contribuição cívica de todos nós.

A história marcará para sempre os que mais uma vez traírem o povo.

Tenho dito, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Acre, no final do século passado e início deste, também fez sua revolução. A diferença com as demais revoluções brasileiras é que a luta do povo acreano foi para integrar-se ao Brasil, fazer parte desta Pátria, da nacionalidade brasileira. Foi um tempo duro, muitas lutas, guerras e mortes. A história da conquista e dominação daquelas terras inhôspitas por brasileiros está ainda à espera de seu historiador maior, um épico que ainda veremos em livro escrito por algum iluminado da literatura brasileira. Aquela luta, Srs. Senadores, era uma luta de brasileiros contra estrangeiros, brasileiros conquistando terras que julgavam lhes pertencer por direito de posse, por usucapião, se assim podemos dizer. O Governo da República, na época, ofereceu integral apoio, reconheceu o direito de posse, colocou seu melhor diplomata — Barão do Rio Branco — para negociar com os bolivianos e, em 1903, os acreanos obtiveram sua grande vitória, anexando aquele território ao Brasil.

Recordo aos nobres colegas, como já disse, que aquela foi uma luta de brasileiros contra estrangeiros. Hoje, o Acre passa por uma nova luta. Desta vez, é uma luta também de dominação, porém de brasileiros contra brasileiros e, em muitos casos, de estrangeiros contra brasileiros em nosso próprio território. É uma luta de latifundiários, grileiros do sul contra os posseiros, os seringueiros, os trabalhadores rurais sem-terra que, desde o início do Século habitam aquelas paragens, nelas foram garantidos e confirmados pelo Governo da República, através do Barão de Rio Branco e do Tratado de Petrópolis; por elas lutaram e, por certo, lutarão novamente. A terra é o último reduto da resistência de um povo que já deu tudo e mais não pode dar. Lutarão pela terra. Hoje, com a criminosa omissão do Governo acreano, prevalece a violência desmedida contra os mais fracos da escala social acreana e brasileira que são, justamente, os seringueiros, os trabalhadores rurais sem terra.

A omissão do Governo e o mandato da impunidade por ele jogado sobre os ombros dos responsáveis pela escalada de crimes que vêm acontecendo, são os principais responsáveis pela bola de neve em que se transformou a violência rural no Estado do Acre. Antes era uma terra que só viu sangue de seus filhos para tornar-se brasileira, hoje, encharca seu solo com o suor do trabalhador, que tem o produto de seu trabalho usurpado pelos poderosos locais e com sangue da injustiça cometida contra inocentes.

Há alguns anos, foi o assassinato do líder sindical Wilson Pinheiro, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia; em maio últi-

mo, foi a vez do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri que, cercado por pistoleiros, teve dois de seus filiados, ambos menores, Manoel Custódio e Raimundo Pereira, gravemente feridos; sábado último, novamente, o sangue de um líder sindical foi derramado no solo acreano, Ivaí Igino Almeida, morto a mando das mesmas forças que aterrorizaram os trabalhadores rurais acreanos. Nesse meio tempo, roças queimadas, animais mortos, casebres destruídos, jovens e adultos espancados.

Há duas décadas este processo começou. Os latifundiários desalojam à força os antigos posseiros, com base em documentos de duvidosa procedência, e devastam a heterogênea floresta amazônica, os seringais nativos — a grande riqueza da Amazônia —, para em seu lugar dar vida a campos de pastagens. Enquanto a Constituinte aprova dispositivo, tornando a floresta amazônica patrimônio nacional, com o apoio de toda a sociedade brasileira, os grileiros e os latifundiários, com apoio de governos omisso ou interessados diretamente, devastam as florestas, os seringais, as vidas humanas que há tantas décadas lá existem ou existiam.

É preciso um alerta nacional, é preciso a denúncia forte e sistemática, é preciso, acima de tudo, o desmascaramento desses governantes demagogos que, frente às câmeras de televisão, têm uma postura, um discurso, logo após o apagar das luzes dos refletores da mídia eletrônica, esses mesmos governantes transfiguram-se de cordeiros em vampiros e sugam o sangue do povo brasileiro.

A impunidade é o maior estímulo à violência. O Governo acreano nada fez para evitar tais crimes e nada está fazendo para punir os executores e seus mandantes. Todos sabiam que, mais cedo ou mais tarde, esses crimes iam acontecer. Nada foi feito para prevenir e mais um chefe de família, entre tantos outros, foi abatido pela sanha peçonhenta da ambição desmedida do latifúndio e pela cumplicidade e criminosa omisão do Governo acreano.

Basta de demagogia. Este Governo do Acre não tem uma obra a seu favor, nem mesmo apenas uma. Ele, naturalmente, pensa que saliva, conversa, propaganda são suficientes para enganar o povo. Não são. O povo vai mostrar isso muito em breve. Os trabalhadores rurais vão reagir e esses crimes não mais ficarão impunes. O Estado do Acre merece ser tratado com mais dignidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Afonso Sancho.

O SR. AFONSO SANCHO (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com elogiável tenacidade, as lideranças empresariais de Camocim vêm lutando pela reativação do porto daquela cidade, tendo em vista a sua importância na dinamização do desenvolvimento de extensa área do norte do Estado do Ceará.

O marco recente mais relevante dessa luta foi a reunião promovida em 1985, sob o patrocínio conjunto da Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Ceará — FA-

CIC —, do Clube de Diretores Logistas — CDL, e da Associação Comercial do Ceará — ACC, congregando em Camocim as mais expressivas lideranças da Zona Norte do Estado.

Resultou desse encontro um documento que, em proposições breves e precisas, define os principais projetos cuja execução gerará impacto capaz de acelerar o desenvolvimento de toda a referida área. Três desses projetos se destacam: o do porto, o da indústria pesqueira e o da indústria saliniera.

Tanto no decorrer do encontro, como após, a FACIC intermediou uma série de contatos com autoridades estaduais e federais, visando acelerar os procedimentos necessários para que as propostas dos empresários fossem executadas no mais curto prazo possível.

No ano seguinte, 1986, próximo ao término da administração estadual, em ato solene realizado no Palácio da Abolição, o Presidente da Portobrás, na presença do Governador do Estado, assinou documento oficializando a destinação de recursos para desobstruir a barra do Porto de Camocim. O processo que deu origem à alocação dos recursos continha a definição das especificações técnicas requeridas para assegurar a reativação do porto.

Contudo, a implementação do projeto resultou inconclusa, sendo as obras suspensas em virtude da inadequação dos equipamentos postos na execução das dragagens necessárias. Além dessa inadequação quanto ao equipamento, foram dragados trechos das margens do rio Coreá, ao invés da barra do rio, onde o projeto da Portobrás previa que se viesse a alcançar cota de 4 metros no acesso ao porto.

Retornam uma vez mais as lideranças empresariais de Camocim à luta que vêm empreendendo, por entenderem que as proposições formuladas em 1985 mantêm a sua atualidade. A execução dos projetos sugeridos é condição indispensável ao desenvolvimento de toda a zona norte do Ceará. E no elenco de projetos, a desobstrução da barra do Porto de Camocim continua a ter prioridade maior.

Ademais, uma análise isenta da realidade local demonstra que enquanto o poder público pouco fez pela área, a iniciativa privada continuou a realizar os seus investimentos.

Diante dessa circunstância, não pleiteiam os empresários de Camocim que haja qualquer intervenção no setor privado, mas apenas que o Estado, cumprindo o papel que a Constituição lhe atribui, assegure os meios mínimos indispensáveis para que as atividades econômicas privadas se desenvolvam competitivamente em relação às regiões vizinhas. Com isso, ganham os empresários com a consolidação de suas empresas, ganha o Governo com o aumento da arrecadação e ganha a população por efeito da expansão do emprego.

Dados recentes da indústria pesqueira de Camocim demonstram que a frota composta em 1985 por 247 barcos passou, em 1988, a totalizar 480 embarcações.

Quanto aos frigoríficos, eram quatro em 1985, sendo que destes apenas dois se encontravam em atividade e dois desativados. Em 1988, os frigoríficos passaram para seis, permanecendo os mesmos em atividade no ano de 1985, tendo sido reativados os outros dois e construídos mais

dois frigoríficos novos. O conjunto comporta a frigorificação de 1.800 toneladas de pescado, o que corresponde a cerca de 90% da capacidade de frigorificação de Fortaleza e o dobro da capacidade instalada em São Luís.

As oficinas de manutenção e reparos navais passaram de oito, em 1985, para dezenove, em 1988. Paralelamente, as fábricas de mansuás e de redes de pesca passaram de cinco para doze nos dois anos sob análise.

Por decorrência desses investimentos, a produção de peixe passou de 2.000 para 6.000 toneladas, a de camarão passou de 100 para 200 toneladas e a de lagosta passou de 250 para 1.750 toneladas, considerando-se o intervalo entre 1985 e 1988.

Importa levar em consideração que a atividade pesqueira movimenta o comércio local, seja em relação a mantimentos, combustíveis e outros materiais, absorvidos pelas tripulações, pela frota, pelo pessoal de terra e pelas unidades de apoio sediadas na cidade.

O emprego diretamente vinculado à atividade pesqueira alcança cerca de 3.000 pessoas, computando-se tripulantes das embarcações e pessoal de terra, o que corresponde a 20% da população economicamente ativa de Camocim. Não se incluem nessa estimativa os empregos indiretos.

Todo esse conjunto foi responsável pela geração de US\$ 84,5 milhões em divisas, em 1987, o que correspondeu a 65% das exportações de pescado do Ceará naquele ano. Dados para 1988 não se encontram disponíveis.

Mesmo tomando como base a cotação oficial do dólar, correspondente a Cr\$ 177,05, as exportações de pescado de Camocim em 1987 representaram Cr\$ 15,0 bilhões.

Ora, a dragagem da barra do porto está hoje orçada em Cr\$ 150,0 milhões. Esse valor corresponde a apenas 1% do valor exportado.

Torna-se, por conseguinte, difícil de entender a omissão do Governo federal e da Portobrás em particular, deixando incluso o projeto do porto de Camocim. Não podem as autoridades federais alegar desconhecimento, porquanto a defesa do projeto do porto vem sendo mantida com persistência desde 1985 a esta data.

A cota de 4 metros do Porto de Camocim e a indústria pesqueira são apenas uma parte da questão. Resta ainda por analisar a atividade saliniera, que farei futuramente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lido o seguinte

Brasília, 20 de junho de 1988

Of. 36/88

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, a indicação do nome do Sr. Senador Afonso Sancho como Titular da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, em substituição ao meu nome.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. — **Jarbas Passarinho**, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência recebeu as Mensagens nº 129 a 131, de 1988 (nºs 231 a 233/88, na origem), de 21 do corrente, pelas quais o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o art. 2º da Resolução nº 93/76, do Senado Federal, solicita autorização para que as Prefeituras Municipais de Itaberaí (BA), João Câmara (RN) e Campinas (SP) possam contratar operações de crédito, para os fins que específica.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, a Presidência designará, oportunamente, o Relator das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência lembra aos Srs. Senadores que amanhã, dia 22, às 10 horas e 30 minutos, será realizada sessão especial do Senado, destinada a reverenciar a memória do ex-Senador Antonio Farias, de acordo com a deliberação anterior do plenário, ao aprovar requerimento de autoria do Sr. Senador Ney Maranhão e outros srs. Senadores.

Desta forma, não serão designadas matérias para a Ordem do Dia.

O Sr. Marcondes Gadelha — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL — PB) Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Hoje tivemos uma sessão especial, entreneada de algumas sentenças nostálgicas, e toda ela dedicada à despedida do eminente Senador Fernando Henrique Cardoso dos quadros e da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Esse fato singular, Sr. Presidente, desarmou um pouco nossa preocupação e nossa guarda com relação aos objetivos fundamentais a que se propunha o Senado Federal na manhã de hoje, ou seja, a votação das mensagens referentes à escolha de Chefes de Missão Diplomática.

Como sabe V. Ex^e, estão encalhados, literalmente encalhados 16 Mensagens para escolha de Embaixadores, aguardando uma decisão do Senado Federal. E com ela também estão encalhados nossos negócios exteriores, e com ela também estão atrasadas as nossas ações diplomáticas em pelo menos 30 países, porque muitos desses embaixadores exercem função cumulativa.

Sr. Presidente, pode parecer quixotesco, mas temos que marcar a posição do Senado nesta manhã. V. Ex^e — investido na responsabilidade maior da condição dos trabalhos e dos destinos desta Casa e da respeitabilidade do Senado Federal — certamente há de dedicar todo o seu esforço para que, perante a Nação, fique bem claro que, pelo menos, a Direção do Senado Federal e algumas das suas Lideranças querem resolver este impasse gerado por uma obstrução que já se prolonga demasiadamente e que já perdeu todo seu sentido.

Assim sendo, Sr. Presidente, peço a V. Ex^e prorrogue esta sessão, até que se completem, pelo

menos, as quatro horas regimentais, uma vez que hoje começamos mais tarde.

A sessão começou depois das 11 horas, porque o Senado aguardava pacientemente que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro conciliasse seus problemas em outro foro, reunido que se encontrava em uma das salas das Comissões, decidindo problemas internos, enquanto o horário previsto para a sessão passava para outra faixa, bem além das 11 horas.

Sei que, dentro em pouco, teremos a concorrência dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Mas sabe também V. Ex^e que aqueles trabalhos normalmente não ganham curso enquanto não se procede a verificação de **quorum**, a verificação de presença.

Assim sendo, solicito a V. Ex^e, embora possa parecer este gesto quixotesco, convoque os Srs. Senadores a este plenário, para votarem a matéria que já foi discutida na sessão passada.

Peço a V. Ex^e, Sr. Presidente, faça esse apelo pelos microfones, e, em seguida, acione as campainhas e anuncie que, de qualquer forma, tentaremos votar essa matéria enquanto tempo houver. Na pior das hipóteses, Sr. Presidente, teremos cumprido nosso dever, e teremos mostrado que este Senado está atento para suas responsabilidades constitucionais, está em débito com a opinião pública, está em débito com a nossa diplomacia, está em débito, afinal de contas, com todos quantos esperam que esta Casa, mais do que uma Casa dedicada ao exercício da sua função, seja também uma Casa capaz de exercer exemplaridade sobre outras agências da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nobre Senador Marcondes Gadelha, a Presidência compreende a preocupação de V. Ex^e, que é também sua, quero tange à apreciação da matéria incluída na Ordem do Dia de hoje. E, neste sentido, sabe V. Ex^e que inclusive, realizamos no Gabinete da Presidência uma reunião com os Srs. Líderes, justamente para fazer um apelo para que o Senado, no menor prazo possível, deliberasse a respeito das indicações dos Srs. Embaixadores.

Entretanto, V. Ex^e há de convir que não só não temos no momento sequer onze Srs. Senadores em plenário — o que me impede de manter a presente sessão — como, por outro lado, a Assembléia Nacional Constituinte vai ter a sua sessão plenária instalada daqui a 9 minutos, e a prioridade dos trabalhos da Constituinte, como sabe V. Ex^e, é absoluta, tanto assim que fizemos uma reforma no nosso Regimento e do Regimento comum do Congresso Nacional para assegurar essa preferência da Constituinte. Daí por que a Presidência não tem como atender ao reclamo de V. Ex^e, por mais que reconheça o seu alto propósito.

Entretanto, aproveito a oportunidade para apelar, mais uma vez, às Lideranças e a todos os Srs. Senadores, para que na próxima sessão do Senado Federal, quando voltaremos a incluir a matéria na Ordem do Dia, todos acorram ao plenário, a fim de que possamos, de uma vez por todas, deliberar a respeito dessas importantes indicações.

O Sr. Jamil Haddad — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ) Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Quero deixar bem claro, Sr. Presidente, quando o Senador Marcondes Gadelha solicita que V. Ex^e avance no horário da Constituinte, há uma deliberação de que os trabalhos da Constituinte não podem conflitar-se com os trabalhos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Entendo até o agradecimento do nobre Líder Marcondes Gadelha, já que S. Ex^e não deixa de ter razão quanto ao problema da Ordem do Dia relacionado com a aprovação dos Srs. Embaixadores.

Quero dizer também que considero extremamente grave o fato de não estar também incluído na Ordem do Dia uma série de créditos para Estados, como é o caso da Cidade do Rio de Janeiro, — e já ouvi de S. Ex^e, Sr. Presidente, que colocará na Ordem do Dia da próxima sessão essa matéria — que tiveram desabamento de encostas, que necessitaram de contenção, acarretando problemas sérios para a população, matérias essas que não entram na Ordem do Dia.

Sei de outros Estados que também têm obras urgentes a realizar e não chegaram à Casa as mensagens do Poder Executivo. Isto é que está criando dificuldades. Vamos ser realistas, não vamos esconder o sol com a peneira; há necessidade de um acordo, para que se desamarre essa pauta da Ordem do Dia.

Então, sejamos honestos, vamo-nos sentar à mesa e, então, tentar um alto entendimento, no sentido de que todas as matérias sejam aprovadas, sem discriminação de Estado algum da Federação.

O Sr. Marcondes Gadelha — Presidente, peço a palavra para contestar a questão de ordem levantada pelo nobre Senador Jamil Haddad.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Não houve questão de ordem, nobre Senador Marcondes Gadelha, mas V. Ex^e, como Líder, pode falar para uma comunicação urgente.

O Sr. Marcondes Gadelha — Então, peço a palavra, Sr. Presidente, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Tem a palavra V. Ex^e.

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL — PB) Para uma comunicação urgente. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Gostaria de deixar bem claro que esta Liderança tem transigido com a idéia de negociação para votação não apenas dessas matérias como de quaisquer matérias de interesse do Senado Federal e de interesse do País. Jamais houve obstrução de parte desta Liderança ou de parte do Governo com relação à tramitação dessas matérias e jamais houve resistência de nossa parte a um entendimento e à negociação.

Há algum tempo o Senador Fernando Henrique Cardoso dizia que votaria esta matéria, desde que fossem liberados recursos para três Estados ditos em oposição. Alagoas, Bahia e Pernambuco. Levei pessoalmente o pleito ou a objeção do Senador Fernando Henrique Cardoso ao Senhor Presidente da República José Sarney e Sua Excelência lançou um répto: "Diga ao Líder do PMDB que

me mostre quais são os recursos que estão sendo bloqueados que eu os liberarei imediatamente".

Em seguida, Sr. Presidente, foi levantada outra contra-proposta, vendo-se o vazio nesse aspecto de liberação de recursos. Levantou-se a idéia de que o PFL estaria obstruindo, ou o governo estaria contra o andamento do projeto de lei que tratava das eleições municipais. Fizemos, então, um entendimento com o Senador Fernando Henrique Cardoso: votamos o projeto de eleições municipais e V. Ex's votaram as mensagens sobre os Embaixadores.

Sr. Presidente, votamos com a maior boa fé, com o espírito mais desarmado, com o peito nu, com a alma desabrida, votamos, Sr. Presidente, o projeto de lei referente às eleições municipais e não houve a contra partida do PMDB, ou de quem quer que estivesse interessado na obstrução da matéria.

Hoje, Sr. Presidente, por ironia da sorte, no último instante o Senador Fernando Henrique Cardoso é conduzido à tribuna para fazer seu discurso, e seu discurso acaba sendo, à sua revelia, contra a sua vontade, sei bem acaba sendo um instrumento de obstrução, mas uma vez dessa matéria de interesse da diplomacia brasileira, que não tem nada a ver com a saída, ou nenhuma responsabilidade pela saída, do Senador Fernando Henrique Cardoso dos quadros do PMDB.

Agora, Sr. Presidente, surge uma nova idéia do Senador Jamil Haddad, ou seja, a de que votamos, desde que outras verbas sejam liberadas.

Gostaria de mostrar a este Plenário, a esta Casa, quanto é dura a vida de um diplomata longe de casa, da sua terra e da sua família, sofrendo não apenas as agruras da saudade como todos os problemas e diatribes da vida diplomática; sujeito a agressões, lá fora, a seqüestros e a toda sorte de vicissitudes, e não encontrando amparo nem no seu próprio País. A verdade é que a cada dia apresentam um novo pretexto para que não se vote essa matéria. É doloroso, mas tenho que dizer: esses diplomatas são, agora, reféns em sua própria Nação. Queremos saber qual é o resgate que vai ser cobrado pelos obstrucionistas na próxima semana. O de hoje é a votação da matéria de interesse do Rio de Janeiro.

Comprometo-me a votar a matéria solicitada pelo Senador Jamil Haddad e peço a S. Ex' que colabore conosco. Invoco, também, os brios de todos aqueles que já se comprometeram com essa matéria, para que assumam esta responsabilidade, que não é só nossa e do Governo, que não é do interesse do Presidente da República, mas da Nação brasileira, que está sendo prejudicada, no momento em que começa a se abrir para o exterior, por essas razões miúdas de interesse local, que não têm nada a ver com a imagem que este País precisa ter no concerto internacional.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nos termos do § 4º, do artigo 180, do Regimento Interno, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 29 minutos.)

ATA DA 26ª SESSÃO, REALIZADA EM 7 DE JUNHO DE 1988

(Publicada no DCN — Seção II — de 8-6-88)

RETIFICAÇÃO

Na página nº 1609, 2ª coluna, na fala do Presidente em convocação de sessão conjunta:

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência convoca sessão do Congresso Nacional para o dia 16, quinta-feira, às 9 horas e 30 minutos...

Lê-se:

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência convoca sessão do Congresso Nacional para o dia 9, quinta-feira, às 9 horas e 30 minutos...

Rubrica

	Especificação	Valor em C\$
3120.00.00	Material de Consumo	13.200.000,00
3131.00.00	Remuneração de serviços pessoais	50.000,00
3132.00.00	Outros serviços e encargos	27.000.000,00
3192.00.00	Despesas de exercícios anteriores	41.200.000,00
3231.00.00	Subvenções sociais a entidades privadas	15.000.000,00
4110.00.00	Obras e instalações	185.000.000,00
4120.00.00	Equipamentos e materiais permanente	17.000.000,00
4192.00.00	Despesas de exercícios anteriores	600.000,00
4250.00.00	Aquisições títulos capital já integralizado	300.000,00
4313.00.00	Contribuições a fundos	30.000.000,00
	TOTAL DA DESPESA	329.800.000,00

Art. 1º Ajustar o orçamento da despesa do Funsen, que, mediante remanejamento entre subatividades, sem alteração no montante de C\$ 329.800.000,00 (trezentos e vinte e nove milhões e oitocentos mil cruzados), aprovado pelo Ato nº 24/88, desta Presidência, passa a apresentar o seguinte desdobramento em termos de detalhamento de gastos pela natureza da despesa:

Subatividade/Natureza da Despesa

	Valor em C\$
02.09.0101001.4000.950 — Suporte à ação legislativa	
3120.00.00 Material de consumo	1.200.000,00
3131.00.00 Remuneração de serviços pessoais	500.000,00
3132.00.00 Outros serviços e encargos	19.000.000,00
3192.00.00 Despesas de exercícios anteriores	41.200.000,00
4120.00.00 Equipamentos e materiais permanente	1.000.000,00
4192.00.00 Despesas de exercícios anteriores	600.000,00
	TOTAL
	63.500.000,00
02.09.0101001.4000.951 — Edificações e instalações para o Senado Federal	
4110.00.00 Obras e instalações	185.000.000,00
	TOTAL
	185.000.000,00
02.09.0101001.4000.952 — Reequipamento e reaparelhamento de unidades	
4120.00.00 Equipamentos e materiais permanente	15.000.000,00
	TOTAL
	15.000.000,00
02.09.0101001.4000.953 — Habitação para servidores	
4313.00.00 Contribuições a Fundos	30.000.000,00
	TOTAL
	30.000.000,00
02.09.0101001.4000.954 — Assistência médica e social	
3132.00.00 Outros serviços e encargos	5.000.000,00
4120.00.00 Equipamentos e materiais permanente	1.000.000,00
	TOTAL
	6.000.000,00
02.09.0101001.4000.955 — Serviços postais e de telecomunicações	
3132.00.00 Outros serviços e encargos	1.000.000,00
4250.00.00 Aquisição Título Rep. Capital já integralizado	300.000,00
	TOTAL
	1.300.000,00
02.09.0101001.4000.956 — Reparos e conservação de bens móveis e imóveis	
3120.00.00 Material de consumo	12.000.000,00
3132.00.00 Outros serviços e encargos	2.000.000,00
	TOTAL
	14.000.000,00
02.09.0101001.4000.957 — Assistência financeira a entidades	
3231.00.00 Subvenções sociais a entidades privadas	15.000.000,00
	TOTAL
	15.000.000,00
	TOTAL DE PROGRAMA DE TRABALHO
	329.800.000,00

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Senado Federal, 20 de junho de 1988. — Humberto Lucena.

ATO DO PRESIDENTE Nº 88, DE 1988

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno e considerando o disposto na Lei nº 7.432, de 18 de dezembro de 1985, tendo acolhido a fundamentação apresentada na Proposta de Ajustamento do Orçamento Próprio do Funsen nº 3, de 1988, resolve ad referendum da Comissão Diretora:

Art. 1º Ajustar o orçamento da despesa do Funsen, que, mediante remanejamento entre subatividades, sem alteração no montante de C\$ 329.800.000,00 (trezentos e vinte e nove milhões e oitocentos mil cruzados), aprovado pelo Ato nº 24/88, desta Presidência, passa a apresentar o seguinte desdobramento em termos de detalhamento de gastos pela natureza da despesa:

ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 6, DE 1988

Cria a Comissão Permanente de Controle e Fiscalização do Serviço Alimentar no âmbito do Senado Federal e órgãos supervisionados.

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, usando da competência que lhe confere o art. 57, alínea "j", do Regimento Interno, e considerando o absoluto interesse da administração,

Resolve:

Art. 1º É criada, na estrutura da Diretoria Geral, a Comissão Permanente de Controle e Fiscalização do Serviço Alimentar, com jurisdição no âmbito do Senado Federal e órgãos supervisionados, composta de 3 (três) membros e presidida por servidor com formação especializada na área de alimentação.

Art. 2º Compete à Comissão Permanente de Controle e Fiscalização do Serviço Alimentar:

a) exercer o controle, supervisão e orientação técnicas e administrativas dos serviços de alimentação prestados ao Senado Federal, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações dos contratados para exploração dos restaurantes e lanchonetes, tais como definidas nos editais de licitação e respectivos contratos, propondo aplicação das multas e outras penalidades quando cabíveis;

b) responder junto à Diretoria Geral da Casa pela consecução dos objetivos da prestação dos serviços alimentares;

c) supervisionar e controlar a qualidade, quantidade e variedade dos gêneros alimentícios distribuídos às copas;

d) zelar pelo cumprimento das normas de higiene previstas nos editais e na legislação específica, mantendo os contatos com os órgãos de fiscalização da saúde pública, quando necessário;

e) fiscalizar o cumprimento das tabelas de preços, realizando pesquisas comparativas com outros órgãos da administração pública;

f) acompanhar a operacionalização do sistema, elaborando instrumentos de informação gerencial à Diretoria Geral, fornecendo tabelas, quadros demonstrativos e relatórios de pesquisa de opinião para avaliação em conjunto;

g) realizar visitas de inspeção aos restaurantes, lanchonetes, copas e aos locais de preparação dos alimentos;

h) avaliar periodicamente os cardápios propõendo as modificações necessárias;

i) supervisionar a preservação das instalações, equipamentos e utensílios tombados, comunicando à Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio as irregularidades observadas; e

j) atender às reclamações dos usuários dos serviços de alimentação providenciando as soluções cabíveis.

Art. 3º Os servidores designados para compor a comissão de que trata este Ato ficarão à disposição do Gabinete do Diretor-Geral, sem prejuízo da situação funcional que desfrutam no órgão de origem.

Art. 4º Aplica-se aos membros da Comissão Permanente de Controle e Fiscalização do Serviço Alimentar as disposições referentes à remuneração pela participação de servidores nos órgãos de deliberação coletiva.

Art. 5º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 21 de junho de 1988. — Senador **Jutahy Magalhães**, Primeiro-Secretário.

EXTRATO DE CONTRATOS E/OU TERMOS ADITIVOS

Espécie: Contrato nº 051/88.

Contratada: Digitron Eletrônica Ltda.

Contratante: Senado Federal.

Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em dois microcomputadores, marca Polimax, e duas impressoras, marcas Polimax e Remington.

Licitação: Convite nº 068/88.

Crédito pelo qual correrá a despesa: À conta do Programa de Trabalho nº 0101001.2229/721, Natureza da Despesa nº 3132-0106/4.

Empenho: Foi emitida a Nota de Empenho nº 00957/1, de 3-5-88.

Valor contratual: estimado em Cz\$ 66.426,36 (sessenta e seis mil, quatrocentos e vinte e seis cruzados e trinta e seis centavos).

Vigência: 3-5-88 a 31-12-88.

Signatários: pelo Senado Federal: Dr. Luiz do Nascimento Monteiro. Pela Contratada: Carlos Eduardo Rodrigues Dias. — **Amaury Gonçalves Martins**, Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio.

EXTRATO DE CONTRATOS E/OU TERMOS ADITIVOS

Espécie: Primeiro Termo Aditivo nº 067/88.

Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Contratante: Senado Federal.

Objeto: Alteração dos itens "a" e "b" da cláusula quarta do Contrato nº 008/88, referente à prestação de serviços de coleta, tratamento e entrega de objetos de correspondências, através do Serviço Especial de Entrega de Documentos SEED.

Signatários: Pelo Senado Federal: Dr. José Passos Pôrto. Pela Contratada: Jorge Eduardo Martins Rodrigues. — **Amaury Gonçalves Martins**, Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio.

EXTRATO DE CONTRATOS E/OU TERMOS ADITIVOS

Espécie: Contrato nº 068/88.

Contratada: Laboratório Brasiliense de Análises e Pesquisas Ltda.

Contratante: Senado Federal.

Objeto: Prestação de serviços, compreendendo exames médicos complementares no âmbito das especializações da Contratada.

Licitação: Inexigibilidade de licitação, com base no parágrafo único do art. 7º do Ato nº 09/86, da Comissão Diretora.

Crédito pelo qual correrá a despesa: À conta do Programa de Trabalho nº 0101428.2004/761, Natureza da Despesa nº 3132-0109/2.

Empenho: Foi emitida Nota de Empenho nº 00982/2, de 3-5-88.

Valor Contratual: Estimado em Cz\$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil cruzados).

Vigência: 3-5-88 a 30-6-88.

Signatários: Pelo Senado Federal: Dr. José Passos Pôrto. Pela Contratada: Edy, Elly Bender Kohnert Seidler. — **Amaury Gonçalves Martins**, Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio.

EXTRATO DE CONTRATOS E/OU TERMOS ADITIVOS

Espécie: Contrato nº 069/88.

Contratada: SAGA — Serviços de Anestesiologia e Gaseoterapia Ltda.

Contratante: Senado Federal.

Objeto: Prestação de serviços, compreendendo exames médicos complementares no âmbito das especializações da Contratada.

Licitação: Inexigibilidade de licitação, com base no parágrafo único do art. 7º do Ato nº 09/86, da Comissão Diretora.

Crédito pelo qual correrá a despesa: À conta do Programa de Trabalho nº 0101428.2004/761, Natureza da Despesa nº 3132-0109/2.

Empenho: Foi emitida Nota de Empenho nº 00988/1, de 3-5-88.

Valor Contratual: Estimado em Cz\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados).

Vigência: 3-5-88 a 30-6-88.

Signatários: Pelo Senado Federal: Dr. José Passos Pôrto. Pela Contratada: Pedro da Costa Gontijo Filho. — **Amaury Gonçalves Martins**, Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio.

EXTRATO DE CONTRATOS E/OU TERMOS ADITIVOS

Espécie: Contrato nº 070/88.

Contratada: SONEP — Sociedade de Neonatalogia e Pediatria Ltda.

Contratante: Senado Federal.

Objeto: prestação de serviços, compreendendo exames médicos complementares no âmbito das especializações da Contratada.

Licitação: Inexigibilidade de licitação, com base no parágrafo único do art. 7º do Ato nº 09/86, da Comissão Diretora.

Crédito pelo qual correrá a despesa: À conta do Programa de Trabalho nº 0101428.2004/761, Natureza da Despesa nº 3132-0109/2.

Empenho: Foi emitida Nota de Empenho nº 00973/3, de 3-5-88.

Valor Contratual: Estimado em Cz\$ 100.000,00 (cem mil cruzados).

Vigência: 3-5-88 a 30-6-88.

Signatários: Pelo Senado Federal: Dr. José Passos Pôrto. Pela Contratada: Eduardo Barbosa de Sousa. — **Amaury Gonçalves Martins**, Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Diretor-Geral do Senado Federal, tendo em vista o disposto no ato do Presidente do Senado Federal nº 80/88, convoca os candidatos abaixo relacionados para tomarem posse no cargo de provimento efetivo de Datilógrafo, Classe "C", Referência NM-25, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Senado Federal:

01 — César Augusto Guimarães.
 02 — Janete Wessina Morale.
 03 — Tania Maria Santos Monte.
 04 — Zila Neves.
 05 — Lucia Marli de Oliveira Sousa Correa.
 06 — Carmem Lucia Cruvinel.
 07 — Raimundo Farias Ribeiro.
 08 — Maria Lucia Soares de Melo.
 09 — Gerson Martins de Resende.
 10 — João Batista Marques.
 11 — Maria Dulce Vieira de Queirós Campos.
 12 — João Policena Rosa Netto.
 13 — Fernando Pereira Damasceno.
 14 — Paulo Lourenço Rodrigues.
 15 — Sandra Maria Leão de Matos.
 16 — Christina Rodrigues Martins.
 17 — Lilian Karla Ferreira do Amaral.
 18 — Maria Espedita Moreira.
 19 — Altamiro José da Silva.

Os candidatos deverão comparecer ao 5º andar do Edifício Anexo I do Senado Federal, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 9:30 às 11:00 horas e de 14:30 às 17:30 horas, com os seguintes documentos:

- I — Carteira de Identidade;
- II — Certidão de nascimento ou casamento;
- III — Cartão de inscrição no cadastro de pessoa física;
- IV — Certificado de Reservista;
- V — Título de eleitor;
- V — Três fotos 3x4 coloridas;
- VII — Abreugrafia; e
- VIII — Declaração de bens.

Brasília, 17 de junho de 1988. — **José Passos Pôrto**, Diretor-Geral.

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN

Ata da 89ª Reunião

Aos oito dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e oito, às onze horas, na sala de reuniões da Primeira-Secretaria do Senado Federal, reúne-se o Conselho de Supervisão do PRODASEN, sob a Presidência do Exmº Sr. Senador Jutahy Magalhães. Comparecem os Senhores Conselheiros Dr. José Passos Pôrto, Vice-Presidente, Dr. Edgard Lincoln de Proença Rosa, Dr. Eduardo Jorge Caldas Pereira, Dr. Yamil e Souza Dutra e Dr. Sérgio de Otero Ribeiro, Diretor Executivo do PRODASEN. Presidente, também, a convite do Senhor Presidente, o Dr. Sinval Senra Martins Júnior, Assessor-Chefe da Assessoria da Diretoria Executiva do PRODASEN. Inicialmente, o Senhor Presidente coloca em apreciação a Ata da reunião anterior, dispensando a leitura da mesma por ter sido distribuída, com antecedência, aos Senhores Conselheiros. Estes aprovam por unanimidade. A seguir, coloca-se em apreciação o processo PD-0090/88-3 que trata da Prestação de Contas do PRODASEN e do FUNDASEN do quarto trimestre de 1987. O Senhor Presidente designa o Conselheiro Yamil e Souza Dutra para emitir parecer sobre a matéria. O terceiro assunto da pauta, processo PD-0168/88-2 — Prestação de Contas do PRODASEN e do FUNDASEN do exercício de 1987 —, é designado ao Conselheiro Eduardo Jorge Caldas Pereira para emitir parecer. Prosseguindo, é concedida a palavra ao relator do processo PD-0559/87-3 — Prestação de Contas do PRODASEN e do FUNDASEN do primeiro trimestre de 1987 —, mais precisamente sobre

o relatório nº 18/87 da Auditoria do Senado Federal relativo à prestação das contas citadas. O Conselheiro-relator, Dr. José Passos Pôrto, lê o seu parecer, manifestando-se favorável à ratificação da aprovação das referidas contas, em vista das informações fornecidas pelo Diretor-Executivo e das providências adotadas para tratamento das questões levantadas pela Auditoria do Senado Federal. Após análise da matéria, os Senhores Conselheiros aprovam por unanimidade, devendo ser encaminhada à Douta Comissão Diretora para aprovação. O quinto item, processo SF-014590/87-5, diz respeito ao Convênio entre o PRODASEN e a Secretaria do Governo do Estado da Paraíba. Com a palavra o Conselheiro-relator Edgard Lincoln de Proença Rosa lê o seu parecer, no qual solicita seja esclarecido ao usuário quanto as possíveis alterações de custo e, quanto ao mérito, manifesta-se favorável à autorização para celebração do Convênio em questão, obtendo a aqüiescência dos demais Conselheiros. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião. E, para constar, eu, Ana Maria Merlo Marengo, Secretária do Conselho, lavrei a presente Ata que subscrevo e, após lida e aprovada, vai assinada pelo Senhor Presidente e demais membros do Conselho. Brasília, 8 de junho de 1988. — Senador Jutahy Magalhães, Presidente do Conselho de Supervisão do PRODASEN — José Passos Pôrto, Vice-Presidente — Edgard Lincoln de Proença Rosa, Conselheiro — Eduardo Jorge Caldas Pereira, Conselheiro — Yamil e Souza Dutra — Conselheiro — Sérgio de Otero Ribeiro, Diretor-Executivo do PRODASEN.

<p>MESA</p> <p>Presidente Humberto Lucena — PMDB-PB</p> <p>1º-Vice-Presidente José Ignácio Ferreira — PMDB-ES</p> <p>2º-Vice-Presidente Lourival Baptista — PFL-SE</p> <p>1º-Secretário Jutahy Magalhães — PMDB-BA</p> <p>2º-Secretário Odacir Soares — PFL-RO</p> <p>3º-Secretário Dirceu Carneiro — PMDB-SC</p> <p>4º-Secretário João Castelo — PDS-MA</p> <p>Suplentes de Secretário Aluizio Bezerra — PMDB-AC Francisco Rolemberg — PMDB-SE João Lobo — PFL-PI Wilson Martins — PMDB-MS</p>	<p>LIDERANÇA DA MAIORIA</p> <p>Líder Rachid Saldanha Derzi</p> <p>Vice-Líderes João Menezes Leopoldo Peres Edison Lobão João Calmon Carlos Alberto</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Fernando Henrique Cardoso</p> <p>Vice-Líderes Leopoldo Peres João Calmon José Fogaça Mauro Benevides Olavo Pires Raimundo Lira Severo Gomes Nelson Wedekin Ronaldo Aragão Cid Sabóia de Carvalho</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Marcondes Gadelha</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Odacir Soares Divaldo Suruagy João Lobo</p>	<p>LIDERANÇA DO PDS</p> <p>Líder Jarbas Passarinho</p> <p>Vice-Líderes Roberto Campos</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Maurício Corrêa</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Jamil Haddad</p> <p>LIDERANÇA DO PMB</p> <p>Líder Ney Maranhão</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Affonso Camargo</p> <p>Vice-Líderes Carlos Alberto Carlos De'Carli</p>
--	--	--

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Luiz Viana

1º-Vice-Presidente: Vago

2º-Vice-Presidente: Nelson Wedekin

PMDB

Titulares

Albano Franco
Francisco Rollemberg
Irapuan Costa Júnior
Leite Chaves
Luiz Viana
Nelson Carneiro
Nelson Wedekin
Saldanha Derzi
Severo Gomes

Suplentes

Aluízio Bezerra
Chagas Rodrigues
Cid Sabóia de Carvalho
Vago
João Calmon
Ruy Bacelar

PFL

Divaldo Suruagy
Edison Lobão

Marco Maciel
João Lobo
José Agripino

Jarbas Passarinho
Lavoisier Maia

PL

Jamir Haddad

PSB

Assistente: Marcos Santos Parente Filho — Ramal: 3497

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho

— Anexo das Comissões — Ramal: 3254

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (DF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Meira Eilho

Vice-Presidente: Edison Lobão

PMDB

Titulares

Pompeu de Sousa
Meira Filho
Mauro Benevides
Saldanha Derzi
Albano Franco
Iram Sareiva
Chagas Rodrigues

Suplentes

Ronan Tito
Aluízio Bezerra
Francisco Rollemberg
Mansueto de Lavor

PFL

João Menezes

Alexandre Costa
Edison Lobão

PDT

João Menezes

* Maurício Corrêa

PDS

Lavoisier Maia

Mauro Borges

PDC

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal: 4064

Reuniões: Terças-feiras, às 19:00 horas

Local: Sala da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 4065

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alfredo Campos

1º-Vice-Presidente: Guilherme Palmeira

2º-Vice-Presidente: Chagas Rodrigues

PMDB

Titulares

Alfredo Campos
Chagas Rodrigues
Ronaldo Aragão
Lourenço Nunes Rocha
Wilson Martins
José Paulo Bisol
Cid Sabóia de Carvalho
Aluízio Bezerra
Iram Sareiva

Suplentes

Nelson Cameiro
Leite Chaves
Mauro Benevides
Márcio Lacerda
Raimundo Lyra
Nelson Wedekin

PFL

Marco Maciel
Afonso Arinos
Guilherme Palmeira

João Menezes
Marcondes Gadelha

PDS

Roberto Campos

PMB

Ney Maranhão

PDT

Maurício Corrêa

PTB

Carlos Alberto

Assistente: Vera Lúcia Nunes — Ramais: 3972 e 3987

Reuniões:

Local: Sala da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa

— Anexo das Comissões — Ramal: 4315

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE — (CFC)

(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carlos Chiarelli

Vice-Presidente: Nelson Wedekin

PMDB

Titulares

Almir Gabriel
José Paulo Bisol
Mendes Canale
Nelson Wedekin
Ruy Bacelar
Ronan Tito
Mauro Benevides
Leite Chaves
Wilson Martins
João Calmon

Suplentes

Márcio Lacerda
Severo Gomes
Iram Sareiva
Albano Franco
Luiz Viana
Nabor Júnior

PFL

Afonso Arinos
José Agripino
Guilherme Palmeira
Carlos Chiarelli

Odacir Soares
Divaldo Suruagy

PEQUENOS PARTIDOS

Roberto Campos
Afonso Sancho
Carlos Alberto

Mário Maia
Affonso Camargo

Assistente: Goitacaz Brasônio P. de Albuquerque — Ramal: 4026

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa

— Anexo das Comissões — Ramal: 4344